ISSN 1676-6024

Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia

Nº 45 - Páginas 1 a 120 - Novembro 2004

Extensão Rural: Um Presente à moda Grega?

Fundamentos Teóricos e Prática Extensionista

A Crise Da Extensão Rural No Brasil

A Persuasão como Recheio Metodológico da Ação na ExtensãoRural

Gestão de Políticas Públicas e Poder Local no Brasil

A Emergência do Pensamento Ecológico na Modernidade

Desenvolvimento Sustentável: uma Nova Embalagem para um Velho Produto

A Disputa pela Doxa no Campo Ambiental

Fundação de Estudo e Pesquisa em Medicina Veterinária e Zootecnia - FEP MVZ Editora

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais - CRMV-MG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE VETERINÁRIA
Fundação de Estudo e Pesquisa em Medicina Veterinária e Zootecnia
FEP-MVZ Editora
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CRMV-MG

Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia
n. 45

novembro de 2004

Editor: Prof. Ilto José Nunes
FEP-MVZ Editora
Caixa Postal 567
30123-970 Belo Horizonte, MG
Telefone (31) 3499-2042
Fax (31) 3499-2041
0055 31 3499-2041
Email: journal@vet.ufmg.br

Belo Horizonte
2004

Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia
Edição da FEP-MVZ Editora em convênio com o CRMV-MG

Fundação de Estudo e Pesquisa em Medicina Veterinária e Zootecnia – FEP MVZ
Diretor Executivo: Roberto Baracat de Araújo
Vice-Diretor Executivo: Francisco Carlos Faria Lobato
Editor da FEP MVZ Editora: Martinho de Almeida e Silva

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais – CRMV-MG
Presidente: Marcílio Magalhães Vaz de Oliveira
Vice-Presidente: Ismael Fernando Prado Coimbra
Secretário Geral: Edian Fontes Bastos
Tesoureira: Silvana de Vasconcelos Cançado
E-mail: crmvmg@crmvmg.org.br

Corpo Editorial
Editor: Ilto José Nunes, Med. Vet., ME
Iran Borges, Zootecnista, Dr.
Marília Martins Melo, Med. Vet., Dr.
Paulo Roberto Oliveira, Med. Vet., Dr.

Revisão e edição de texto: Ilto José Nunes

Tiragem desta Edição
6.000 exemplares

NORMAS PARA OS AUTORES

O periódico técnico-científico *CADERNOS TÉCNICOS DE VETERINÁRIA E ZOOTECNIA*, ex-Cad. Téc. Esc. Vet. UFMG, é editado, a partir do número 24, pela FEP MVZ Editora, em Convênio com o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais, e publica assuntos de interesse imediato para estudantes e profissionais oriundos da produção técnica e didática de professores, alunos, pesquisadores e outros profissionais de ciências agrárias, a critério do Corpo Editorial.

Engloba congressos, seminários, cursos, palestras e revisões nas áreas de Medicina Veterinária, Produção Animal, Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal, Ensino e Sociologia, Economia e Extensão Rurais. Cada matéria é rigorosamente revisada tanto no aspecto formal quanto no de conteúdo e, além disso, é tratada, tanto quanto possível, de forma concisa, acessível e agradável, sem prejuízo do rigor científico.

As matérias submetidas à publicação devem ser inéditas, corrigidas por revisor de português e enviadas para o Editor em cópia impressa e em disquete com arquivo compatível com Word for Windows ou por E-mail. Aquelas aceitas pelo Corpo Editorial passam à propriedade da Editora e as não aceitas ficam à disposição dos autores. Cada autor recebe cinco exemplares do Caderno em que seu artigo foi publicado. Os artigos publicados não são remunerados e não se aceita matéria paga.

A FEP MVZ Editora se reserva todos os direitos, inclusive os de tradução. Os trabalhos publicados terão seus direitos autorais resguardados pela FEP MVZ Editora que em quaisquer circunstâncias agirá como legítima detentora dos mesmos

Permite-se a reprodução total ou parcial, sem consulta prévia, desde que citada a fonte.

Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia. (Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária da UFMG)
N.1- 1986 - Belo Horizonte, Centro de Extensão da Escola de Veterinária da UFMG, 1986-1998.
N.24-28 1998-1999 - Belo Horizonte, Fundação de Ensino e Pesquisa em Medicina Veterinária e Zootecnia, FEP MVZ Editora, 1998-1999
v. ilustr. 23cm
N.29- 1999- Belo Horizonte, Fundação de Ensino e Pesquisa em Medicina Veterinária e Zootecnia, FEP MVZ Editora, 1999-
Periodicidade irregular.

1.Medicina Veterinária – Periódicos. 2. Produção Animal – Periódicos. 3. Produtos de Origem Animal, Tecnologia e Inspeção – Periódicos. 4. Extensão Rural – Periódicos. I. FEP MVZ Editora, ed.

APRESENTAÇÃO

Este número dos Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia analisa a extensão rural em oito artigos com informações dos fundamentos teóricos e práticos do pensamento ecológico na modernidade e do desenvolvimento sustentável, incluindo-se descrição pormenorizada da disputa pela doxa no campo ambiental.

Os artigos serão úteis para aqueles que trabalham na extensão rural e os temas revistos serão valiosos para ampliação do ccnhecimento destes profissionais.

Prof. Roberto Baracat de Araújo
FEP MVZ
Diretor Executivo

Dr. Marcílio Magalhães Vaz de Oliveira
CRMV-MG
Presidente

Prof. Ilto José Nunes
FEP MVZ Editora
Cad. Téc. Vet. Zootec.
Editor

CONTEÚDO

EXTENSÃO RURAL: UM PRESENTE À MODA GREGA? 5

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICA EXTENSIONISTA 16

A CRISE DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL 39

A PERSUASÃO COMO RECHEIO METODOLÓGICO DA AÇÃO NA EXTENSÃO RURAL 60

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PODER LOCAL NO BRASIL 78

A EMERGÊNCIA DO PENSAMENTO ECOLÓGICO NA MODERNIDADE 96

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA NOVA EMBALAGEM PARA UM VELHO PRODUTO 104

A DISPUTA PELA DOXA NO CAMPO AMBIENTAL 113

EXTENSÃO RURAL: UM PRESENTE À MODA GREGA?

Erly do *Prado*
MédVet., Dr., Prof.Adj.
erlyprado@ufmg.br

Ivan Barbosa Machado *Sampaio*
Eng.Agr., PhD., Prof. Titular
Departamento de Zootecnia

Celina Maria *Modena*
Méd. Vet., Dra., Prof.Adj.
Depto. Medicina Veterinária Preventiva

Escola de Veterinária da UFMG
Caixa Postal 567
30.123-970 Belo Horizonte, MG

SUMÁRIO

1- Introdução 5
2- Os reais interesses de rockefeller 6
2.1- A fundação da AIA 11
3- Conclusões 14

1- INTRODUÇÃO

A memória extensionista abriga, com um certo saudosismo, o reconhecimento pelos relevantes serviços prestados por Nelson Rockefeller ao Brasil, na fundação e expansão do Serviço de Extensão Rural.

Expressões literais e literárias dessa gratidão encontram-se registradas em Dalrymple (1968), que assegura que a receptividade a Rockefeller foi calorosa e sincera, e sua generosidade, decantada. Os termos do *Segundo Relatório Anual da ACAR* (1950) também as exprimem:

"Nelson A. Rockefeller, homem de negócios, filantropo e assistente do presidente Roosevelt durante a guerra, e que teve íntimo contato com os problemas do Brasil quando Coordenador dos Assuntos Interamericanos e Assistente do Secretário de Estado viu claramente a necessidade do aumento da produção agrícola no Brasil e do melhoramento das condições de vida das populações rurais (...). A idéia de Nelson A. Rockefeller encontrou boa acolhida junto ao Governo do Estado de Minas Gerais e por parte de homens de espírito progressista".

O relatório corrobora o dom benfazejo de Rockefeller ao indicar que mediante o convênio para a criação e funcionamento, por três anos, da Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR, a *American International Association for Economic and Social Development* - AIA, *"organização filantrópica sem fins lucrativos"*, de propriedade de Rockefeller, ofertou, em moeda da época, Cr$4.500,00, quantia equivalente à despendida pelo governo mineiro. Outros relatórios subseqüentes da ACAR registram que após aquele período,

embora com participação decrescente, a AIA continuou a consignar recursos para as atividades da ACAR.

Além da ajuda em recursos financeiros, a AIA cedeu seus préstimos na administração da ACAR por vários anos (Ribeiro, 2000), empenhou-se ativamente na expansão do modelo ACAR para todo o Brasil (Figueiredo, 1984), contribuiu financeiramente para a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (Colby & Dennett, 1988), participou da avaliação do Sistema ABCAR (Fonseca, 1985) e, segundo Rodrigues (1978), seu envolvimento com as atividades de Extensão Rural no Brasil só foi encerrada em 1969.

Diante de tantas manifestações de cunho reconhecidamente altruísta, afigura-se um procedimento sensato questionar sobre a extensão e natureza do projeto filantrópico da AIA e de seu ilustre mantenedor. Nesse sentido, parece prudente averiguar os seguintes pontos: a iniciativa de Rockefeller obedecia às suas próprias determinações ou inseria-se numa cadeia de conexões mais amplas, de arranjos mais sofisticados? Que vinculações existiriam entre o apregoado projeto filantrópico da AIA e os programas oficiais de ajuda externa norte-americanos daquela época? Haveria algo de estritamente particular nas pretensões de Rockefeller, além dos interesses comuns norte-americanos, que justificasse a tão requintada diligência nos seus empreendimentos de ajuda?

Este trabalho teve por objetivo investigar os reais interesses de Rockfeller enquanto patrocinador da implantação e expansão do Serviço de Extensão Rural no Brasil e, nesse sentido, contribuir para a ruptura e superação da visão ingênua que caracteriza o imaginário e, de um modo geral, a literatura extensionista. Foi consubstanciado através da pesquisa bibliográfica, abrangendo documentos das instituições de Extensão Rural, bem como outras literaturas pertinentes.

2- OS REAIS INTERESSES DE ROCKEFELLER

As respostas às duas primeiras indagações formuladas acima podem ser razoavelmente presumidas com as informações prestadas por Black (1968). Esse autor menciona que entre 1946 e 1965 os Estados Unidos gastaram mais de 113 bilhões de dólares em ajuda externa, e que cerca de 90% desses recursos não foram diretamente transferidos de país à país, mas distribuídos através da Agência para o Desenvolvimento Internacional – AID, à firmas e organizações particulares norte-americanas, fornecedoras de bens de consumo e serviços às regiões subdesenvolvidas. Assim, seria coerente supor uma relação de cumplicidade da AIA com os organismos e propósitos oficiais.

Esses esclarecimentos, contudo, não fornecem explicações categóricas; apenas indicam uma clara evidência de uma rede de voluntariados, a exemplo de Rockefeller, a serviço da causa norte-americana.

As contribuições de Dalrymple (1968), por outro lado, elucidam as indagações. Ela informa que em seus 22 anos de atividades na América Latina, a AIA consumiu 14 milhões de dólares. Metade dessa quantia proveio de Rockefeller e sua família; a outra parte, de companhias de petróleo e outras corporações e contribuições indivi-

duais. Porém, sua forma de consumo de recursos não se resumiu em moedas de dólares, e nem teve a sua performance limitada a círculos empresariais, conforme registra o texto seguinte:

"As contribuições para unir programas dos parceiros da AIA, governo federal e governos estaduais, organizações internacionais, grupos privados e indivíduos não podem ser avaliadas, uma vez que elas incluem além do dinheiro real, mercadorias e serviços, espaços em escritório, facilidades em viagens e pessoal para trabalhar em programas. Em valores de dólares elas somaram várias vezes as contribuições da AIA" (Dalrymple, 1968).

A autora sustenta que a fundação da AIA deveu-se à voluntariedade de Rockefeller. Essa espontaneidade, contudo, não denota, como se indicou acima, total independência de atos e propósitos, senão uma amarração coesa de interesses de grupos dirigentes públicos e privados.

A abordagem à última inquirição deverá lançar um pouco mais de lume às anteriores. Tratará da averiguação de interesses específicos de Rockefeller na idealização e concessão de ajuda aos povos subdesenvolvidos.

Colby & Dennett (1998) assinalam que o interesse particular de Rockefeller pelo Brasil e pela América Latina surgiu, inicialmente, com o seu deslumbramento pela Amazônia, nivelada, em perspectivas, com o oeste norte-americano, de onde seus ancestrais extraíram e acumularam uma das maiores riquezas do mundo.

O encantamento começou por ocasião de sua visita de inspeção às atividades da Standard Oil na América do Sul. Rockefeller mostrou-se impressionado com a exuberância e beleza natural da região, notadamente do vale do Orinoco, bem como com a cultura e ruínas nos altiplanos andinos. Em contraste, reprovou o padrão das relações sociais estabelecido pelos executivos das empresas norte-americanas com os nativos, baseado na segregação racial e no autoritarismo. Ponderou que essa espécie de coexistência despertava ressentimentos, e que se não fora o trabalho dedicado de *"missionários americanos, professores e médicos como os da fundação Rockefeller"*, uma vaga de ódio já se teria levantado na América Latina contra os norte-americanos e a Standard Oil. Rockefeller exortava sobre os riscos de terem suas propriedades confiscadas e seus poderes subjugados se não conciliassem seus interesses com *"os amplos interesses do povo do país anfitrião"* (Colby & Dennett, 1998).

A prudência de Rockefeller, ou melhor, a sua astúcia, pautada na política da Boa Vizinhança, refletia o reconhecimento da emergência de uma nova ordem, que exigia um novo modelo de comportamento e um empresariado mais atualizado. Firmado, assim, nessa convicção, atento às exigências modernas das relações externas, junto com outros parceiros, elaborou um programa de ação para a América Latina que apresentou ao presidente Roosevelt.

Como justificativa, o programa apresentava preocupações com a expansão dos negócios norte-americanos na região. Propunha

"deter o crescimento dos investimentos alemães e italianos e encontrar maneiras de acomodar o nacionalismo crescente na América Latina antes que as correntes socialistas se tornassem fortes demais para serem revertidas".

A estratégia do programa consistia em um corpo de advertências e prescrições:

"Os Estados Unidos devem proteger sua posição internacional através do uso de meios econômicos que sejam competitivamente eficazes contra técnicas totalitárias. (...) Se os Estados Unidos querem manter a segurança e a posição política e econômica no hemisfério (...) devem tomar medidas econômicas imediatas para assegurar a prosperidade na América Central e do Sul e para estabelecer esta prosperidade no quadro da cooperação econômica e dependência hemisférica. (...) O serviço consular devia ser ampliado por um novo e audacioso programa que aumentasse os intercâmbios culturais, científicos e educacionais. (...) estimular o fluxo de comércio entre os EUA e o resto do hemisfério. (...) Uma política de portas abertas (...) para permitir investimentos empresariais americanos nas terras do Sul" (Colby & Dennett, 1998).

O plano de Rockefeller, como se nota, transmitia uma apreensão quanto à continuidade da hegemonia norte-americana no continente, diante da ameaça nazi-facista. Face à concorrência econômica e o suposto proselitismo ideológico do bloco rival, propõe moderação na atividade capitalista, sob pena de os Estados Unidos serem rechaçados para uma posição secundária no futuro, em virtude de reações internas em favor principalmente da Alemanha, a potência mundial da época. O temor de Rockefeller não se fundamentava em suspeições vazias, pois amostras desse prognóstico já ocorrera na Bolívia e no México, com a nacionalização das subsidiárias da Standard Oil naqueles países. É interessante observar ainda a semelhança de significados entre o seu discurso e o de Truman, proferido muito depois, na deflagração da Guerra Fria.

Colby & Dennett (1998) citam que Roosevelt acatou o programa de Rockefeller e ainda o nomeou Coordenador para Assuntos Interamericanos, conforme consta do *Segundo Ralatório Anual da ACAR* (1950).

Feito coordenador, Rockefeller procurou colocar em prática seu projeto de controle e dominação, dotando o órgão que dirigia - o CIAA, de estruturas capazes de permitir-lhe uma vigilância cerrada e um intercâmbio permanente com os povos ao sul dos Estados Unidos. Em toda a América Latina o CIAA dispunha de equipes executivas comandadas por empresários que dominavam o poder local; subsidiava 1200 donos de jornais com papel de imprensa, imprimindo-lhes um servilismo que lhe facultava interferir no conteúdo das notícias e reportagens a serem veiculadas; estruturou sistemas de estudos sobre a vida indígena e de prestação de serviços a essas comunidades (Colby & Dennett, 1998). Uma sobrevivência clássica desse estilo de transação pôde ser observada até há bem pouco tempo nas emissoras de rádio, cujo noticiário era patrocinado pela Esso, empresa de petróleo do grupo Rockefeller, sob a designação de "Reporter Esso".

A atenção e concentração dos esforços do CIAA, sob a direção de Rockefeller, sobre os grupos indígenas explica-se por duas ordens de razões óbvias. A primeira, por

sua composição na população: 80% no Peru, Equador e Bolívia; 75% na Guatemala; mais de 50% em Honduras, México Nicarágua e El Salvador; 44% no Paraguai. Em escala ampla, mais de 28% na América do Sul. A segunda e fundamental é assim resumida por Colby & Dennett (1998): *"O interesse de Nelson pelos índios era oportunista: seu objetivo principal era extrair da América Latina os minerais e recursos naturais requeridos pela máquina de guerra americana"*.

As atividades do CIAA na Amazônia brasileira, oferecendo cobertura às empresas norte-americanas na extração da borracha, nessa época, deixando para trás um quadro de destruição, pobreza, doença e morte, conforme descrição de um enviado de confiança do próprio Rockefeller, corroboram a asserção dos autores.

Colby & Dennett (1998) testificam a respeito de Nelson Rockefeller que: *"No esforço para extrair os recursos mais estratégicos da América Latina com os menores custos, ele não poupava meios"*. Nesse sentido, citam uma série de imprudências, intrigas e ambigüidades em seu comportamento, para ampliar seu espaço político na esfera central de decisão norte-americana. Esclarecem também que Rockefeller reconhecia que *"sua ascensão meteórica em Washington estava ligada à América Latina. Se o lugar do hemisfério na galáxia de estruturas de Washington desaparecesse, a carreira de Nelson iria junto"*. Portanto, *"os índios latino-americanos eram um dos principais instrumentos de Nelson para provar seu valor ao presidente (...)"*.

Observa-se que o interesse econômico de Rockefeller pela América Latina estava estreitamente associado às suas aspirações políticas. A concretização de um, no nível almejado, parecia sujeitar-se, em grande medida, ao desempenho do outro. A América Latina, além de encerrar o sonho dourado da conquista econômica, representava também a base da sustentação política de Rockefeller em Washington. Quanto mais bem sucedido fosse na regência da região, mais honrado seria em Washington, de modo que a sustentação oficial assegurada por seu país franquear-lhe-ia oportunidades de negócios mais vantajosos. Preso, então, nessa circularidade, ele vislumbrou que a maximização de seus projetos consubstanciar-se-ia pela integração dos países latino-americanos e sua união subordinada aos Estados Unidos, configurando um pacto hemisférico. E foi para alcançar essa dádiva que empregou suas energias, como fizera anteriormente, e mais uma vez arrancou um dividendo político de alto significado, especificado pelos autores e que também é referido no *Segundo Relatório Anual da ACAR* (1950): o cargo de Secretário de Estado Assistente para a América Latina.

Colby & Dennett (1998) relatam que nessa função, Rockefeller *"lançou a Guerra Fria antes mesmo que fosse declarada, fundindo uma unidade hemisférica contra os soviéticos na Conferência Pan-americana de 1945 e na conferência que fundou as Nações Unidas no mesmo ano"*. Posteriormente, já fora do governo, *"(...) seu entusiasmo (...) pelo desenvolvimento do capitalismo no Terceiro Mundo tinha sido vital no lançamento dos programas americanos de ajuda externa, especialmente o programa Ponto IV de Harry Truman"*. E ainda mais adiante, ele tornou-se o *"elemento pessoal de ligação do presidente (Dwight Eisenhower) com a CIA e assistente espe-*

cial para estratégia de Guerra Fria e guerra psicológica".

As prerrogativas concedidas a Rockefeller nessa última missão rendeu-lhe, segundo Colby & Dennett (1998) o epíteto de *"o general da Guerra Fria"*, cuja tarefa, em interação com a CIA, orientou-se dentro dos seguintes preceitos:

"(...) normas aceitáveis de conduta humana não se aplicam. Se os Estados Unidos desejam sobreviver, antigos conceitos americanos de "conduta justa" devem ser reconsiderados. Devemos desenvolver uma espionagem e serviços de contra-espionagem eficazes e precisamos aprender subverter, sabotar e destruir nossos inimigos através de métodos mais engenhosos, sofisticados e eficazes dos que os usados contra nós (...)".

De fato, a história da política externa norte-americana está recheada de feitos abjetos, cujo requinte supera a própria proposta teórica por eles mesmos qualificada de *"repugnante"*. A América Latina, por ter caído na graça de Rockefeller, inspirou-lhe sobremaneira o zelo, constituindo-se, por isso mesmo, palco de uma escalada de atrocidades. No Brasil, conforme relatam Colby & Dennett (1998), na esteira da Guerra Fria, sua mão invisível arquitetou golpes de Estado, ameaças de golpes, redirecionou políticas e imiscuiu-se em assuntos de âmbito estritamente doméstico. Em presença de resistências internas e posturas nacionalistas, características dos períodos dos governos Vargas e Goulart, as operações de intromissão externa tornavam-se mais acintosas. Assim ocorreu nos movimentos de deposição de Vargas em 1945, em seu suicídio em 1954, na tentativa de golpe contra JK em 1956 e no golpe de 1964 contra João Goulart, nos quais a participação de Rockefeller deu-se através de seus plenipotenciários, comandados da Guerra Fria ou gerentes empresariais.

O principal articulador da derrubada de Vargas, em 1945, o embaixador dos Estados Unidos, Adolf Berle, aliado de Rockefeller, em suas recomendações ao ser afastado do cargo, exatamente pela acintosidade de sua participação, relacionou os temas de sua agenda política para serem retomados por seu sucessor como imprescindíveis para melhorar as relações entre os dois países:

"a emenda dos impostos de Vargas sobre importações, a remoção de certas taxas sobre o faturamento de subsidiárias americanas, a eliminação dos controles de licenciamento sobre a importação de maquinaria americana e de outros bens manufaturados, a compra de uma ampla parcela da indústria de ferro do governo por uma empresa de aço americana, a tomada de controle americano da ferrovia Vitória-Minas e a revogação da proibição constitucional de que bancos e seguradoras estrangeiras operassem no Brasil".

Na visão do comando de Rockefeller, a intransigência de Vargas quanto a esses pontos vinham de há muito emperrando as relações entre Brasil e Estados Unidos. Por isso, tornou-se impreterível precipitar a sua saída.

Da mesma forma, em 1954, a pressão das mesmas fontes de interesses levou Vargas ao suicídio, conforme denúncia do próprio presidente em carta de despedida, registrada por Colby & Dennett (1998):

"(...) A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho(...). Quis criar a liberdade nacional na potencialização de nossas riquezas através da Petrobrás (...). Não querem que o povo seja independente(...)".

Nos dois últimos movimentos golpistas, a razão e o poder econômicos foram os grandes trunfos de Rockefeller para fazer valer a sua vontade. Consumado o último, ele expressou seu alívio, dirigindo-se ao novo presidente:

"Permita-me congratular sua excelência e os que amam a liberdade em seu grande país pela significativa vitória pela democracia e pelos direitos constitucionais (...). O Brasil deu ao mundo inteiro um exemplo admirável e demonstrou sua determinação em rejeitar o comunismo (...)" (Colby & Dennett, 1998).

2.1- A FUNDAÇÃO DA AIA

A AIA foi fundada depois do final da guerra, em julho de 1946. Seus propósitos, de acordo com Dalrymple (1968), consistiam em promover o desenvolvimento das pessoas e dos seus padrões de vida, despertando nelas o entendimento e a cooperação. Nesses propósitos estava imbuída a crença de que o bem-estar de cada pessoa, em cada nação, estava estreitamente relacionado com as oportunidades de desenvolvimento e de bem-estar de todas as pessoas no mundo.

A primeira experiência de corte significativo da AIA na América Latina foi, segundo Dalrymple (1968) e Colby & Dennett (1988), em Minas Gerais. Mas que circunstâncias direcionaram Rockefeller para esse estado? A opinião dos autores remetem a focos distintos. Para a primeira, Rockefeller concebeu seu intento por ocasião de uma viagem ao Rio de Janeiro, ao defrontar-se com o contraste socioeconômico de seus habitantes, em que um contingente apreciável de favelados eram ex-agricultores originários de Minas Gerais, um estado rico, mas cuja negligência acabou por permitir a devastação e o empobrecimento de suas terras. Então Rockefeller conjeturou realizar algo pelo estado.

Os outros autores, trabalham um pouco mais a questão e remontam ao início do pós-guerra, coincidentemente no mesmo ano de criação da AIA. Registram que naquele ano Rockefeller encomendou uma pesquisa para averiguar entre os países latino-americanos, do Sudeste Asiático, Oriente Médio e África, quais seriam menos vulneráveis a uma subversão comunista e, portanto, mais propícios a investimentos financeiros. Brasil e Venezuela foram os indicados na América Latina.

O Brasil destacava-se por suas dimensões e riqueza potencial e não apresentava os riscos políticos aflorados na Argentina. Tinha São Paulo, com *"uma base financeira sólida e conhecida sobre a qual investir"*; Minas Gerais e os estados da Amazônia, possuidores de *"um enorme potencial industrial com recursos inexplorados"*. Rockefeller somava ainda em favor do Brasil a presença marcante da Standard Oil no controle da distribuição do petróleo e do amigo e velho aliado, Adolf Berle, embaixador dos Estados Unidos, para cuja indicação exercera especial influência.

Os planos de investimento foram traçados em 1947, quando da escolha de Goiás,

estado fronteiriço a Minas Gerais, para sediar a capital do país. Os assessores de Rockefeller o informaram da existência, entre esses dois estados, de *"algumas das melhores terras, recursos minerais e madeiras do Brasil"*. Indicaram-lhe a probabilidade de desenvolvimento de *"toda a fronteira ocidental"*, o que o fez planejar, mas só executar após uma década, a compra de terras no estado de Mato Grosso. Foram adquiridos 400 mil hectares da fazenda Bodoquena, área propícia à criação de gado, mas que para Rockefeller e seus assessores escondia um outro tesouro, só revelado anos mais tarde - o minério de cobre. Quando Coordenador para Assuntos Interamericanos Rockefeller tinha mandado realizar um levantamento da Amazônia, portanto, detinha muitas informações a respeito da existência de minérios e petróleo na região.

Minas Gerais encontrava-se *"ao sul da Bahia, que era rica em petróleo"*. Dispunha de depósitos de calcário, berilo, zinco, prata, chumbo, fluorita, titânio, enxofre, potássio, sal-gema, molibdênio, ferro e manganês. A tudo isso acrescia-se o fato de haver contribuído para a queda de Vargas (Colby & Dennett, 1998).

Assim como o Brasil tinha sido o escolhido entre as nações latino-americanas para comportar os planos de Rockefeller, Minas Gerais foi eleita o seu ponto de partida, ou melhor, de chegada. Possuía abundantes recursos naturais, tradição agropecuária, era estrategicamente localizada e, sobretudo, ostentava uma faceta política conservadora. Esse último atributo representava a coroação dos demais aspectos, pois a oposição à Vargas, seu desmancha-prazeres de longa data, indicava, se não uma atitude favorável, pelo menos menores resistências em relação ao capital e empresas estrangeiras. Poderia ser também um sinalizador da existência de forças sensíveis ou interessadas nas reivindicações de Berle, como ainda na alteração das leis de uso do subsolo e de refino do petróleo, fontes de conflitos crônicos entre nacionalistas brasileiros e grupos empresariais e políticos norte-americanos.

José Paulo Ribeiro, um pioneiro da ACAR, aventa uma outra hipótese que pode ter exercido influência na escolha de Minas Gerais:

"O engenheiro agrônomo Antônio Secundino São José (...) foi o criador da Agroceres, empresa (do grupo Rockefeller, segundo Colby & Dennett, 1998) *produtora de milho híbrido que na época tinha sua unidade de produção na cidade de Ubá, Zona da Mata de Minas Gerais, próxima à cidade de Viçosa. Provavelmente exerceu influência na escolha do estado para iniciar o programa de crédito supervisionado, pois transitava bem na AIA e na IBEC* (Companhia Internacional de Economia Básica), *sendo, na ocasião, diretor da Escola Superior de Agricultura de Viçosa"* (Ribeiro, 2000).

Colby & Dennett (1998) relatam que quando foi anunciada a disposição de Rockefeller de implantar *"projetos de desenvolvimento"* no Brasil, em cujo pacote inseria-se a AIA, nacionalistas brasileiros se opuseram, movidos pelo *"amargo ressentimento"* acumulado na luta contra a Standard Oil, por causa do controle do refino do petróleo brasileiro. Por certo, os nacionalistas não haviam olvidado os memoráveis confrontos com o próprio Rockefeller, no decorrer da década de 40, para proteger e impedir que a Amazônia brasileira passasse

para o controle norte-americano. Essas experiências, adquiridas no calor das disputas, e no enfrentamento dos fatos, com certeza fizeram-nos céticos quanto às virtudes de quaisquer propostas por ele dirigidas. Possivelmente sejam estes os homens desprovidos de *"espíritos progressistas"* aludidos no *Segundo Relatório Anual da ACAR* (1950).

Pode parecer, pelas análises até aqui empreendidas, que a filantropia de Rockefeller, executada através da AIA, objetivava oferecer uma contrapartida destinada a abrandar animosidades e promover sua imagem perante a opinião pública, dadas as possibilidades de insurgências contra a extensão de seus domínios na economia do país. Tudo isso certamente é verdade, mas seus objetivos iam mais além, a ponto de descaracterizar qualquer significado filantrópico nas atividades da AIA. Com efeito, a sentenciar mediante as revelações de Colby & Dennett (1998), os projetos daquela organização reduziam-se a meros empreendimentos econômicos, engenhosamente planejados. Confira-se:

"Enquanto as equipes da AIA (referência às instituições do tipo ACAR) *promoviam a criação de frangos, Nelson montava, através da IBEC, uma empresa de ração para aves. As equipes da AIA promoviam as virtudes dos fertilizantes químicos e a IBEC os vendia. A AIA encorajava o uso de sementes mais produtivas, a IBEC vendia sementes híbridas. A AIA pregou o evangelho dos pesticidas e herbicidas e a IBEC montou uma empresa de fumigação. As planícies do oeste do Paraná ofereciam terras adequadas para o cultivo extensivo mecanizado. (...) A Companhia de Serviços Mecanizados de Agricultura da IBEC (conhecida como EMA) fez boas vendas como representante de uma empresa americana com ampla participação dos Rockefeller, a International Harvester. O Brasil importou mais de um milhão de dólares em maquinaria em quatro anos e a EMA foi contratada para limpar mais de 40 mil ha de florestas".*

Os autores complementam: *"Era como nos velhos tempos. A AIA de Nelson estava repetindo na América do Sul o que a Junta Geral de Educação do pai e a Comissão Sanitária Rockefeller tinham feito no Sul e Meio-Oeste americanos".*

Ribeiro (2000) relata que a ACAR desde o seu primeiro ano de atividades, no cumprimento de suas prioridades técnicas, realizou a intermediação na venda de milho híbrido entre a Agroceres e os agricultores até que o comércio local se tornasse apto a desempenhar tal tarefa. Para que os agricultores pudessem confeccionar a silagem, a ACAR cedia por empréstimo uma ensiladeira fabricada em Lavras, Minas Gerais, da sugestiva marca *LIBECK*. O conteúdo desses fatos assume significados mais relevantes se se tiver presente que Walter Lion Crawford, um dos mais importantes assessores dos empreendimentos de Rockefeller no Brasil (Colby & Dennett, 1998), tornou-se o primeiro diretor da ACAR (1948-1953) e que Antônio Secundino São José foi também o primeiro presidente da Junta Administrativa da ACAR (Ribeiro, 2000).

Se, de fato, o expediente da ajuda externa sempre foi dirigido para abrir espaço à penetração do capital externo, domar resistências locais à sua expansão e para confe-

rir-lhe estabilidade, a "dadiva" Extensão Rural, com certeza, cumpriu sua função.

A IBEC - *International Basic Economy Corporation* foi, segundo Dalrymple (1968), uma organização fundada seis meses após a AIA, e que chegou a estruturar 130 subsidiárias em 33 países, combinando *"missão social"* com lucros. A autora esclarece que as leis dos Estados Unidos não permitiam a fundação de uma empresa com finalidades, simultaneamente, lucrativas e filantrópicas. Por isso, Rockefeller teve que criar a AIA e a IBEC.

Conclui-se, assim, que a cruzada econômico-ideológica de Rockefeller havia prosperado. No Brasil, a lista só dos empreendimentos da IBEC, fornecida por Colby & Dennett (1998), é, por demais, extensa para ser enumerada, abrangendo diversificadas áreas dos setores da economia. Apenas o Crescinco, u.n fundo de investimentos por ela criado, tinha participação em mais de cem empresas brasileiras e tornou-se o maior fundo da América Latina.

No plano ideológico, o *Segundo Relatório Anual da ACAR* (1950) confirma a sintonia da organização com a doutrina anti-socialista apregoada pelos agentes do capital. Após discriminar o alcance das realizações da ACAR, finaliza: *"Esta é uma das respostas da democracia aos perigos que ameaçam os povos amantes da liberdade"*. Uma réplica dos discursos de Truman e Rockefeller.

3- CONCLUSÕES

Remetendo-se às questões formuladas no início deste capítulo, pode-se compreender a iniciativa de Rockefeller como um projeto de uma astúcia singular. O que lhe interessava, na verdade, era o poder, a riqueza, a honra. Todos se combinando de forma sinérgica para a maximização de cada um. A disponibilização de seus recursos e de seu empenho individual consistiram meios para conquistar a aprovação e benemerência tanto de seus compatriotas como dos receptores de suas dádivas. Em relação aos primeiros, importava-lhe convencê-los de seu engajamento na causa comum dos norte-americanos, traduzida na expansão do capital, na luta contra o nazi-facismo e o comunismo. O sucesso nesse empreendimento render-lhe-ia dividendos políticos – a serem investidos em cargos na administração do governo de seu país – e, simultaneamente, dividendos financeiros – a serem incorporados na rubrica de seu programa particular de ajuda externa, que nessas circunstâncias não seriam mais tão particulares. Quanto aos receptores de seus benefícios, à medida que lhes elevasse o volume da oferta, especialmente com o endosso da cúpula de seu país, o reconhecimento que lhes haviam de prestar converter-se-ia em moeda de troca a ser negociada entre seus pares. Por último, mas não menos significativo, restava tudo o que haveria de obter nos negócios privados internamente, conforme salientado sobejamente.

Face a essas constatações, o termo "filantropo" soa como que carregado de exagero. De equívoco. Os reais interesses de Rockefeller parecem não autorizar que se lhe tribute honra devido à sua "ajuda". Pode-se reconhecê-lo, sem margem à dúvidas, como um "homem de negócios" e, nesse caso, render-lhe o preito de observador da filosofia maquiavélica, segundo a qual, os fins justificam os meios.

COLBY, G; DENNETT, C. *Seja feita a vossa vontade: a conquista da Amazônia:* Nelson Rockefeller e o evangelismo na idade do petróleo. Rio de Janeiro: Record, 1998. 1.059p.

DALRYMPLE, M. *The AIA story: two decades of international cooperation*. New York : 1968. 221p.

FONSECA, MTL. *A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985. 190p.

RIBEIRO, JP. *A saga da extensão rural em Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2000. 270 p.

SEGUNDO relatório anual da ACAR – 1950. Belo Horizonte: ACAR, 1950. 12 p.

Cad. Téc. Vet. Zootec., n.45, p.16-38, 2004.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICA EXTENSIONISTA

Erly do *Prado*
MédVet., Dr., Prof.Adj.
e-mail: erly@vet.ufmg.br

Flávio Ernandes Ribeiro da *Cruz*
MédVet., Mestre em Desenvolvimento Rural, Prof.Adj. (aposentado)

Departamento de Zootecnia
Escola de Veterinária da UFMG.
Caixa postal 567
30.123-970 Belo Horizonte, MG

SUMÁRIO

1. Introdução 16
2. Padrão estrutural extensionista 16
3. O "modelo clássico" 18
4. O modelo difusionista-inovador 21
5. Uma tentativa frustrada de reconstrução 34
6. Conclusões 36

1. INTRODUÇÃO

A difusão de tecnologias no meio rural tem sido, historicamente, o fundamento das atividades de Extensão Rural no Brasil. Com efeito, acha-se representada no imaginário extensionista como o imperativo primordial do desenvolvimento, primeiro no campo e, por extensão, nos demais setores da economia. Tornou-se, assim, um axioma, uma regra sob cujas perspectivas encaminhou-se toda a estruturação das instituições organizadas com tal objetivo, tanto no que diz respeito às configurações físicas, quanto ideológicas e filosóficas.

O dogma da difusão tecnológica entranhou-se tão solidamente na cultura extensionista que resiste à escalada do tempo, tolera a devastação ambiental, mantém-se indiferente à exacerbação das desigualdades sociais, ao incremento do êxodo rural e ao recrudescimento da pobreza no campo. Sobrevive inclusive à crise da Extensão Rural, não obstante tenha-se constituído em um dos elementos a deflagrá-la.

Este trabalho dedica-se a examinar a prática extensionista, cotejá-la com os pressupostos teóricos que a sustentam e investigar nesses alicerces que conteúdo faz a crença extensionista tão forte e universal e qual a sua procedência.

2. PADRÃO ESTRUTURAL EXTENSIONISTA

Em outros artigos procurou-se destacar o descomprometimento do Estado com os interesses agrários, ruidosamente manifesto na política de Extensão Rural desde a sua origem até a extinção da Empresa Brasileira de Extensão Rural – Embrater.

Consubstanciada, pois, em instituto outorgado, com a função de atender a demanda

dos outorgantes, às vezes expressa, às vezes dissimulada, a Extensão Rural sempre reuniu pouca probabilidade de que seus serviços pudessem contribuir para resolver ou amenizar a tão decantada questão agrária. Os problemas cruciais do meio rural, afetos aos outorgados, sob essa perspectiva, encontrariam poucas chances de resolução.

Uma possibilidade razoável de minimizar as deficiências imanentes às decisões autoritárias sobre as políticas daí derivadas seria dispor de um corpo profissional bem formado, sensível aos desníveis econômicos e sociais, aos problemas, dificuldades e reclamos verificados em sua área de atuação; disposto a enfrentar os desafios e assumir compromissos com as necessidades de mudanças requeridas. Isso significaria contar com extensionistas integrados ao ambiente de seus clientes, interagindo permanente, consciente e dialogicamente com eles, para juntos descobrirem alternativas que implicassem, de fato, em transformações *"libertadoras"*.

No entanto, que oportunidades foram oferecidas a esses profissionais, oriundos de escolas deficitárias, especialmente quanto à dimensão social, existindo em um contexto de sociedade marcada pelo autoritarismo (Chaui, 2000), e amalgamada por uma política desenvolvimentista, assentada no refrão falacioso do bem-comum (Rodrigues, 1994); rigidamente doutrinados para o exercício de suas funções e em cujo adestramento prevaleceram modelos alienígenas carregados de conteúdos ideológicos?

De uma forma geral, os profissionais da Extensão, uma vez engajados na cultura do meio em que foram formados, absorveram, sem muitas restrições, as determinações e o modelo de trabalho idealizado. Além de não se empenharem coletivamente na correção do projeto original, através de substitutivos que reorientassem a função e o objetivo da prática extensionista, para atender aos interesses dos agricultores e, consequentemente, resolver os problemas do meio rural, a burocracia extensionista procurou afastar-se cada vez mais dessa perspectiva. Protagonizou o desvio do foco de suas ações, regulamentado para atender apenas os pequenos agricultores; fez-se parceira do projeto desenvolvimentista, conectando-o com as necessidades de expansão e modernização da agricultura e, assim, na ânsia de "mostrar serviço" e se consolidar, deixou para trás sua clientela, os compromissos que ela demandava e a oportunidade de convivência e integração à sua realidade, donde poderia ter resultado na aprendizagem e sistematização de metodologias apropriadas à ação extensionista.

Sabe-se que, ao propor a criação da ACAR, Rockefeller, previamente, adiantou qual seria o papel daquela instituição e como e para que o desempenharia, isto é, definiu a linha mestra do que seria a filosofia e a prática extensionista. Baseando-se no diagnóstico da necessidade de se incrementar o uso de técnicas agropecuárias para aumentar a produção e a produtividade da agricultura brasileira e, assim, melhorar as condições de vida da população rural, propôs que a referida instituição cumprisse tal desígnio através de atividades de assistência técnica atrelada ao crédito rural (Segundo Relatório Anual da ACAR, 1950).

Independentemente da fonte de inspiração para a formulação desse modelo teórico de trabalho, seja a FSA (Segundo Relatório

Anual da ACAR, 1950; Figueiredo, 1984 e Fonseca, 1985) ou o projeto de estruturação do próprio *"mercado"* (Colby & Dennett, 1998), o fato é que os preceitos nele estabelecidos, sempre compuseram, mais ou menos rendilhados, a parte mais substantiva e central do discurso oficial da Extensão Rural. Em que pese as chamadas *"evoluções conceituais"* (Lopes, 1967) ou os supostos *"desvios de rota"* (Ribeiro, 2000) da Extensão Rural, o discurso e a prática extensionistas, até o advento da crise, jamais se afastaram desse paradigma. Tanto assim é, que a partir do marco em que se cristalizou a falência das bases monetárias supridora do crédito rural, todo o Sistema começou a emperrar-se.

Essas observações testificam o quanto nós extensionistas fomos submissos e acomodados à proposta original de Rockefeller. Nunca faltaram críticas ao modelo, tanto interna quanto externamente, porém, as reestruturações, mesmo quando eram empreendidas tendo-o em suspeição, na prática, sempre se orientaram no sentido de reafirmá-lo. A função essencialmente difusionista foi reiterada até a última grande remodelação que criou a Embrater, cuja lei prescrevia, conforme registro de Rodrigues (1978)

"que a nova empresa promovesse, estimulasse e coordenasse programas de Assistência Técnica e Extensão Rural visando a difusão de conhecimentos científicos de natureza técnica, econômica e social" (...).

Os casos isolados de emprego de metodologias diferenciadas na ação extensionista resultaram de iniciativas individuais de técnicos "dissidentes", inconformados com a orientação oficial e motivados a encontrar saídas que lhes possibilitassem oferecer solução para as necessidades de seu público de trabalho. Tratavam-se, no entanto, de exceções à regra.

3. O "MODELO CLÁSSICO"

Muitos autores (Lopes, 1967; Fonseca, 1985; Figueiredo, 1984; 2000) ressaltam a influência norte-americana na produção do discurso teórico-filosófico da Extensão Rural no Brasil.

A primeira tentativa de formulação de uma explicação do "que fazer" extensionista adotou como referencial o chamado *"modelo clássico"* do Serviço de Extensão Rural norte-americano, o *Cooperative Extension Service*. Segundo este modelo, a Extensão Rural constitui um elo de ligação entre o povo rural e as estações experimentais. Nestas, produzem-se conhecimentos que são transferidos pela Extensão Rural ao povo do campo por meio da comunicação. De volta, a Extensão leva às estações experimentais a problemática vivida no meio rural, para que seja convertida em objeto de pesquisa. Silva & Lima (1984) o esquematizaram da seguinte forma:

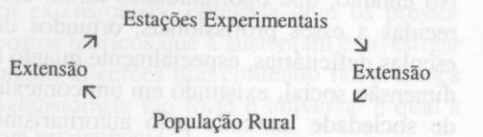

Figura 1. Representação esquemática de atuação da Extensão Rural, segundo o "modelo clássico".

Na interpretação de Bordenave (1988), o modelo clássico induz à convicção no pressuposto de que se os conhecimentos técnicos forem, via extensionistas, colocados à disposição dos agricultores, estes, certamente, lograrão melhoras em seus níveis de conhecimentos e habilidades e,

consequentemente, em suas lides no meio rural. Como resultado, teriam assegurado o aumento da produção e produtividade, a elevação da renda e, finalmente, o desenvolvimento rural e global, pela elevação de seus padrões sociais e educacionais e maior oferta de matéria-prima e alimentos a preços capazes de tornarem efetivas mesmo demandas de classes de menor poder aquisitivo.

A crença nessa perspectiva fascinou os extensionistas e os direcionou cada vez mais para a prática tecnicista-produtivista. Afinal, elevar o padrão de vida de seu público e, em função disso, impulsionar o desenvolvimento da nação constituía uma tarefa sobremaneira nobre. A crença na faculdade de contribuir para o desempenho dos outros setores da economia emprestava um certo destaque à função do extensionista e o alçava acima das questões meramente setoriais e locais; impunha-lhe uma exigência de operar com expectativas de resultados não apenas domésticos e parciais, mas extensivas à esfera macroeconômica, relativamente ao funcionamento e integração dos diversos setores. Tornou-se corrente no rol das preocupações dos extensionistas, pelo menos no plano da retórica, o controle das taxas de inflação, o custo da cesta básica, o pleno abastecimento do mercado de produtos agrícolas, o peso dos produtos agropecuários na pauta das exportações, etc., interesses perfeitamente identificados com os problemas oficiais.

O papel da agricultura, projetado no *Plano Diretor Qüinqüenal da ABCAR* (1960), ilustra, categoricamente, a expectativa dos extensionistas quanto a resultados globais, o grau de sintonia de seu discurso com o programa oficial da nação e o direcionamento do enfoque e de suas preocupações no sentido de resolver aquelas questões. Por outro lado, põe em relevo a falácia da filosofia da Extensão Rural no que tange ao seu público de trabalho.

"A agricultura desempenha múltiplo papel no processo de desenvolvimento econômico. Compete-lhe prover a alimentação do povo; fornecer as matérias primas necessárias a importantes indústrias (...) proporcionar a maior parte das divisas capazes de permitir a expansão do parque industrial e a importação de produtos essenciais a nação; (...) mercado consumidor de diversos e importantes produtos industriais (...)".

Como se nota, a visão extensionista não passava por cima apenas do seu suposto público beneficiário, com seus problemas, mas também da população rural e do próprio setor agrário, prescindindo de suas carências e necessidades. Embora o setor rural constituísse a área de atuação da Extensão Rural, seu projeto registrava como meta última, oferecer soluções para o setor industrial, mesmo que a referida consecução, como se verá adiante, resultasse em transtornos e sacrifícios para o meio agrário. O compromisso do extensionista com a política industrial do modelo de substituição de importações era levado tão a sério que comprometia sua própria ética, conforme se verifica a seguir no texto relativo a um outro papel da agricultura:

"Cabe finalmente à agricultura suprir de mão-de-obra as atividades industriais (...) num êxodo que é fenômeno normal desde que seja um processo gradativo e seja acompanhado de melhoria da produtividade, no setor agropecuário, pela introdução e disseminação da moderna tecnologia".

Como pode uma instituição que elegeu os "pequenos agricultores" como público beneficiário prioritário de sua ação admitir tão impudentemente sua expropriação e expulsão do campo como um fenômeno absolutamente normal? E exatamente em decorrência da introdução da "moderna tecnologia" que, segundo apregoa sua própria filosofia, trata-se do instrumento fundamental para o desenvolvimento daqueles agricultores? Curioso é constatar ainda que nenhum tipo de constrangimento pode sobrevir-lhe, em função do êxodo rural, senão motivado por um malogro no cumprimento da meta do aumento de produtividade. Produtividade para quê e para quem, se aqueles que a Extensão Rural professou fé na melhoria de suas condições de vida são por ela mesma descartados, não constituindo preocupação o fato de milhões de pequenos proprietários perderem suas terras? Outra curiosidade do Plano refere-se à inexistência de registros de conflitos sociais no campo, extremamente graves naquela época.

A contradição do discurso extensionista é flagrante. Fala-se no pequeno agricultor, na elevação de seu padrão de vida, todavia, mais como um amuleto da retórica ou como meio de legitimar politicamente o discurso e a ação pública, e ainda como uma forma de exercer o controle sobre esse segmento significativo da população. Na verdade, o que parece orientar a ação extensionista é o desempenho do mercado. Um mercado em que a agricultura só tem responsabilidades: fornecer alimentos, matérias-primas, mão-de-obra, divisas e adquirir produtos industrializados. Nesse processo, o extensionista se posiciona como um administrador dos recursos terra, produtores, instrumentos, tecnologia, organizando-os e os submetendo para a consecução dos objetivos "nacionais". Os objetivos dos agricultores, na visão do extensionismo, não carecem de preocupações, eles são automática e generalizadamente atendidos no instante em que as inovações tecnológicas recomendadas são adotadas. Estão, portanto, implícitos no ato mesmo de adoção da tecnologia que, segundo observações de Figueiredo (1984), a visão extensionista qualifica como boa e neutra.

A postura extensionista, enfim, apresenta o tipo de visão criticada por Mantega (1985), que identifica o problema da agricultura como sendo de *"ausência de capitalismo e não o seu resultado"*. Neste ponto, salta a vista mais uma contradição da prática extensionista. Enquanto o capitalismo penetra o campo, destituindo os pequenos agricultores de seus meios de produção e os expulsando de seus ambientes de trabalho, muitas vezes conduzido pela própria ação da Extensão Rural, o discurso extensionista identifica o êxodo em função da recusa daqueles produtores em aceitar as benesses que o capital lhes oferece (Prado, 1999). Aos efeitos perversos do capitalismo, os toma como resultado de sua falta (Mantega, 1985).

Desse modo, com a atenção concentrada nos aspectos macros – postura absolutamente justa, se não fosse equivocada – a Extensão Rural negligenciou a sua principal esfera de ação e o seu potencial público beneficiário. Fê-los secundários e objetos para alcançar resultados favoráveis a outros grupos, em outros setores e, em certos casos, antagônicos aos interesses de sua clientela. Na filosofia de trabalho, por exemplo, preconiza-se promover a elevação da produção, para atender aos requisitos da farta oferta de alimentos e matérias-

primas, com preços reduzidos e, simultaneamente, propiciar o incremento da renda dos produtores. Deixando de lado, por agora, o flagrante descompasso com as leis de mercado, cabe questionar qual é a natureza do compromisso do extensionista com seus clientes, que o faz olhar primeiro ou absolutamente para as carências do mercado, para a redução do custo da cesta básica e para a exeqüibilidade das políticas monetárias? De outro lado, que parâmetro tem sido usado para mensurar a performance da renda dos produtores, se só muito recentemente programas de determinação de custos começaram a ser usados, e muito pontualmente? Acentua-se, com essas observações, que a retórica do aumento da renda do produtor, que se tornou lugar-comum na literatura extensionista, não se dignou sair de si mesma e ultrapassar sua mera dimensão verbal.

Se nos atermos à dimensão quantitativa, constataremos que depois da implantação da Extensão Rural, o país, de fato, deu um salto, a ponto de, a partir de meados da década de 80, reconhecer-se a produção de super-safras (Martine, 1991). Em termos de produtividade também houve ganhos, embora desuniformes em relação a produtos, produtores e regiões. A melhoria da renda e das condições de vida, principalmente das categorias localizadas na escala inferior da hierarquia social, no entanto, continua um dilema sem sinal de superação, com êxodo rural gradativo (Romeiro, 1994), movimentos sociais em franca expansão. Mesmo assim, o discurso, de uma forma geral, não se alterou. Continuamos apegados aos nossos dogmas, servindo à criatura – a tecnologia – em vez de nos servirmos dela.

Freire (1979) nos pergunta: *"Quem pode comprometer-se"*? E completa:

"Se a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, não existe no ser, seu estar no mundo se reduz a um não poder transpor os limites que lhes são impostos pelo próprio mundo, do que resulta que este ser não é capaz de compromisso. É um ser imerso no mundo, no seu estar, adaptado a ele e sem ter dele consciência".

À luz das reflexões de Freire (1979), será que não poderíamos deduzir que o nosso distanciamento contumaz dos nossos clientes, da nossa função imediata, não se prende à nossa dificuldade em refletirmos sobre o nosso papel e a nossa práxis no serviço da Extensão Rural? E por isso, institucionalmente, não fomos capazes de assumir um compromisso real? Não seria em função da nossa acomodação "no mundo" que não conseguimos ultrapassar nem mesmo os limites das teses rockefellerianas? A nossa imersão total, como se verificou no relato sobre o papel da agricultura, em que as teorias desenvolvimentistas, de corte fundamentalmente industrialistas, são integralmente assumidas, não nos fez afastar da razão? A prerrogativa da reflexão sobre o nosso "estar no mundo" pode traduzir-se em um instrumento capaz de nos tornar mais humildes, mais pés-no-chão, mais próximos e comprometidos com a nossa função e com os nossos clientes.

4. O MODELO DIFUSIONISTA-INOVADOR

Ao modelo clássico, sucedeu um outro denominado *difusionista–inovador*, formulado por Rogers & Shoemaker (1971). De acordo com Fonseca (1985), houve necessidade de *"(...) adequar o modelo extensi-*

onista americano à realidade do subdesenvolvimento".

O modelo difusionista-inovador estruturava-se segundo a intenção primordial de oferecer subsídios sobre como maximizar a adoção de tecnologias. Havia e houve, por muito tempo depois, uma aguçada curiosidade, traduzida em inúmeras pesquisas científicas, a respeito de fatores que interferiam positiva e negativamente na difusão de práticas agrícolas. Era observado que algumas técnicas difundiam-se rapidamente; outras exigiam um período maior de tempo; outras ainda, não logravam aceitação. Nos países chamados subdesenvolvidos, assegurava-se, o lapso de tempo necessário à difusão era superior ao verificado para os desenvolvidos (Rogers & Shoemaker, 1971).

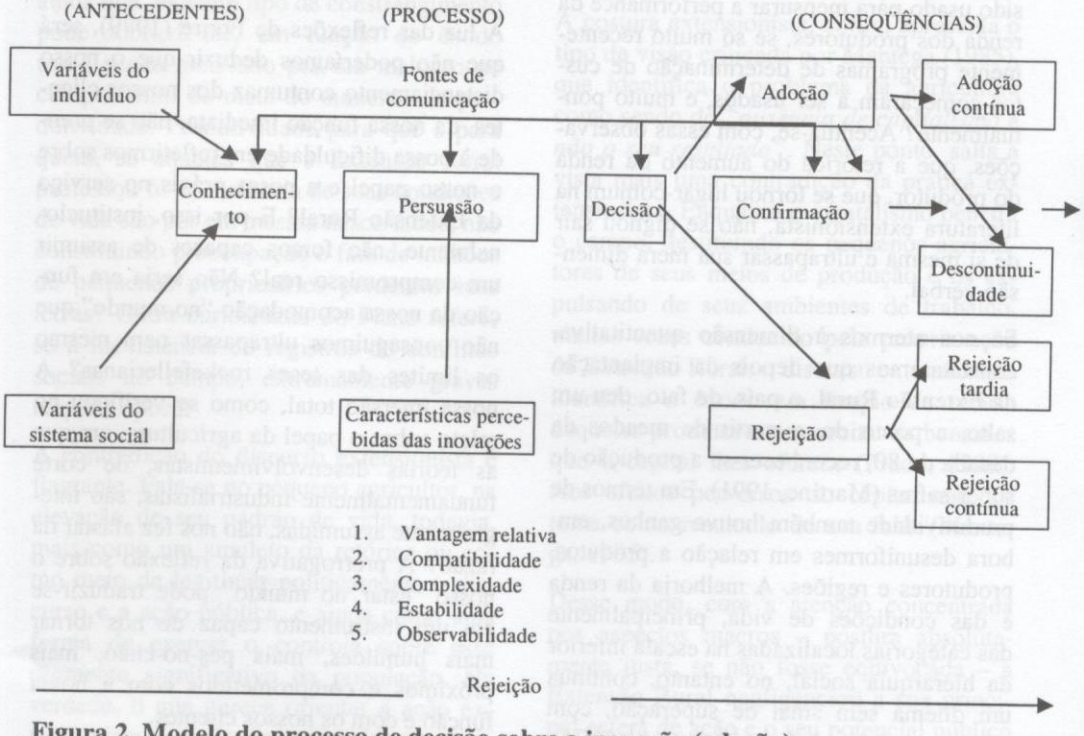

Figura 2. Modelo do processo de decisão sobre a inovação (adoção)

Assim, o enfoque central do modelo difusionista – o processo de decisão sobre a inovação (Fig.2) – procurou dar conta de uma série de variáveis relacionadas com a difusão, tanto as que agem no sentido de favorecê-la quanto de inibi-la, para orientar os extensionistas a estabelecerem suas estratégias de ação, de modo a poderem agir mais racionalmente ao interferirem no curso das decisões dos produtores e, assim,

alcançarem maior margem de probabilidades de encaminhá-las na direção desejada, que é a adoção, maximizando os adotadores e reduzindo o lapso de tempo normalmente gasto.

O processo compõe-se de três partes. Na primeira, denominada *"antecedentes"*, estão relacionadas variáveis que indicam uma maior ou menor probabilidade de adoção. Elas estão presentes no indivíduo ou em seu sistema social, e podem ser previamente avaliadas pelo *"agente de mudanças"*, como é chamado o extensionista, antes de empreender qualquer proposta de inovação. Além disso, o conhecimento prévio faculta-lhe, em certos casos, contornar algumas deficiências constatadas, alterando o perfil das variáveis. Por exemplo, se se verifica uma fraca *"capacidade econômica"* – variável individual – que afetaria negativamente a decisão de adoção, o agente de mudanças poderia recorrer a um sistema de financiamento, como o crédito rural – variável do sistema social – para disponibilizar os recursos financeiros exigidos. Se o sistema social não dispõe da referida estrutura, entre as atribuições do técnico passa a figurar mais este desafio.

Por outro lado, poderia acontecer que outras variáveis individuais conspirassem contra a tomada de decisão de adoção ou mesmo contra a concretização da alternativa proposta pelo técnico. Sobre algumas delas – *"idade, empatia, cosmopolismo, inclinação ao risco"* – nada ou quase nada poderia o técnico influir, se não fossem favoráveis. Sobre outras, no entanto – *"nível de aspirações, contato com técnicos, atitudes"* (favoráveis ou não aos agentes) – apresentando-se desfavoráveis, no médio para longo prazos, seria possível realizar intervenções profícuas.

O sistema social, da mesma forma, pode oferecer barreiras mais ou menos sólidas à ação e realização do "propósito extensionista". Sistemas de transportes, de comercialização, de organização rural, por exemplo, quando carentes ou inexistentes, são mais passíveis de interferência do que os sistemas de normas e regras sociais.

O segundo componente do processo de decisão sobre a inovação, definido como *"processo"*, propõe uma seqüência de quatro estágios para explicar como a decisão é tomada.

A cadeia de eventos, uma vez que os indivíduos estejam expostos às fontes de comunicação, inicia-se com o *"conhecimento"* da inovação. Se o fato de conhecê-la coincide com uma necessidade prévia ou a faz desenvolver, o indivíduo entra para o estágio da *"persuasão"*, em que debate consigo mesmo sobre as possibilidades de adotá-la. Avalia suas próprias condições, as características da prática, consulta pessoas de sua confiança, para, finalmente, tomar sua *"decisão"*, que pode ser de adotá-la ou rejeitá-la. Neste ponto da ação individual, o processo de decisão sobre a inovação está transitando para o terceiro segmento de sua estrutura, que trata das *"conseqüências"* da decisão. Isso significa que após decidir adotar ou rejeitar uma técnica, o indivíduo ainda pode recuar, realizando uma adoção ou rejeição temporária, e não contínua. Por isso, instituiu-se a *"confirmação"* da decisão como o quarto estágio do *"processo"*. Verifica-se que esse quarto estágio do *"processo"* está imbricado no terceiro segmento da estrutura do modelo.

De olho em tantas possibilidades, o "agente de mudanças" cuida para controlar e direcionar o processo no sentido da adoção contínua, que é o alvo de todo o seu esforço. Rogers & Shoemaker (1971) mapeam os pontos-chave do processo, ressaltando os loci onde a presença daqueles agentes é imprescindível, e os adverte para a veiculação de mensagens adequadas às situações e encorajadoras dos indivíduos, para motivá-los a decidir pela adoção e, posteriormente, evitar retrocessos. O resultado a ser alcançado, decorrente da adoção das práticas recomendadas, na perspectiva dos autores, corresponderia a uma transição de um modo de vida tradicional ao moderno, e equivaleria a uma ultrapassagem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento.

Um pouco de desatenção na análise desse modelo e das práticas por ele historicamente fomentadas, poderia resultar em préstimos de louvor a um e às outras, por atribuir-lhes coerência e intenções elevadas, como fizeram seus autores e ainda fazem largamente os atores. A desatenção diz respeito à não observância das limitações e até dos preconceitos inerentes àquelas formulações e práticas.

Afinal, qual é a base de sustentação para as garantias de que o uso generalizado de tecnologias converta-se, necessariamente, em benefícios para o adotante e para o seu meio social? Ampliando a indagação, como assegurar esse benefício, indiscriminadamente, ao universo de produtores, imputando à inovação tecnológica o atributo de corretora de todas as distorções do meio rural? Tal procedimento, empreendido unilateralmente, isto é, decidido apenas do lado da produção, não resultaria em excesso de produtos no mercado? Em aviltamento de preços? Em uma maior depredação ambiental? E, contrariamente, no fracasso de multidões de produtores? Necessitamos mesmo que todas as nossas terras apresentem alta produtividade? É esse, com efeito, o nosso problema? É essa a carência maior do setor agrário? De onde provém essa crença? Como se consolidou essa cultura?

Se os princípios difusionistas não se podem sustentar nem empiricamente, como se mostrará adiante, nem pela lógica dos argumentos, por que eles sobrevivem à crise da Extensão Rural e persistem hegemônicos tanto no ambiente da assistência técnica como do ensino e da pesquisa voltados para a esfera agrária? A quem, na verdade, interessam e servem, com semelhante incondicionalidade, seus pressupostos?

Figueiredo (1984) nos presta valiosas contribuições esclarecendo que

"Tradicionalmente os extensionistas, em geral, não têm compreendido a ciência e a tecnologia como produtos de um modo de produção definido e como suportes de relações sociais determinadas. Sua própria formação escolar mitifica o conhecimento científico-tecnológico como algo subsistente, socialmente neutro, eticamente bom. Daí a crença em muitos deles arraigada de que a ciência, tecnologia, desenvolvimento e produtividade são necessariamente instrumentos do bem-estar social".

De acordo com o que salienta o autor, o mito em que se configurou a tecnologia não corresponde a um apanágio exclusivo do Serviço de Extensão Rural, pois ele está presente nas escolas, que o reproduzem, possibilitando sua irradiação para todas as áreas em que os profissionais delas egressos se filiem. Assim sendo, apesar da crise da Extensão Rural, os princípios difusionis-

tas continuam sendo reafirmados, ensinados, dogmatizados.

Outra motivação para a persistência do difusionismo que se pode encontrar em Figueiredo (1984), reside em um outro mito, criado em torno do extensionista, que o credencia como o "agente de mudança". Sublinha o autor que *"tal concepção é impregnada de autoritarismo"*, e que

"No fundo pressupõe-se que ele tem uma profunda compreensão da realidade social e que sabe em que e para onde mudá-la. No limite cabe-lhe motivar e orientar os agricultores para que eles realizem as mudanças".

Talvez o condicionador preponderante na vigência, assim como na concepção e consolidação da doutrina difusionista tenha sido de ordem político-ideológica, que sobrepõe, inclusive às alternativas anteriores. Resgatá-lo implica em recorrer aos primeiros desdobramentos da ciência antropológica.

Fonseca (1985) assinala que o modelo difusionista-inovador foi inspirado *"na teoria difusionista produzida a partir dos trabalhos desenvolvidos por antropólogos e sociólogos, principalmente ingleses, no final do século passado e início deste, como fruto das pesquisas realizadas nas zonas coloniais e na Teoria dos Sistemas Sociais de Talcott Parsons"*.

A teoria dos sistemas sociais, claramente visível no componente *"antecedentes"* do processo de decisão sobre a inovação, versa, conforme discorre a autora, sobre a possibilidade de difusão de novas idéias no interior de um sistema social. Dá indicação de como o peso da estrutura – normas, posições sociais, hierarquias, etc. – pode moldar a conduta individual, estimulando ou dificultando a difusão.

Enquanto a teoria dos sistemas sociais parece tratar de fenômenos universais, a teoria difusionista foi edificada por sobre fortes bases de preconceito e autoritarismo, presumindo a discriminação social, a classificação hierárquica e, consequentemente, a exploração entre povos, segundo o estágio de produção material.

A origem dos preconceitos remonta a um passado longínquo, ao instante em que se começou a construir discursos sobre o próprio homem, sob o impacto provocado pela figura do estranho. De acordo com Laplantine (1989), isto se sucedeu com a descoberta do "novo mundo", que ensejou aos habitantes do "velho continente" colocarem-se em contato com outros povos até então desconhecidos. Intrigados com as diferenças, os aventureiros conquistadores aplicaram-se a formular juízos sobre os nativos, identificando-os como *"selvagens"*. Para uns, os selvagens eram feios, ociosos, preguiçosos, dados ao vício, sem consciência, sem religião, sem moral, sem leis. Para outros, ao contrário, eram bonitos, trabalhadores, mansos, pacíficos, virtuosos, religiosos, etc. Bons ou maus, angariando o fascínio ou a recusa do *"civilizado"*, os estranhos continuaram sendo reconhecidos como selvagens e indignos do status de seres humanos por mais de 200 anos. Mas mesmo assim, permaneceram alvos do assédio do conquistador, que pretendia extrair vantagens daquela condição, conforme salientou Laplantine (1989):

"São objetos-pretextos que podem ser mobilizados tanto com vistas à exploração econômica, quanto ao militarismo político, à conversão religiosa ou à emoção estéti-

ca. Mas em todos os casos o outro não é considerado para si mesmo. Mal se olha para ele. Olha-se a si mesmo nele".

O autor acrescenta que essas concepções sobre o *"outro"*, o *"estranho"*, perduraram até a crise do pensamento humanista do século XVIII, na Europa. A partir dessa época, a visão sobre ele começou a ser reelaborada sob os auspícios de um projeto de criação de uma ciência destinada ao estudo do homem, que procurasse compreendê-lo em seus aspectos múltiplos e no seu ambiente concreto, que não mais se limitasse à reflexão e excluísse as interpretações transcendentais. Uma ciência que produzisse um conhecimento empírico, um saber positivo do homem.

As condições para a concretização desse projeto, no entanto, só emergiram no século seguinte e, assim, se constituiu a ciência antropológica, conforme observa Laplantine (1989), com a atribuição de estudar as *"sociedades primitivas"*:

"Ora, no século XIX, o contexto geopolítico é totalmente novo: é o período da conquista colonial (...). É no movimento dessa conquista que se constitui a antropologia moderna, o antropólogo acompanhando de perto, como veremos, os passos do colono".

Pode-se supor que por mais condescendentes que tenham sido os princípios norteadores da nova ciência, a mudança de concepção não deve ter resultado em vantagens significativas para o estranho. Ele deixa de ser selvagem, ultrapassa a fronteira da natureza para ascender à dimensão da cultura, torna-se um primitivo e, nessa condição, alvo da simbiose de interesses.

Para aqueles que crêem na neutralidade da ciência, eis uma flagrante associação, que lhe retira qualquer requerimento de isenção: o cientista e o colono, ciência antropológica e conquista colonial. O alvo: as sociedades primitivas. Ao cientista importa-lhe conhecê-las, deslindar-lhes o modo de vida, os costumes, as crenças, a cultura. Ao colono interessa explorá-los economicamente, cuja empresa torna-se facilitada mediante os subsídios oferecidos pelo conhecimento científico.

Os primeiros trabalhos então produzidos pela nova ciência foram direcionados para a explicação da alteridade, contrapondo o civilizado ao primitivo, o mundo do observador ao submundo do observado.

Morgan (1971), um de seus precursores, defendeu a proposição de que toda a humanidade evoluía em uma única direção. Partiria de uma mesma origem, trilharia percursos idênticos, para alcançar um estágio final análogo. O autor destacou uma série de realizações comuns à raça humana – a invenção do arco e da flecha; a descoberta e domínio na produção do fogo, da roda, da cerâmica; o cultivo de plantas; a domesticação de animais – sistematizou-as em ordem cronológica e, em função do peso decisivo de algumas delas na alteração do modo de vida, subdividiu a trajetória humana em três estágios que se sucedem – selvageria, barbárie e civilização. Todos os povos, segundo essa teoria, a que se denominou evolucionista, seguiriam inexoravelmente essa rota.

A lógica dessa premissa assentava-se na perspectiva da existência de uma *"unidade da espécie humana"*, de uma *"identidade psíquica"*, cuja fatualidade concorreria para guiar os indivíduos, uma vez parti-

lhando necessidades comuns, a desenvolver experiências e também resultados equivalentes.

Nessa mesma linha de abstração, Tylor (1970) asseverara sobre a existência de leis naturais que governam os pensamentos, desejos e ações humanas, e que, por isso mesmo, em locais e tempos distintos, sociedades em estágio de evolução equivalentes tendem a agir de forma idêntica consubstanciando efeitos semelhantes. Por via desse parecer, deduz que, em última instância, não existe diversidade entre as culturas da raça humana; o que de fato existem são estágios diferentes, em função de *"ritmos desiguais"* de desenvolvimento. Portanto, seria possível construir uma *"escala de civilização"* e distribuir entre seus extremos todos os povos, conforme o estágio que cada um tivesse alcançado, situando na extremidade inferior o primitivo e, na superior, o civilizado.

Observa-se que com o advento da nova ciência – a Antropologia – operou-se uma flexibilização na alteridade. O fundamento que separa o *"outro"*, agora não mais tão estranho, do europeu não mais se assenta em pressupostos religiosos. Aliás, o *"selvagem"* não era mais um reprovado pelas hostes eclesiais, fora aceito como humano, possuidor de alma. A diferença entre ambos consiste, então, no estágio de produção material. Em termos espirituais e orgânicos admitia-se a universalização da raça humana.

De acordo com a perspectiva materialista, reconhece-se um abismo entre as sociedades denominadas primitivas e a civilização, representada pelo europeu. Entretanto, esse novo parâmetro não apresenta a rigidez do primeiro, aparece relativamente flexível, em função da *"identidade psíquica"* da humanidade. Movidos por essa faculdade, todos os povos tornam-se capazes de romper as barreiras de cada estágio que os separa da civilização. A própria identidade do aparelho psíquico, de acordo com a teoria, indica que essa é a sina de toda a humanidade, a exemplo do que aconteceu com o europeu que também partiu de uma realidade primitiva.

A civilização, dotada de progresso material, do desenvolvimento tecnológico configura-se, assim, no ponto de chegada de todas as sociedades. Converte-se no estágio em que as hierarquias são superadas e as variadas condições de vida são niveladas. È para lá que as expectativas deveriam se convergir na busca do referencial para o processo de transformação.

Aos povos distantes daquele pedestal caberia uma espécie de negar-se a si mesmo, renunciar à sua cultura, aos métodos de produção, considerados arcaicos ou atrasados, em favor de procedimentos mais modernos. Nesse sentido, deveriam contar com a "ajuda" dos europeus, uma vez que eles portavam a experiência de haver cumprido todas as etapas.

Laplantine (1989) sublinha que ao atribuir ao europeu, na condição de civilizado, a função de "prestador de ajuda", a Antropologia conferiu-se o estigma de *"justificar teoricamente a prática do colonialismo"*.

O pensamento evolucionista hegemônico na Antropologia, contudo, tornou-se alvo de contestações por uma nova escola que se projetou opondo-se à idéia de que cada sociedade, individualmente e por seus próprios e únicos méritos, realizasse todas as invenções e descobertas capazes de impulsionar-lhe a marcha do progresso

rumo à modernidade cultural. *"Quão difícil é a inovação ou a criação de novos valores culturais"*, reproduz Mello (1987) aludindo ao pensamento da corrente inglesa de reação ao evolucionismo.

A nova escola que então se constitui propugna que o desenvolvimento das sociedades dá-se fundamentalmente em função da difusão de valores culturais decorrentes da ocorrência de contatos entre elas, razão porque foi denominada "difusionista". O apogeu do difusionismo verificou-se entre 1900 e 1930 (Mello, 1987).

Segundo Linton (1965), a difusão constitui um processo tão significativo para o progresso das sociedades que menos de dez por cento das invenções registradas em qualquer cultura pode ser atribuída aos seus próprios membros. São as trocas, os empréstimos que uma cultura toma a outras que permite a aceleração do desenvolvimento cultural em todas elas. Por essa via, torna-se desnecessário cada cultura cumprir todas as fases de todas as categorias de invenções e, assim, a difusão contribui para o crescimento rápido da humanidade, seja pela disseminação das descobertas, seja pela concentração e enriquecimento realizado em cada cultura particular.

A difusão, conforme assinala Linton (1965), pressupõe a existência de um doador e um receptor. E para que ocorra a transferência é necessário que se trate de *"elementos culturais novos"*, que haja aceitação desses elementos por parte do grupo receptor e, finalmente, que esses elementos se integrem na nova sociedade. Duas ou mais sociedades que compartilhem elementos culturais através da difusão tenderão a se uniformizar e, simultaneamente, se transformarem em novas culturas.

Vários fatores concorrem para influenciar o processo de difusão. Entre os conhecidos figuram a existência de contatos; a comunicabilidade, que se refere à maior ou menor facilidade em expressar os elementos culturais, seja por atos ou verbalmente; a utilidade, qualidade que pressupõe a possibilidade de emprego atribuída aos elementos; a compatibilidade, predicado que indica se o novo traço interfere ou não com valores culturais prezados pelo grupo; o interesse do grupo, o prestígio do grupo doador e o prestígio dos inovadores, isto é, dos indivíduos encarregados da apresentação do novo traço cultural.

Se o evolucionismo imprimiu na Antropologia o selo de legitimadora da prática colonialista, o difusionismo, certamente, o carimbou. Pode-se atestar que os princípios difusionistas eram mais apropriados à intervenção colonialista do que se infere a respeito do evolucionismo.

A teoria evolucionista era explícita quanto à posição hierárquica entre as sociedades. O difusionismo negava qualquer assimetria, reconhecendo apenas "diferenças". Nesse sentido, uma cultura mais desenvolvida tecnicamente que outra não implicaria que lhe fosse superior. Entretanto, a teoria difusionista não pára por aí. Insiste em que as diferenças precisam ser superadas e que através dos contatos, das trocas e dos empréstimos o desenvolvimento pode ser acelerado, e a civilização alcançada. Ora, a civilização, o modelo de vida europeu continua, de acordo com os pressupostos difusionistas, a se constituir no ideal dos povos, no ponto superior de encontro das sociedades. Então, na diferença reportada

não está implícita a idéia de que se pode escolher uma forma de vida mais simples, em termos técnicos, sentir-se melhor com ela, não querer mudá-la, e nem por isso sofrer sanções dos ideólogos do progresso, o que caracterizaria, de fato, uma atitude de reconhecimento como "apenas diferente". Com efeito, o "diferente" do difusionismo não se distingue do "hierárquico" do evolucionismo. A diferença existe só na retórica e, por isso, o difusionismo assume um caráter dissimulado e insidioso, mais apropriado ao colonialismo.

Outro elemento da teoria difusionista favorável à prática colonialista refere-se ao pomo da discórdia entre as duas escolas, ou seja, ao motor do desenvolvimento das sociedades. Enquanto o evolucionismo destaca *"as invenções e descobertas"*, o difusionismo, como o próprio termo indica, ressalta a difusão.

Os evolucionistas, apesar de sublinharem com muito vigor as distâncias culturais entre primitivos e civilizados, através da figura *"escala de civilização"*, teoricamente estabeleceram limites para a intervenção do civilizado, ao conceber o progresso como resultado primordialmente das *"invenções e descobertas"*. Os difusionistas, por outro lado, facilitaram (teoricamente) tais operações, ao assinalar que em qualquer cultura menos de dez por cento de suas invenções devem-se a seus membros (Linton. 1965) e que através da difusão, as sociedades podem "queimar etapas" na busca do próprio desenvolvimento, não necessitando repetir a mesma escala de inventos.

Como essa corrente de pensamento compartilhava das concepções a respeito dos desníveis culturais, do progresso e da probabilidade das culturas atrasadas evoluírem, assim, deixou em aberto a possibilidade de intervenção, com justificativas de que os benefícios seriam todos creditados às culturas receptoras.

Mello (1987) não vê apenas coincidências entre o que prega a doutrina difusionista e o que pratica o movimento colonizador. Antes apreende uma intenção velada e sustentada por uma rudimentar "aliança para o progresso" (grifo meu):

"Era pois um dever, uma obrigação dos europeus ajudarem os povos primitivos a alcançarem a civilização. (...) defendiam o processo de difusão como o caminho mais eficiente de progresso e de civilização, defendendo, portanto, a necessidade de copiar e fortalecer os contatos dos menos civilizados com os centros de cultura. (...) A colonização assim também encontrava uma forte justificativa para a ação interventiva e a perpetuação da espoliação colonialista".

Foi nessa doutrina, agregada com a Teoria dos Sistemas Sociais, que Roger & Shoemakerr (1971), de acordo com Fonseca (1985), se inspiraram para produzir o livro Communication of innovations, que consagrou o modelo "difusionista-inovador".

As teorias de Ralph Linton, por exemplo, um antropólogo difusionista inglês, podem ser amplamente reconhecidas nessa obra e, mais visivelmente, em sua síntese, o modelo do processo de decisão sobre a inovação (Fig.2).

Na introdução do primeiro capítulo do referido livro, os autores apelam a um constructo de uma obra de 1936 (Ralph Linton), para autenticar suas convicções difusionistas:

"Se todo grupo humano tivesse sido abandonado para que, exclusivamente por seus próprios esforços buscasse sua ascensão, o progresso teria sido tão insignificante que é duvidoso se alguma sociedade até agora poderia ter avançado além do nível da idade da pedra bruta".

De igual modo, para justificar o rastreamento de variáveis relacionadas com o processo de difusão, Roger & Shoemakerr (1971) novamente recorrem ao autor, em um trabalho de 1952:

"Se conhecermos a cultura de uma sociedade, inclusive seu sistema particular de valores e atitudes, podemos dizer, com um grau de probabilidade razoavelmente elevado, se a maioria de seus membros acolherá bem ou oferecerá resistência a uma determinada inovação".

Na estrutura do modelo de decisão sobre a inovação (Figura 2), como se pode observar, alguns segmentos correspondem fielmente a elementos da teoria difusionista apresentada por Linton (1965). Por exemplo, os fatores que o autor apontou como estratégicos para o processo de difusão, Roger & Shoemakerr (1971) os utilizam, com a mesma precisão semântica. O fator *"compatibilidade"*, é trasladado literalmente de uma teoria a outra; o fator *"utilidade"* em Linton (1965) transmutou-se verbalmente para *"vantagem relativa"*, todavia, conservando o mesmo sentido, ou seja, se vale ou não a pena usar a inovação; o prestígio dos inovadores foi convertido para *"atitudes favoráveis aos agentes de mudanças"*; a comunicabilidade, em Linton (1965), tem como correspondente, em Roger & Shoemakerr (1971), o segundo componente do modelo de decisão sobre a inovação, denominado *"processo"*, porém, um processo regido pela comunicação. Aqui, os autores ampliam a teoria difusionista, com proposições originais, segundo Fonseca (1985).

É oportuno salientar que até o conceito "inovação" está presente na obra de Ralph Linton, e tem a função, de acordo com Linton (1965), de indicar que se trata da existência de elementos culturais novos. Roger & Shoemakerr (1971) definiram o termo como *"uma idéia, prática, ou objeto percebido como novo por um indivíduo"*.

O fato de Roger & Shoemakerr (1971) terem usado a teoria difusionista para fundamentar teoricamente a prática extensionista não significa que eles tenham introduzido na Extensão Rural os princípios que aquela teoria estabelece. A ética difusionista já estava presente na prática da Extensão Rural desde a sua origem, nos Estados Unidos, antes mesmo que as próprias teorias difusionistas fossem formuladas, antes mesmo que as construções sobre o progresso fossem enunciadas. A idéia e a consubstanciação da difusão e do progresso precedem, assim, às próprias teorias. Sim, porque as teorias são leituras, são modelos da realidade.

A crença no progresso, por exemplo, não constitui exclusividade nem do evolucionismo e muito menos da segunda metade do século XIX. De acordo com Mello (1987), ela foi manifestada desde a antigüidade clássica, bem como na Idade Média. Ganhou relevo com a revolução industrial, com o avanço das ciências, com a urbanização, com o aumento da produção e com o aperfeiçoamento da tecnologia. De meados do século XIX em diante, com o surgimento das teorias evolucionistas, especialmente após a publicação de "A

origem das espécies" por Charles Darwin, os ideais e aspirações ao progresso ascenderam-se como fenômeno universal. Progredir converteu-se no lema comum entre as nações; modernizar, a palavra de ordem.

Dessa forma, Roger & Shoemakerr (1971) não injetaram o difusionismo na Extensão Rural, mas apenas o redescobriram na prática extensionista. E, uma vez, de posse dos fundamentos teóricos clássicos, procuraram refinar a filosofia de trabalho extensionista, ampliando-lhe os recursos teórico-pedagógicos, descortinando possibilidades e construindo estratégias de ação mais requintadas. Em síntese, o que fizeram foi recuperar a teoria difusionista, de conotação colonialista, fundada no autoritarismo, e sobrepô-la à prática extensionista, para explicá-la e motivá-la a desempenhar um papel similar em um campo específico, complexo, onde as relações sociais, de um modo geral, e, especialmente nos países em desenvolvimento, como o Brasil, eram problemáticas. Foi resgatar, das escolas evolucionista e difusionista, a tese da factibilidade de ultrapassagem de estágios de produção material, para ser aplicada ao contexto agropecuário dos países ditos subdesenvolvidos. Foi atualizar a oposição assimétrica primitivo/civilizado para as categorias tradicional/moderno, subdesenvolvido/desenvolvido, arcaico/avançado.

O que eles fizeram foi estruturar redes mais consistentes de manipulação do homem modesto do campo em nome de sua emancipação. Foi criar uma obsessão nos profissionais das ciências agrárias, já mal formados em relação à ciência e a tecnologia (Figueiredo, 1984); Foi seduzir a boa fé e constranger ainda mais o desenvolvimento do senso crítico na maioria desses profissionais, fazendo-os reconhecerem-se portadores de uma cultura superior, que às vezes nem pertencia a eles próprios, e combatentes do submundo da cultura, de costumes, hábitos, crenças e modos de produzir por eles considerados arcaicos. Foi reforçar nesses profissionais a tendência antidialógica e ao autoritarismo e a disposição para servir aos interesses de grupos situados fora do setor rural, mas conservando a lógica enganosa de que o fruto de seu trabalho beneficiaria primordialmente o produtor rural.

Com a contribuição de Roger & Shoemakerr (1971), o difusionismo, de fato, recrudesceu-se e transformou-se em operações pouco submetidas á lógica da razão. De meio para alcançar o desenvolvimento, passou a expressar, na perspectiva extensionista, como um fim em si mesmo. O uso da tecnologia tornara-se, em si, sinônimo de desenvolvimento. Nesse ponto, não se questionava o custo social da técnica e muito menos o resultado de sua aplicação – a agressão ambiental, a poluição e mesmo a lucratividade. O desenvolvimento reduzira-se a uma questão de aparência. Resumia-se em implantar meios de produção reconhecidamente modernos nos domínios agropecuários.

É obvio que não se pode prescindir da ciência e da tecnologia para se promover o desenvolvimento da agricultura e o bem-estar das populações rurais, tornando o trabalho agrícola menos penoso, menos dependente dos recursos naturais, menos sujeito às influências climáticas e mais produtivo.

O que se contesta é que o bem-estar das populações rurais não se segue, necessariamente, ao incremento de inovações tecnológicas, como apregoa o discurso extensio-

nista. Essa é uma falácia que interessa aos grupos econômicos produtores de máquinas, equipamentos e insumos, grupos que sucederam aos colonizadores e neocolonizadores e que herdaram a pregação evolucionista-difusionista.

O que se contesta é a intransigência dos métodos de ação, ao tomar o produtor como objeto, incapaz de refletir, de aprender, de tomar decisão; é a intolerância com sua cultura, com o seu saber, com as suas experiências de vida; é a certeza rude na infalibilidade da técnica.

Vejam-se os resultados desse modo de desenvolvimento tecnológico, inventariados por Dufumier & Couto (1998). Os autores nomeiam os impactos dele advindos, subdividindo-os em socioeconômicos e ambientais. Ressaltam a concentração da propriedade, as desigualdades sociais e regionais, a subocupação, o desemprego, o êxodo rural; quedas da eficiência técnica, da produtividade, da renda; a degradação da estrutura e da permeabilidade dos solos, sua acidificação e salinização; a destruição e artificialização dos ecossistemas; a multiplicação de doenças; o rebaixamento do nível dos lençois freáticos; a contaminação tóxica da água, do ar, dos alimentos; o desaparecimento de animais e plantas. Some-se a essa lista, nefasta, as novas exigências do mercado consumidor, que já começa a pronunciar sua seletividade quanto à qualidade dos produtos que demanda, sua origem, processos de produção, respeitabilidade ao meio ambiente, etc. Ou então, as denúncias endereçadas aos predadores da natureza e orientações e apelos à população em geral, provenientes de regiões onde a preservação ambiental e qualidade de vida tornaram-se questões inalienáveis.

É nesse contexto, de crise do produtivismo, que novos modelos de produção e desenvolvimento passaram a ser exigidos no Brasil, como estão a ser secretados em regiões onde ele já cumpriu o seu ciclo e emergem novas propostas alternativas referidas por "neoprodutivismo", conforme indicam os autores. Para esses estudiosos, deverão emergir tantos modelos quantos exijam as diferentes formações culturais, sociais e econômicas, organizados localmente. E essas exigências serão pautadas nas condições ambientais e mecanismos regulatórios de cada formação e de cada região, com vistas a uma produção sustentada e de produtos sadios, nutritivos e que preservem suas qualidades organolépticas.

Esses resultados são suficientes para apoiar uma pronta rejeição à prática extensionista alicerçada no modelo difusionista-inovador. Mas em vez de nagá-lo, coloca-se em discussão qual é o modelo que se deve adotar – se o norte-americano, o neozelandês, o japonês ou outro. Ora, sabe-se que o Japão tem extrema deficiência de terras, nos Estados Unidos falta mão-de-obra. Por essa e outras razões, esses países tiveram que investir em tecnologias, isto é, elevar a concentração de capital no processo produtivo agropecuário. No Brasil, entretanto, a situação é oposta: há abundância de terras e excesso de mão-de-obra, gente que precisa de emprego para sobreviver. E para completar, o país é carente de capital. Como pode, então, ser empregado um modelo poupador de mão-de-obra, ou que despreza a extensão de terras para privilegiar tecnologias baseadas no uso de capital-intensivo? E o modelo brasileiro, que oportunidades tem de ser considerado?

Freire (1982), percebendo certas incompreensões, fez uma alerta aos extensionis-

tas com relação ao seu discurso e os rumos de sua prática. Inicialmente, expôs as implicações do próprio termo que define suas atividades – o termo Extensão – associando-o com *"transmissão, entrega, doação, mecanicismo, messianismo, invasão cultural, manipulação, etc."* Salientou que *"todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase "coisa"* (grifo do autor), *o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar (...) a formação e a constituição do conhecimento autênticos. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações"*.

É interessante notar que o que Freire (1982) destaca como alvo de repúdio corresponde exatamente ao que Roger & Shoemakerr (1971) enalteceram para o extensionismo.

A figura do doador-receptor em Linton (1965) está presente em ROGER & SHOMAKER (1971) e é reconhecida por Freire (1982) no termo "Extensão". Na prática extensionista, manifesta-se, de acordo com o último autor, em *"estender algo desde a sede do saber até a sede da ignorância"*, numa operação *"antidialógica"*, mais caracterizada como *"domesticação"* e *"invasão cultural"*. Freire (1979) sublinha que as relações entre doador-receptor, invasor-invadido são relações autoritárias, em que o primeiro pensa sobre o segundo e não com ele, prescreve e ele atende a prescrição, tratando-se, com efeito, de relações de *"manipulação"* e *"conquista"*.

Ao que Freire (1982) reprova na prática e no discurso extensionista, o profissional da Extensão o credencia como educativo, um estilo de educação que o autor discorda e confere-lhe os qualificativos acima relacionados.

Educação, na literatura e no pensamento oficial da Extensão Rural, restringe-se à aceitação, pelos agropecuaristas, em substituir seus conhecimentos, experiências, modos de vida e de produção por outros recomendados pelos extensionistas. Trata-se da "educação tecnológica". Confira-se:

"O conteúdo e os métodos essencialmente educativos da Extensão Rural prevalecerão nessa formulação, orientando-se as ações no sentido de promover mudanças no comportamento humano, por via da introdução de novos conhecimentos, atitudes, hábitos e habilidades" (associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, 1968).

Além do caráter *"mecânico"*, *"autoritário"* e da disposição franca em empreender a *"invasão cultural"*, explícitos no texto precedente, o conteúdo educativo da Extensão Rural singularizava-se por suas dimensões estática (ao propor solucionar problemas de qualquer natureza – sociais, econômicos ou culturais – através da difusão de tecnologias) vertical e vidente, pois de antemão define o diagnóstico e a terapia para as situações multivariadas no campo:

"Extensão é tarefa educacional. (...) Para isto, ela se propõe a mostrar ao povo soluções para seus problemas a fim de que os próprios rurícolas as executem (Ribeiro, 1957, citado por Fonseca, 1985).

Às vezes, entre o corpo extensionista o processo educativo é formulado de modo conflituoso e contraditório. Um mesmo texto pode trazer explícita a idéia de manter intocável a cultura e, simultaneamente, erradicá-la:

"A ação da Extensão Rural é eminentemente educativa (...) que visa à melhoria das condições de vida da família rural (...) A Extensão Rural desenvolve ações educativas que implicam em mudanças de comportamento com um aspecto fundamental, que é o respeito ao homem do campo no que concerne aos seus valores culturais, suas tradições, experiências e práticas adquiridas no decorrer de toda sua existência. (...) As inovações quase sempre não são aceitas de imediato pelo homem rural, pois exigem mudanças de conhecimentos, atitudes e hábitos às vezes arraigados. Em função disso, a Extensão Rural utiliza uma metodologia específica, ou seja, adaptada às condições do homem rural, que desperte interesse e propicie habilidades para utilização de melhores tecnologias". (Cavalcante & Silva, 1983).

"A ação da Emater-PE se caracteriza como eminentemente educativa (...). Desse modo, ela contribui para a mudança das condições sócio-econômicas e culturais vigentes na agricultura pernambucana (...)" (Barbosa, 1982).

"Foi dito que Extensão Rural é processo educativo(...). Para que o processo tenha efeito a cultura e o valor daqueles que são educados devem ser respeitados por aquele que educa. (...) a Extensão Rural só poderá contribuir para o aumento da produção e produtividade agropecuária e, consequentemente, melhorar a qualidade de vida dos produtores e de suas famílias, na medida em que consiga mudar o comportamento desses produtores, utilizando-se, para isso, de seus métodos característicos" (Ribeiro, 1984).

Em outras circunstâncias o conteúdo educacional é negado:

"O que se caracteriza nesse conceito é que assistência técnica causa pouca mudança no produtor que a recebe, embora, geralmente, mude as situações em que o mesmo opera (Ribeiro, 2000).

O *"messianismo"*, a *"entrega"*, componentes necessários de um processo educacional qualificado de autoritário, como ressaltou Freire (1982), também não se limitaram a *"equívocos gnosiológicos"*, fazem parte da ideologia extensionista:

"Sim, Extensão Rural não somente ajuda os produtores rurais e suas famílias a construírem uma vida, mas ajuda-os também a viver essa vida. Leva às pessoas enriquecimento de idéias e de espírito, riqueza de conhecimentos, através dos quais as famílias vivem e satisfazem as maiores aspirações de suas vidas. (...) O produtor rural espera por conhecimentos e educação, valores espirituais e coragem moral. (...) O trabalho do extensionista rural é inspirado da manhã à noite. Cada dia, deve trazer uma nova inspiração, uma nova oportunidade para servir" (Ribeiro, 1984).

5. UMA TENTATIVA FRUSTRADA DE RECONSTRUÇÃO

Em 1985, pela primeira vez em sua história, como instituição, a Extensão Rural condenou aberta e publicamente o modelo teórico e prático pelo qual se orientava, e conclamou seu corpo profissional a executar uma transformação vigorosa naqueles fundamentos e remover os lixos e ranços herdados desde o ato inicial de sua criação no Brasil.

Naquela época, uma proposição de tal magnitude, além de compatível com as tendências do período, tornara-se impres-

cindível para a Extensão Rural, dadas as circunstâncias de crise em que se encontrava.

A Embrater protagonizou o referido movimento. No discurso de posse de seu primeiro presidente, após a ditadura, sua fala, conforme registra Figueiredo (1986), foi clara e enfática, e deu o tom do que seria sua administração:

"É essencial concretizar tudo o que nele (Serviço de Extensão Rural) exista de democrático, nos mais de três mil municípios onde trabalhamos, em ações que efetivamente colaboram com os médios e pequenos agricultores, sobretudo os mais pobres, na superação de seus problemas mais prementes.

A prioridade aos pobres, no contexto brasileiro, é uma exigência não só ética como também econômica, social e política.

É uma exigência que a imensa massa de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros posseiros, bóias-frias e assalariados permanentes nos faz (...). Não prioritizamos os pobres e os pequenos para mantê-los na pobreza e na dependência. (...) A eles devemos servir com competência, a fim de que vençam a luta que travam, para que sejam menos penosos seus esforços, mais amplos os frutos de seus trabalhos e maiores as parcelas que deles consigam reter. (...) uma Extensão Rural que se engaja sem qualquer vacilação no processo de Reforma Agrária (...) que rejeite considerar a tecnologia produtiva isoladamente dos comprometimentos ecológicos (...). Que questiona a inexorabilidade e as condições da tecnificação e do êxodo rural".

Para socializar a nova proposta de trabalho, a Embrater implantou um programa de formação do extensionista, através do qual procedeu uma revisão das diretrizes gerais e operacionais de capacitação dos técnicos do Sistema. No que tange ao processo educativo da Extensão Rural, a nova diretriz fez registrar a seguinte analogia (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1987):

"Existem, no entanto, duas concepções básicas do processo educativo:

a) *A primeira concepção entende que a educação se destina a transmitir (ou difundir) conhecimentos, valores e normas de conduta (...) Nesta concepção, os professores, os instrutores, os comunicadores e os Extensionistas Rurais adotam atitudes que possui os conhecimentos corretos e os valores adequados, e a partir daí determinam as formas de conduta dos demais. (...) Os métodos e os procedimentos pedagógicos* utilizados são verticais, *sem a participação dos treinandos, que se transformam em objetos da ação dos professores, dos instrutores ou dos Extensionistas Rurais.*
b) *A segunda concepção de educação, preconizada nesta proposta, considera o Homem um sujeito de sua ação, que exercita sua inteligência, seu raciocínio e sua criatividade na busca de soluções e decisões (...). Seu objetivo é o desenvolvimento humano e, consequentemente, o desenvolvimento econômico, social, cultural e político. (...) Na ação extensionista, supõe-se que a percepção e a interpretação dos técnicos tenham como base o saber acadêmico, e a dos agricultores, um conhecimento adquirido através da ex-*

periência e da socialização: o saber popular. São dois saberes distintos, mas não socialmente opostos. O saber técnico, ao confrontar-se com o saber popular, não objetivará dominá-lo ou a ele se impor".

Apesar da lucidez das propostas, a nova orientação não só não contagiou as células do Sistema, mas quando sobreveio o golpe que extinguiu a Embrater, primeiro pelo governo que proclamava *"tudo pelo social"*, levantou-se do meio das massas aturdidas, um murmúrio que classificava de subversiva a postura assumida pela diretoria e atribuía-lhe a responsabilidade pelo ocorrido.

Como se pode deduzir, o esforço comandado pela Embrater, para a renovação do Sistema, processava-se contra o tempo, contra forças da sociedade e, lamentavelmente, contra forças internas. O tempo, através do qual a crise desenhava-se cada vez mais aguda e prenunciava decisões radicais; forças sociais que se posicionavam a favor da extinção da Embrater e forças internas que não desejavam as mudanças propostas. Enquanto um núcleo empenhava-se para resguardar o Sistema e plantar-lhe uma nova dinâmica, um movimento contrário trabalhava para esfacelá-lo ou manter seu status quo.

No ambiente hostil que então imperava, não houve tempo e nem todas as condições necessárias para levar avante a implantação das novas propostas e, por conseguinte, estabelecer parceria com o novo segmento social que pudesse conferir sustentação e devolver a legitimidade ao Sistema Embrater. Mesmo que tivesse havido uma receptividade total às propostas, as mudanças de atitudes e os resultados de uma nova prática teriam pouca visibilidade em tão pequeno lapso de tempo. Não se substituem facilmente representações coletivas cristalizadas durante tantos anos de atividades. Por outro lado, o exercício democrático e do diálogo também exige tempo de aprendizado e muita convivência para se estabelecer a confiança mútua.

Quatro anos não foram suficientes nem mesmo para reconhecer os equívocos praticados ao longo de 40. Assim, a Embrater acabou por ser extinta.

Helvécio Magalhães Ribeiro, ex-diretor da Embrater, salienta em entrevista ao autor desse trabalho:

"Demoramos demais a mudar. Não fizemos isso. O Sistema de Extensão tem que sofrer avaliações severas, e não é interna, é externa, inclusive da sociedade, das forças vivas da comunidade, dos beneficiários, dos clientes, de universidades, para que possa tomar um rumo diferente. E a partir disso aí, ir se construindo. Na realidade pouca gente está fazendo isso".

6. CONCLUSÕES

As análises precedentes demonstram que a prática extensionista se relaciona com os fundamentos teóricos segundo os aspectos considerados. Em alguns, nota-se absoluta coerência; em outros, o rigor não é tão relevante, culminando em situações contraditórias. Neste segundo caso, verifica-se a falácia do discurso, que elege os pequenos agricultores como público prioritário, no entanto, a prática negligencia seus interesses e até prioriza outros segmentos mais bem postados na estrutura social. Um tipo de contradição notória que resulta da ação extensionista refere-se às circunstâncias em que mediante a operação com crédito rural subsidiado promove-se a expropriação dos

pequenos agricultores e, consequentemente, seu êxodo para os centros urbanos.

Quanto à coerência, o exemplo clássico diz respeito à fé do extensionista na ciência e tecnologia para transformar realidades no sentido desejado. E aqui reside o ponto essencial da análise. De acordo com a discussão empreendida, pode-se inferir que:

a) tanto os fundamentos teóricos quanto a prática extensionista correspondem a modelos alienígenas, são produtos de importação;
b) a aquisição desses modelos deve-se a um estado de relações assimétricas entre o centro, economicamente hegemônico, e a periferia subdesenvolvida;
c) os modelos compreendem uma reedição do difusionismo neocolonialista, fundado no autoritarismo. Trata-se do paradigma antropológico, há muito superado nas suas origens clássicas.

Além dessa herança externa, cuja urdidura aponta para a factibilidade de construção de um mundo próspero, via inovações tecnológicas, internamente, a ideologia desenvolvimentista, fundada no juízo do progresso e em um projeto nacional, harmônico, com benefícios universais, sem distinção de classes, tudo isso concorreu para imprimir no imaginário extensionista uma convicção aliada a uma certa dose de obsessão no que tange ao desenvolvimento assentado na difusão de tecnologias.

BARBOSA, CV. *A Extensão como modificadora da estrutura rural*. Recife: Emater/PE, 1982. 20p.

Bordenave, JED. *Comunicação rural*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 104p.

CAVALCANTE, MCS; SILVA, AF. *Atuação da Extensão Rural em Alagoas*. Maceió: Emater/AL, 1983. 21p.

Chaui, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 103p.

COLBY, G; DENNETT, C. *Seja feita a vossa vontade*: a conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o evangelismo na idade do petróleo. Rio de Janeiro: Record, 1998. 1059p.

DUFUMIER, M; COUTO, VA. Neoprodutivismo. *Caderno CRH*, Salvador, n.28, p.81-111, 1998.

FIGUEIREDO, RP. Extensão Rural: novos tempos. *Rev. Bras. Tecnol.*, Brasília, v.15, n.4, p.19-25, 1984.

FIGUEIREDO, RP. *Extensão Rural, desenvolvimento e democracia*. Brasília: Embrater, 1986. 69p.

FONSECA, MTL. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985. 190p.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 79p.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 93p.

LAPLANTINE, F. *Aprender Antropologia*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 205p.

LINTON, R. *O homem*: uma introdução à Antropologia. 5.ed. São Paulo: Martins, 1965. 535p.

LOPES , RS. *Evolução conceitual da extensão rural no Brasil*. Belo Horizonte: ACAR, 1967. 17p.

MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 288p.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Rev. Cult. Pol.*, n.23, p.8-36, 1991.

MELLO, LG. *Antropologia cultural: iniciação, teorias e temas*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 526p.

PLANEJAMENTO em Extensão Rural. Rio de janeiro: Abcar, 1968. 27p.

PLANO diretor qüinqüenal – 1961-65. Rio de Janeiro: Abcar, 1960. 270p.

POLÍTICA e diretrizes de formação extensionista. Brasília: Embrater, 1987. 49p.

PRADO, E. Marginalização e privilégios: uma contradição das políticas agrárias no Brasil. *Cad. Téc. Vet. Zootec.*, n.30, p.7-28, 1999.

RIBEIRO, JP. *A saga da Extensão em Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2000. 270p.

RIBEIRO, JP. *Objetivos, princípios e conceitos de Extensão Rural*. Brasília: Embrater, 1984. 17p.

RODRIGUES, L. *Alguns indicadores da evolução e situação da extensão rural no Brasil*. Brasília: Embrater-Coordenadoria de Planejamento, 1978. 86p.

RODRIGUES, M. *A década de 50. Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994. 85p.

ROGERS, ME; SHOEMAKER, FF. *Communication of innovations*. New York: Free Press, 1971. 476p.

ROMEIRO, AR. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, JP. (Org). *A questão agrária hoje*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994. p.105-136.

SEGUNDO relatório anual da ACAR – 1950. Belo Horizonte: ACAR, 1950. 12p.

SILVA, MC; LIMA AL. *O serviço de extensão rural em Minas Gerais* (retrospectiva). Viçosa: UFV, Conselho de Extensão, 1984. 39p.

TYLOR, EB. *The origens of culture*. London: Harper & Row, 1970. 416p.

A CRISE DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

Erly do *Prado*
Méd.Vet., Dr., Prof.Adj.
e-mail: erly@vet.ufmg.br

Departamento de Zootecnia
Escola de Veterinária da UFMG.
Caixa Postal 567
30123-970 Belo Horizonte, MG

SUMÁRIO

1. Introdução 39
1.1 Metodologia 42
2. A gênese da crise 42
3. A crise no Brasil 46
4. Redemocratização, descentralização e aprofundamento da crise 49
5. O Estado desenvolvimentista e o Estado de bem-estar 52
6. A crise da Extensão Rural 54
7. Conclusões 57

1. INTRODUÇÃO

A crise das instituições públicas de Extensão Rural no Brasil surgiu nos primeiros anos da década de 80 próxima passada. Naquele tempo, apesar do aprofundamento nas perturbações econômicas e sociais em dimensões mundiais, que hoje, distante, reconhecem-se e nomeiam-se as causas e inter-relações, não havia, principalmente em nosso país, uma consciência clara, pelo menos generalizada, da gravidade e dos elementos determinantes daqueles desarranjos. Vivíamos o processo da abertura ampla, geral e irrestrita. Respirávamos os ares da liberdade, há muito cerceados da nossa atmosfera política. O senso comum nos fazia crer que aqueles nossos problemas possuíam raízes na irracionalidade da ditadura do regime militar, e que, portanto, as soluções haviam de surgir, naturalmente, com a sua negação. As campanhas para a recomposição do Estado de Direito, com eleições livres e em todas as instâncias, e a retórica do envolvimento dos cidadãos na construção de um novo país, mais justo e mais solidário, imprimiam no imaginário coletivo a crença na superação das dificuldades acumuladas.

Atento e sintonizado com a marcha dos acontecimentos, um funcionário e crítico da Extensão Rural, ao tomar posse na presidência do órgão máximo de coordenação nacional – a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, Embrater, professa sua fé nas mudanças requeridas, cujo conteúdo, no entanto, soa mais desafiador que entusiástico:

"A atual república, nascida nas campanhas pela anistia e pelas eleições diretas, só será realmente nova, na medida em que

formos capazes de realizar as mudanças substanciais e inadiáveis que o nosso povo reclama e que deverão viabilizar uma sociedade em que não mais se terá, como condição existencial dos grandes contingentes populacionais da nossa Nação, a fome, o desemprego, a doença, o desabrigo, a opressão e a marginalização política. A todos nós é lançado um grande desafio: evidenciar a eficácia da democracia e da liberdade no atendimento das necessidades humanas básicas dos brasileiros" *(Figueiredo, 1986).*

A reserva, a prudência no regozijo tinha um motivo especial: naquelas circunstâncias a Extensão Rural não tinha o que e nem por que comemorar. E não tinha por dupla razão. De um lado, as exigências que se faziam batiam de frente com uma de suas mais notáveis omissões – a negligência com os princípios da justiça social, flagrante no tratamento dispensado à pequena produção – e de outro, pelo seu próprio estado de abatimento, pois malgrado a aura de esperança bafejando pelos quatro cantos do país a confiança geral na renovação das instituições, aqueles novos tempos não pareciam prenunciar a reversão das disfunções enfrentadas a partir do final da década anterior. Ao contrário, à medida em que avançavam os anos 80, os sinais de deterioração dos mecanismos de funcionamento do Sistema continuaram a progredir; a legitimidade e o apoio político e financeiro entraram em declínio; as atividades gradativamente perdiam fôlego; os salários sofriam queda significativa. Enquanto tudo parecia querer recompor-se, o futuro da Extensão Rural teimava em mostrar-se sombrio.

De fato, a condição operacional do Serviço de Extensão Rural não foi revertida, mas aprofundada. Ao chegar ao final da década, apesar dos movimentos em favor da revalorização institucional, o governo federal não apenas recusou-se a atendê-los, como decidiu, finalmente, eximir-se, por completo, de sua responsabilidade na manutenção daquelas atividades, extinguindo sua parcela de recursos e, simultaneamente, a Embrater.

O desfecho escolhido pelo governo federal ante à crise da Extensão deixou os extensionistas perplexos. Em lugar de uma medida para contornar a crise, havíamos sido contemplados com uma certidão de abandono. Não se podia compreender como uma instituição de utilidade inquestionável fosse extinta.

A princípio, um consenso quase geral atribuiu a decisão governamental à perseguições políticas; à posturas ideológicas esquerdistas contrárias aos princípios da Extensão, ostentadas por parte da administração central; ilações enganosas que seduziram muitos a acreditar em uma reviravolta e na possibilidade de uma saída menos drástica, passando, então, a acalentar expectativas de uma resolução que minimizasse os estragos institucionais previsíveis. Nesse clima, de tensão e apreensão difusa dos acontecimentos, de investigação dirigida pelo impulso e processos passionais, soluções à mancheia eram lançadas em confabulações animadas, mas pouco refletidas, e que serviam mais para indicar o grau de percepção que os extensionistas tinham dos fatos que lhes diziam respeito.

As propostas de mudanças, via de regra, tinham como referência o passado, como, por exemplo, retomar, com a vitalidade de outrora, as atividades com o crédito rural,

buscando novas fontes de financiamento para a agricultura. Outras propostas indicavam a imperiosidade de redução drástica de despesas, mesmo que para isso fosse necessário preterir-se dos serviços de assistência social, para adequar-se às exigências financeiras. Com efeito, não se percebia a singularidade do momento, as transformações em processo no cenário mundial, e muito menos as distorções e vícios do Sistema que comprometiam seu ajuste na nova ordem. Pretendia-se, como se observa, a restauração da história.

Hoje, após duas décadas de convivência com a crise, a maioria das instituições continuam sem redefinir o seu papel, o seu público, a sua prática, e sem condições de se justificar como empresa pública. Helvécio Magalhães Ribeiro, um dos últimos diretores da Embrater, sintetizou aquele episódio no seguinte texto, conforme entrevista concedida ao autor deste trabalho:

"A Extensão Rural não deixou de existir, mas sofreu uma transformação muito grande, principalmente no Norte e Nordeste, onde quase todas as associadas foram convertidas em outro tipo de instituição ou fundidas com outros órgãos, e sobrevivem em estado de penúria".

Herbert Cardoso, coordenador do Departamento de Infra-estrutura e Extensão Rural do Ministério da Agricultura, assevera que a situação das ex-associadas da Embrater é variável, e que, de um modo geral, recebem um apoio maior nos estados do Centro-Sul e, por isso, *"é menor a fragilidade das instituições"*. Mas em um mesmo estado da federação há variação de tratamento, dependendo da vontade do governador em exercício. No Nordeste, acrescenta, a dificuldade é muito grande. Com exceção do Ceará e da Bahia, o recurso que o estado está disponibilizando está dando para manter a estrutura. Está pagando salários, encargos e despesas administrativas, mas está faltando recursos para que esse técnico possa ir para o campo. Os técnicos estão disponíveis, mas não têm como sair. No Norte, ainda é mais difícil, devido às dificuldades naturais e as distâncias. A quantidade de produtores a assistir tende a diminuir, devido à dificuldades operacionais.

De acordo com Herbert Cardoso, podem ser consideradas relativamente bem situadas as instituições do Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - e a de Minas Gerais. No Rio Grande do Sul tomou-se a decisão de assistir somente a pequenos produtores. Nos outros três estados, a prioridade da assistência recai sobre os pequenos (produtores familiares), que são assistidos gratuitamente, mas também é estendida aos demais estratos, mediante pagamento, e cujos valores são revertidos para financiar as atividades das próprias instituições.

O objetivo desse trabalho é contribuir para o esclarecimento desse impasse que, a bem da verdade, já está deixando de ser um impasse e se convertendo em um novo estado das instituições. Reconhece-se que se trata de uma tarefa complexa, que exige a contribuição de várias categorias de atores, envolve níveis diferentes de poderes, contra-poderes; demanda tempo, debates, estudos diversos. Porém acredita-se que o passo inicial e primordial consiste em localizar a origem e trilhar o curso dos desvios que levaram as instituições públicas de Extensão Rural para a crise. É

exatamente a esse empreendimento que pretendeu dedicar.

Espera-se que o resultado deste estudo possa ser útil para a compreensão dos fenômenos que envolvem a Extensão Rural enquanto aparelho de um Estado em crise e, assim, consubstancie-se em um instrumento que enriqueça o debate em torno de mudanças imperiosas e de definição de um novo papel, em função de exigências da sociedade em geral e do meio rural em particular.

1.1 METODOLOGIA

Os dados utilizados na pesquisa foram extraídos de documentos e literatura das instituições públicas de Extensão Rural no país; de livros e periódicos especializados em temas agrários, bem como de uma ampla bibliografia pertinente, específica da Ciência Política e História. Trata-se portanto, de um trabalho empreendido basicamente mediante pesquisa bibliográfica.

Duas entrevistas – estruturadas – foram realizadas, mas com o propósito único de complementar as informações sobre a situação atual das instituições públicas de Extensão Rural.

2. A GÊNESE DA CRISE

A crise da Extensão Rural no Brasil é apresentada neste estudo correlacionada a três fatores fundamentais. Dois deles tratam de vinculações de origens exógenas. O primeiro, e o mais substancioso, reivindica que a crise insere-se, em um primeiro momento, no contexto geral de crise do Estado desenvolvimentista brasileiro que, por sua vez, se conecta à situação global de crise do capitalismo, e, secundariamente, recrudesceu-se ante a adoção da alternativa neoliberal, atualmente hegemônica em âmbito mundial. O segundo, mais ou menos implícito no anterior, requer que a consolidação da modernização da agricultura e sua integração aos setores industriais fizeram reduzir em importância o papel das instituições públicas de Extensão Rural que, por sua vez, perderam legitimidade, dotação de recursos e, assim, entraram em crise.

O terceiro fator, que enfoca a vertente endógena da crise, propõe que a ação extensionista orientada historicamente para a difusão de tecnologias, atrelada ao crédito e fundamentada na convicção da infalibilidade do incremento tecnológico na promoção do desenvolvimento, resultou por configurar-se em um modelo útil aos interesses e grupos fora do setor rural, enquanto, simultaneamente, impediu que as instituições extensionistas reconsiderassem sua prática e desenvolvessem metodologias de trabalho adaptadas às condições e demandas do público rural, especialmente do segmento majoritário. Assim, ante o esgotamento das atividades creditícias e à crise geral do Estado, descobriu-se a fragilidade das bases da ação extensionista, e o quanto era tênue o seu vínculo com a sua clientela. Desse modo, desprovida do instrumento metodológico, por excelência, órfã do apoio de quem, com efeito, tinha servido, e impossibilitada de legitimar-se através do amparo da clientela potencial, termina por apresentar-se descartável e ser lançada no isolamento, à mercê dos liqüidantes, apologistas do Estado mínimo. Em outras palavras, a crise da Extensão Rural resulta, parcial e paradoxalmente, de contradi-

ções implícitas no seu próprio paradigma de difusão tecnológica.

A crise do Estado no contexto mundial

Na primeira metade dos anos 70, após um longo período de prosperidade, aliás, o mais notável já assinalado, o sistema capitalista começou a apresentar sinais de debilidade. Os países de capitalismo avançado foram os primeiros a sofrer o impacto, consubstanciado na conjugação simultânea de inflação e recessão.

Diversas teorias foram, a partir daí, aventadas para explicar a insólita situação. Quase todas concentraram seu enfoque no Estado de Bem-Estar Social, a resultante do círculo virtuoso do pós-Segunda Guerra, engendrada sob a égide das organizações do trabalho, do capital e mediadas pelo Estado.

Uma corrente, entretanto, logrou êxito no estabelecimento do consenso a respeito da crise, a crise do Welfare State. Segundo seus pressupostos, *"O Welfare State é uma estrutura perniciosa e corresponde a uma concepção perversa e falida do Estado"* (Draibe & Henrique, 1998).

Como se nota, trata-se de uma interpretação conservadora sobre a crise do Estado de Bem-Estar Social. De acordo com essa concepção, toda a problemática inicia-se com o abandono à ortodoxia econômica inspirada na liberdade plena do mercado e admissão da intervenção estatal na regulação da produção e distribuição de bens e serviços.

Dada semelhante prerrogativa, o Estado tende a expandir os gastos sociais, promovendo a desorganização orçamentária com déficits públicos. Nesse impasse, utiliza-se dos expedientes de elevação de tributos e de encargos sociais. Essas medidas concorrem, por um lado, para reduzir a poupança, os investimentos e o nível de emprego e, por outro, fazem elevar os custos de bens e serviços, comprometendo a competitividade econômica.

Penalizada, assim, a atividade produtiva, há uma tendência das empresas a reduzir a produção. Essa tendência, associada à emissão de moedas para contornar o desequilíbrio orçamentário, redunda numa escalada inflacionária que passa, adicionalmente, a ser impulsionada pela espiral preços/salários, configurando, desse modo, o paradoxo inflação e recessão.

Além desses efeitos perversos, a crítica conservadora enumera vários outros: crescimento do emprego público não produtivo; infração à ética do trabalho, desestimulando-o e reduzindo a competitividade da mão-de-obra; estímulo à baixa produtividade, aos altos salários; possibilidade de opção entre o trabalho ou a dependência do Estado; aumento do desemprego; dissolução da família e autoritarismo de Estado.

Com a crise do Estado de Bem- Estar e sua conseqüente e sedutora leitura liberal-conservadora, desencadeou-se uma vaga de protestos para liqüidá-lo. Mas essa avalanche não surgiu de repente, mas do resquício da fonte de memória liberal estancada nos idos dos anos 30, quando o acordo entre o trabalho e o capital ensejou o início de uma das fases mais próspera do capitalismo em todos os tempos. Enquanto perduraram os anos dourados, em que os lucros do capital eram elevadíssimos, as idéias liberais, destituídas de crédito, permaneceram à margem da intelectualidade e da prática político-

econômica, conforme observou Anderson (1995). Quando, porém, a crise se abateu, conjugando recessão com inflação, os humores liberais exacerbaram-se e as comportas do constrangimento a que tinham sido submetidos, romperam-se, dando vazão à onda ideológica que, a partir da Europa e Estados Unidos da América cobriu extensões de continentes, não deixando incólume nem mesmo territórios socialistas.

Essa vaga, então rebatizada por neoliberal, nutria-se da radicalização contra o movimento operário, tomado, segundo Anderson (1995), como o pivô da crise, por supostamente solapar as bases da acumulação capitalista, através de pressões sobre os salários e gastos sociais atribuídos ao Estado. Como solução, propunha fortalecer o Estado, o que significava: conter os gastos sociais; restaurar a taxa de desemprego através da criação de um exército industrial de reserva para, assim, minar a força dos trabalhadores; reduzir impostos sobre as rendas mais altas; limitar as intervenções econômicas e promover a estabilidade monetária. Nessa empreitada, alguns princípios éticos deveriam ser revisados e até invertidos. A desigualdade, por exemplo, passaria a ser prezada, enquanto a democracia perdia a sua exigência de centralidade (Anderson, 1995).

Os apelos para a liqüidação do Estado de Bem-Estar, não obstante contassem com a adesão de um segmento significativo da esquerda, partiram e são comandados pelo que Taylor-Gooby (1991) chamou de a *"nova direita"*.

No discurso da nova direita, atesta o autor, *"mercado"* e *"liberdade individual"* constituem os valores fundamentais. A intervenção do Estado, além de deturpar as virtudes do mercado e não atender aos desejos e necessidades individuais, afirma, fere o princípio da liberdade. Privilegiar a intervenção estatal, preterindo o mercado, significa, de acordo com a análise do autor sobre o pensamento político da nova direita, preferir a dependência à realização e ao bem-estar dos indivíduos e da sociedade.

O projeto da nova direita, hegemônico em âmbito mundial, preconiza a redução do papel do Estado na área do bem-estar social, a transferência desses serviços para o setor privado e organizações filantrópicas, a redução de tributos para as empresas e o corte dos gastos do Estado, limitando-os estritamente aos pobres (Taylor-Gooby, 1991). Trata-se, na verdade, de um projeto que reivindica as condições vigentes na pré-história dos direitos humanos e da cidadania.

Fiori (1998) assinala que a temática sobre a crise do Estado encontra-se em debate desde os anos de 1960, e que, através das décadas, tem sido usada pelos conservadores para referir a coisas distintas, mas que guardam em comum a secular resistência contra o envolvimento do Estado e da política no funcionamento do mercado. Assim, nos anos 60, a crise era interpretada em função das condições de ingovernabilidade, engendradas pelo *"excesso de demandas sociais"*, favorecidas pela situação democrática. Nos anos 70 e início dos 80, o *"excesso do gasto público"* com a esfera social tornou-se o ponto de convergência do consenso a respeito da origem da *"crise fiscal"* do Estado. Em meados dessa última década, a razão da crise já recaia sobre o *"excesso de regulamen-*

tações". Nos anos 90, *"o excesso de Estado"* consubstanciou-se no novo e perverso vilão da crise, o principal estorvo à competitividade.

O autor nega uma importância decisiva da demanda dos trabalhadores na determinação da crise do Estado. E acrescenta que *"decisões e acontecimentos"* processados entre 1968 e 1973 foram os fatores que minaram as *"bases tributárias do Keynesianismo"*, pondo fim à fase áurea do capitalismo. Com a falência do projeto Keynesiano, entram em crise, nos países de capitalismo avançado, as políticas econômicas e sociais inspiradas naquele modelo, assim como as políticas de industrialização dos Estados desenvolvimentistas da periferia.

Na origem dos eventos que concorreram para a deflagração da crise, o autor situa o fim dos acordos de Bretton Woods, desencadeado pela suspensão da *"paridade das moedas nacionais com o dólar"*, o que exigiu de algumas nações ajustamentos causadores do aumento do desemprego e de gastos públicos. Posteriormente, com o propósito de fortalecer o dólar, o governo norte-americano, em 1979, elevou as taxas de juros. Em decorrência desse fato, a recessão aprofundou-se e as dívidas públicas multiplicaram-se, obrigando a novos reajustamentos e aplicação de políticas deflacionistas. Com os processos de *"desregulação"* em pauta na década de 80 e a intensificação da globalização financeira, a força dos mercados e dos agentes privados capturou a soberania dos Bancos Centrais e enfraqueceu os Estados. Desse modo, decisões políticas e econômicas importantes para a vida de um Estado qualquer são tomadas por grupos econômicos, tecnológicos e financeiros sem raízes, em articulação com algumas potências nacionais. Complicando ainda mais o quadro de crise, o receituário neoliberal para as políticas deflacionistas, em nome da competitividade e como solução para o desemprego gerado, prescreve, além da *"desregulação do mercado"*, a redução dos salários e dos direitos trabalhistas e o desmonte do Estado de Bem-Estar Social.

Sallum Jr. (2000) formulou um esquema explicativo sobre a crise do Estado, em âmbito mundial, em que acentua a responsabilidade norte-americana em sua deflagração. Inicia com a celebração dos acordos internacionais, por ocasião da Conferência de Bretton Woods, em 1944, oportunidade em que o dólar foi referendado como moeda internacional e vinculada ao ouro. Determinou-se, em função dos acertos, a equivalência de 35 dólares por onça de ouro, valores que o Banco Central dos Estados Unidos, o US Federal Reserve (Fed), deveria adotar nas negociações com o dólar. Além disso, todos os países deveriam manter suas moedas em proporção fixa com a moeda norte-americana, gerando um sistema fixo de câmbio.

O autor sublinha que esse sistema perdurou do pós-Segunda Guerra até os anos 70. Nessa época, em virtude da pressão que a economia norte-americana vinha sofrendo com a concorrência do Japão e da Alemanha, o governo dos Estados Unidos decidiu desvalorizar o dólar, adotando, unilateralmente, duas medidas: em 1971, deixa de cumprir a determinação de manter o lastro do dólar em ouro e, em 1973, abandona o sistema de paridade fixa entre o dólar e as demais moedas nacionais.

O resultado dessas decisões foi a flutuação cambial entre as moedas fortes, a perda de controle dos governos sobre os sistemas financeiros, alta da inflação e queda nas taxas de crescimento do produto nos países centrais.

Em 1979, com o objetivo de revalorizar o dólar e atrair capitais para os Estados Unidos, o Fed decidiu elevar as taxas de juros, desta feita, contrariando até mesmo a orientação de organismos multilaterais aliados, conforme discorre Sallum Jr. (2000):

"O ano de 1979 pode ser tomado como marco da construção de uma nova ordem econômica mundial. Naquele ano, ao final do governo Carter, o presidente do Fed, Paul Volcker, retirou-se da reunião mundial do Fundo Monetário Internacional anunciando que não seguiria mais a sua orientação e dos demais países industrializados, que tendiam a manter o dólar desvalorizado frente às demais moedas. Declarou que o dólar manteria sua condição de moeda internacional. Para isso, elevou dramaticamente a taxa interna de juros, dando início não só à revalorização do dólar frente às demais moedas, mas também a um processo recessivo que atingiu tanto a economia norte-americana como o resto do mundo nos primeiros anos da década de 80".

Com recessão, juros altos e dólar valorizado, a economia norte-americana desenvolveu dois efeitos colaterais funestos: o déficit público (orçamentário) e o déficit da balança comercial (comércio exterior). Para contornar as dificuldades deles resultantes, via mecanismo de acumulação de poupança externa, o governo dos Estados Unidos iniciou a prática da liberalização dos mercados financeiros, no que foi seguido pelos países industrializados em situação de crise análoga. Como resultado, e em conseqüência da interrupção do fluxo de capitais para os países endividados da periferia, devido à crise fiscal em que estavam mergulhados, os capitais internacionais encurtaram sua trajetória, passando a circular restritamente entre fornecedores e tomadores localizados no centro, fato que fez potencializar a crise da periferia (Sallum Jr., 2000).

3. A CRISE NO BRASIL

Araújo (1995) identifica a origem da crise no Brasil como efeito da aplicação do II PND, visão aparentemente paradoxal, se se considerar os objetivos e os resultados do plano para a consolidação da economia desenvolvimentista. O que a autora salienta, entretanto, é que para o custeio daquele plano foi utilizado crédito externo, tomado a uma taxa de 8% ao ano, no momento em que a dívida externa totalizava 12 bilhões de dólares. No final da década, a dívida havia saltado para 54 bilhões e os juros para 21%. Nessa nova configuração, o Brasil encontrou dificuldades em saldar seus compromissos e assim passou a rolar a dívida externa. Com a falência dos países endividados e a moratória decretada pelo México em 1982, o Brasil não conseguiu mais crédito externo e então se voltou para o mercado interno criando assim a dívida interna. À medida que aumentavam os encargos financeiros das dívidas, o governo emitia mais títulos e, assim, elas cresceram cada vez mais, colocando o Estado *"refém"* dos credores internos e externos. Nessa situação de déficit, de uma economia operando no vermelho é que o país então buscou ajustar a sua economia. E o ajuste que se

vislumbrou coincidiu com os pressupostos neoliberais de um Estado mínimo e de um mercado soberano e atuante.

As virtudes e equívocos do II PND foram apontados também por Sallum Jr. (2000) que, semelhantemente, o correlaciona com o desencadeamento da crise no Brasil. Pondera o autor que através do II PND pretendia-se basicamente lidar com duas situações extraordinárias, despontadas no mercado internacional: enfrentar a alta dos preços das matérias-primas, particularmente dos preços do petróleo, e viabilizar empréstimos para financiar o desenvolvimento do país, dada a enorme disponibilidade de capitais oriundos dos negócios com o petróleo.

O governo foi bem sucedido em seu intento. Conseguiu concluir a instalação do parque industrial brasileiro, incorporando todas as conquistas tecnológicas produzidas pela segunda revolução industrial, porém, a autonomia daí advinda não se fez acompanhar da capacidade de produzir aquelas tecnologias. E para complicar ainda mais a situação brasileira, o resultado de todo aquele esforço estava prestes a ser ultrapassado, pois *"os países do centro já se preparavam para a revolução tecnológica que daria a base material para a construção de um novo sistema econômico mundial"*.

Outro complicador, resultante da aplicação do II PND, destacado pelo autor, consistiu na forma de entrada do capital estrangeiro no Brasil. Diferentemente dos padrões anteriores, caracterizados por investimentos diretos, através das multinacionais, a concorrência estrangeira processou-se, predominantemente, através de empréstimos *"por conta e risco do tomador"*. Por isso, quando estourou a crise, com a majoração das taxas de juros, o país se viu impossibilitado de honrar seus compromissos:

"A mudança da política de juros dos EUA em 1979 demarcava a inviabilização estrutural do projeto brasileiro de autonomização industrial sob a liderança do Estado. Desde 1965 e, especialmente desde a crise do petróleo de 1973, ele era um projeto que contava com financiamento externo a juros baixos. A elevação brutal dos juros internacionais multiplicou o valor da dívida externa brasileira – na medida em que ela era toda contratada com juros variáveis – e debilitou extraordinariamente as bases materiais do Estado e de suas empresas. Terminava para o Brasil, a possibilidade de um desenvolvimento sustentável nas bases anteriores, ainda mais porque os preços do petróleo voltaram a subir no mesmo ano, pressionando a balança comercial. A moratória da dívida externa, anunciada em dezembro de 1982, foi apenas o reconhecimento político oficial da impossibilidade de continuar a desenvolver o capitalismo industrial nas velhas bases, sob a liderança do Estado desenvolvimentista" (Sallum Jr., 2000).

Referindo-se às causas da crise do Estado brasileiro e à falência do modelo desenvolvimentista, Fiori (1993) assim expressou: *"Hoje existem poucas dúvidas de que a crise econômica internacional que se esboça no início dos anos 70, e assume uma dimensão global a partir de 78-80 - com a segunda crise do petróleo, a disparada das taxas de juros e a prolongada recessão das economias industrializadas - ao atingir as economias em desenvolvimento com a desaceleração do comércio,*

a permanência dos preços das commodities e a multiplicação de suas dívidas internas, teve outra vez um papel decisivo na crise brasileira dos anos 80. (...) Com ela se encerrou o potencial do modelo desenvolvimentista da industrialização para o país e, uma vez mais, a convergência de fatores externos e internos abriu as portas a amplo movimento social e político que vinha propondo, novamente em nome da modernização da sociedade brasileira, uma mudança profunda da institucionalidade econômica e política do país".

O autor acrescenta ainda que a fragilidade brasileira se tornava ainda mais acentuada em função do padrão de financiamento industrial *"articulado por um estado gigantesco, mas cronicamente debilitado do ponto de vista fiscal"*.

Alguns anos depois, o mesmo autor, ao pronunciar sobre a crise no Brasil, pondera que não se trata de uma crise do Estado, *"mas de várias crises acumuladas em torno da progressiva falência do Estado"*, e que tem origens internas e externas. Quanto à localização externa, o autor a atribui às decisões unilaterais do governo norte-americano no início e final dos anos 70. Isolada ou conjugadamente, essas medidas imprimiram a recessão, o crescimento exponencial da dívida externa, a redução dos preços das commodities, a elevação do preço da energia e o fechamento do sistema financeiro internacional para as demandas de crédito.

Do ponto de vista da causação interna, o autor a imputa à natureza da interpretação do contexto de crise internacional que as elites brasileiras formularam e da resposta que então empreenderam. Ou seja, a construção do quadro semiótico apenas reiterou *"os argumentos do Banco Mundial sobre a perversidade dos Estados e de suas políticas populistas"*, compartilhando do *"diagnóstico liberal-conservador"*. Portanto, a resposta não poderia ser outra, senão *"um programa de reformas liberalizantes e privatizantes"*, de caráter não reformador, mas destruidor do Estado, no qual as elites atacam a sua própria obra (Fiori, 1998).

Observa-se que, de acordo com Araújo (1995), Fiori (1998) e Sallum Jr. (2000), a crise brasileira resulta de um déficit fiscal-financeiro decorrente do endividamento externo, e que, segundo Fiori (1998) e Sallum Jr. (2000), todo esse processo tem origem no rompimento unilateral do acordo de Bretton Woods pelos norte-americanos e em suas deliberações políticas de desvalorização e posterior valorização do dólar. Ambos atribuem ainda ao comportamento das elites brasileiras uma parcela de responsabilidade na determinação interna da crise. Porém, enquanto na leitura de Fiori (1998) as elites falharam ao acatar automaticamente os preceitos neoliberais, Sallum Jr. (2000) sublinha a pressão política norte-americana pela liberalização da economia, traduzida na abertura do mercado interno e da industria nacional à concorrência estrangeira, e a divisão interna das elites, com dissolução das alianças desenvolvimentistas. O autor acrescenta mais um componente interno da crise, cuja ação parece interferir mais nos mecanismos de controle do que mesmo na sua deflagração. Trata-se dos movimentos sociais pela redemocratização, que foram efetivos para *"reduzir drasticamente o raio de manobra que tinham os*

dirigentes do Estado para definir saídas para a crise de cima para baixo".

4. REDEMOCRATIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E APROFUNDAMENTO DA CRISE

Postulou-se anteriormente que a crise da Extensão Rural corresponde a uma extensão da crise do Estado desenvolvimentista. A crise do Estado desenvolvimentista foi explicitada em segmentos precedentes. Resta desvendar seu desdobramento na crise da Extensão Rural.

Na transição dos anos 70 para os 80, a estratégia de crescimento, fundada na industrialização através da substituição de importações, esgotou-se. A herança que aflora daquele modelo de intervenção estatal é a grande crise econômica associada à emergência de uma multidão de excluídos que, face ao enfraquecimento do regime autoritário, organiza-se e ocupa as arenas políticas. Assim, a crise econômica surge interligada às crises social, política, ideológica e à crise do Estado, caracterizando a chamada *"crise estrutural"*, conceito formulado por Poulantzas (1977).

O movimento político que se ergue da debilitação do Estado desenvolvimentista, em sintonia com a concepção ideológica da época, insere na agenda política nacional, como pressuposto do processo de democratização que então toma corpo, o tema da descentralização.

A descentralização constituía um movimento de reforma do Estado, de tendência universal, mas que poderia ser desencadeada por motivações e estratégias diferenciadas, dependendo da localidade. Adversamente, motivações distintas poderiam conduzir a um consenso e a uma única estratégia a respeito de sua implementação.

Enfocando o caso específica da América Latina e Caribe, que se materializa sob o signo da redemocratização do continente, Afonso & Lobo (1996) a associa *"ao abandono do modelo de substituição de importações, à crescente abertura das economias ao exterior, à consolidação da estabilidade de preços e à revisão do tamanho e funções do Poder Público"*.

Particularizando o exemplo brasileiro, os autores assinalam que a nossa motivação *"foi de natureza eminentemente política"*, destinada a *"enfraquecer o governo central e evitar que, a partir daí, voltasse a se instalar um regime centralizador ou ditatorial no país"*. E uma vez que o processo desencadeou-se por pressões e interesses originários das esferas subnacionais, os autores o denominaram de *"descentralização pela demanda"*, em contraposição ao estilo da *"descentralização pela oferta"*, que tem sua iniciativa *"nos governos centrais fortes"*.

A associação que se fez entre descentralização e democracia foi assim expresso por Arretche (1996): *"Passou-se a supor que, por definição, formas descentralizadas de prestação de serviços públicos seriam mais democráticas e que, além disso, fortaleceriam e consolidariam a democracia. Igualmente, tal consenso supunha que formas descentralizadas de prestação de serviços públicos seriam mais eficientes e que, portanto, elevariam os níveis de bem-estar da população. Portanto, reformas do Estado nessa direção seriam desejáveis, dado que viabilizariam a concretização de ideais progressistas, tais*

como equidade, justiça social, redução do clientelismo e aumento do controle social sobre o Estado. Simetricamente, passou-se a associar centralização e práticas não-democráticas de decisão, à ausência de transparência das decisões, à impossibilidade de controle sobre as ações do governo e à ineficácia das políticas públicas. As expectativas postas sobre a descentralização e a visão negativa das formas centralizadas de gestão implicariam, como conseqüência, a necessária redução do escopo de atuação das instâncias centrais de governo".

Embora não se sustentando nem empiricamente, nem pela lógica do discurso, como demonstra a autora, a associação entre descentralização e democracia emprestou vigor ao movimento político, que deu início ao desmonte do Estado desenvolvimentista. É evidente que nessa fase não era bem essa a bandeira do movimento, e não se tinha uma consciência clara dos processos em curso. A mobilização em prol do restabelecimento do Estado de Direito e das liberdades democráticas dirigia-se contra o autoritarismo e seus efeitos supostamente perversos para a economia e para a sociedade, um estado de coisas que, embora tomado como produto de um esquema ditatorial, tinha suas origens nos anos 30, com a organização do Estado desenvolvimentista.

Arretche (1996) esclarece que a gênese de todo o problema situa-se na emergência das *"pressões advindas dos processos de industrialização e urbanização"* daquela época, e no fato de ter sido a instância federal a que *"demonstrou elevada capacidade de inovação institucional e de respostas"* àquelas demandas. Como desdobramento dessas condições, a União passou a se fortalecer institucionalmente, fomentando órgãos e estratégias de desenvolvimento, submetendo os níveis subnacionais de governo e arrogando-se gradativamente os *"principais tributos e fontes de recursos fiscais"*, processo esse que foi aprofundado pelos governos militares pós-64. Nesse novo regime, além da centralização financeiro-fiscal materializada pela reforma tributária de 1966 e pela constituição de 1967 (Ianni, 1979; Arretche, 1996; e Kugelmas & Sola, 2000), a União extraiu poderes dos estados na esfera administrativa e política, tornando-os mais dependentes das transferências do Fundo de Participação, limitando suas autonomias decisórias quanto ao Imposto de Circulação de Mercadoria – ICM, estabelecendo controles sobre os seus contigentes policiais militares e redefinindo as regras do sistema político-eleitoral (Kugelmas & Sola, 2000).

A descentralização, que se desencadeia nos anos 80, tem suas bases assentadas no processo de "abertura", inaugurado com o afrouxamento do regime de exceção democrática. De acordo com Kugelmas & Sola (2000), primeiramente ensaia-se uma participação das elites regionais filiadas ao partido do governo. Em seguida, determina-se a elevação dos percentuais destinados aos Fundos de Participação. Posteriormente, abre-se a perspectiva de realização de eleições diretas para governadores dos estados (1982). E aqui, segundo os autores, reside o *"ponto de inflexão decisivo"*.

De fato, a oposição saiu vitoriosa nas eleições de 1982 (prefeitos e governadores). Em 1983/84, com a campanha das diretas-já, fortaleceu-se o movimento oposicionista reivindicador das teses da

descentralização, municipalização e participação (Draibe, 1995). Com o advento da "Nova República" e a fragilidade do poder executivo, os governadores ampliaram a sua força e influência, passaram a comandar suas bancadas no Congresso Nacional, conseguiram federalizar a dívida externa dos estados e tornaram-se efetivos na reversão da distribuição fiscal (Kugelmas & Sola, 2000). Draibe (1995) registra que nesse período foram criadas no âmbito do executivo as Grandes Comissões para apreciação das reformas estruturais a serem implementadas. Contudo, a Assembléia Nacional Constituinte consubstanciou-se no grande centro processador e definidor das reformas.

Almeida (1994) assinala que *"A Constituição de 88 definiu um novo arranjo federativo, com significativa transferência de capacidade decisória, funções e recursos do governo nacional para os estados e, especialmente, para os municípios. (...) o governo (federal) teve diminuída sua participação no bolo de recursos tributários em cerca de 15,6%. Ao mesmo tempo as despesas federais se tornaram mais rígidas. Não só em decorrência da elevação do montante de transferências automáticas para as unidades subnacionais, mas também da multiplicação de gastos vinculados na área social, da ampliação dos benefícios previdenciários e do aumento de despesa com pessoal (...)"*.

O aumento nos gastos sociais da União é confirmado por Draibe (1995), que sustenta a existência de um avanço significativo no padrão de proteção social determinado pela nova constituição, de forma a promover o deslocamento do Estado de Bem-Estar Social do modelo meritocrático-particularista em direção ao institucional-redistributivo de corte mais universalista e mais igualitário. Além da nova configuração, segundo Draibe (1995), reduziu-se o peso das contribuições no financiamento dos gastos sociais, determinando-se novas fontes de receitas. Entretanto, é preciso ter cautela quanto á distinção entre o legal e o efetivo. Embora haja projetado um progresso notável, a Constituição de 1988, nas palavras de Vianna (1998), *"Não logrou, contudo, dar conteúdo a sua dimensão simbólica"*.

Nessas condições, de perda de receitas e de ampliação de encargos, em meio a uma *"crise estrutural"*, nos termos de Poulantzas (1977), em que a União, segundo Arretche (1996) *"teve suas bases fiscais fortemente erodidas"* é que o fenômeno da descentralização torna-se mais acentuado, ou o executivo federal simplesmente exime-se da responsabilidade com alguns programas públicos.

Draibe (1995) lembra que sob o Plano Verão de Sarney *"a política social perdeu centralidade. Nesse momento, o governo processava o que ficou conhecido como "operação desmonte", espécie de descentralização cujo significado foi antes o de retrair as ações federais no campo das políticas sociais"*.

Com efeito, na esteira dessa operação, em 15 de janeiro de 1989, o Governo Sarney extinguiu a Embrater e todos os recursos federais destinados à Extensão Rural. Posteriormente anulou seu decreto, mas o Governo Collor reiterou o ato de extinção, em 1990, confirmando a determinação do poder executivo federal em desobrigar-se de tal compromisso.

5. O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA E O ESTADO DE BEM-ESTAR

A crise do capitalismo do final dos anos 20 ensejou a prática da intervenção do Estado na economia para corrigir e prever as deficiências do mercado e, sobretudo, estimular, coordenar e implementar o desenvolvimento.

A perspectiva de impulsionar o desenvolvimento culminou em um tipo de política a que se denominou desenvolvimentismo, desencadeada sobretudo em países de capitalismo periférico. Trata-se de um esforço para promover a industrialização tardia, com base no modelo de substituição de importações, em que o Estado torna-se interventor e provedor estratégico, e as ações concentradas na esfera econômica, preterindo-se das reformas na estrutura social.

No caso do Brasil, a empreitada desenvolvimentista tem início nos anos 30, como resultado da Grande Depressão e da crise de poder das oligarquias, e segue, com o Estado no controle e patrocínio do desenvolvimento, até a crise do final da década de 70 e início dos anos 80.

Esse período, de aproximadamente 50 anos, pode ser decomposto em duas fases. A primeira, que vai dos anos 30 a meados da década de 60, e tem como apanágio o regime populista de governo, e a segunda, que completa o ciclo, e apresenta como atributo singular a instalação do poder militar no comando do país. Ambas as fases são caracterizadas pelo autoritarismo e a exclusão social, especialmente a segunda.

Rodrigues (1994) sintetizou esse desenvolvimentismo como um modelo econômico modernizante, conservador, concentrador de rendas e excludente social, econômico e politicamente, forjado através da privatização do Estado. Com relação à segunda fase, Paes (1995) assinala os esforços do regime militar para desestruturar a organização trabalhista, para controlar os sindicatos e as lideranças consideradas perigosas. Salienta a severidade daqueles dirigentes para manter o *"arrocho salarial"*, fonte da acumulação capitalista, proibindo greves, eliminando a negociação direta entre patrões e empregados, reprimindo os trabalhadores, e estabelecendo um clima de pavor. A autora refere-se a um *"Estado terrorista"* em que a perseguição, o assassinato, a tortura e o sumiço consistiam estratégias de conter a oposição. Assentada no lema *"fazer o bolo crescer para depois dividi-lo"*, a 8ª economia do mundo compatibilizou também a 5ª classificação em termos de misérias sociais: subnutrição, fome, doenças, analfabetismo, mortalidade infantil, etc.

Em função da imperiosidade desenvolvimentista, assentada no autoritarismo, na exclusão das camadas populares e na compressão salarial (Oliveira, 1981, Oliveira, 1977; e Mantega, 1985), o Brasil pouco avançou na construção de um Estado de Bem-Estar Social. Draibe (1995) aceita a terminologia, mas propõe uma classificação apropriada às suas dimensões: *"(...) entre os anos 30 e os anos 80, o Brasil logrou construir (...) um Estado de Bem-Estar Social do tipo meritocrático-particularista ou conservador (...) diferente então tanto de um modelo residual ou liberal quanto de um padrão institucional-redistributivista ou social-democrata. (...) seu desempenho foi medíocre e esteve sempre aquém das necessi-*

dades sociais da população (...). Seus programas, mesmo os mais universais, pouco contribuíram para a redução das acentuadas desigualdades que marcam a sociedade brasileira; tiveram efeitos parcos ou quase nulos em suprimir os bolsões de pobreza; abrigaram e reforçaram privilégios (...). Os quase cinqüenta anos de construção do sistema de políticas sociais, no Brasil, se, a longo prazo, afetaram positivamente as condições da população mais carente, tiveram porém muito pouco sucesso em efetivamente estabelecer em patamar digno de "bem-estar" o nível de vida dos brasileiros".

O padrão meritocrático-particularista do Estado de Bem-Estar indica que a seleção dos beneficiários baseava-se no mérito individual, ou seja, na capacidade financeira de cada um para assegurar seus benefícios. Esse modelo, conforme assevera a autora, difere tanto do padrão institucional-redistributivista ou social-democrata quanto do tipo residual ou liberal. O primeiro é caracterizado pelo universalismo no atendimento, pela solidariedade, comprometimento com o pleno emprego, etc. encontrado na Suécia, Noruega e Dinamarca, enquanto o segundo tipo é próprio dos Estados Unidos, Austrália e Canadá que, apesar de seletivos no atendimento, definiram um padrão mínimo de proteção e estimularam a seguridade via mercado (Esping-Andersen, 1991).

Ora, se o padrão do Estado de Bem-Estar Social no Brasil subjaz-se na mediocridade, como conciliar a tese da perversidade com a crise brasileira, se a referida tese se fundamenta na falência de um Estado de Bem-Estar comprometido com o excesso de programas sociais? Como ter uma crise do Estado de Bem-Estar, se ele praticamente inexistia? Por outro lado, que crédito pode ser tributado às elites dirigentes nacionais por acatarem o diagnóstico liberal-conservador, apregoado pelo BIRD e FMI, conforme repudiou Fiori (1998), como explicação para uma crise que se inicia no final dos anos 70, antes mesmo da instituição do Estado de Bem-Estar? E o que é mais extraordinário, se a crise é do Estado de Bem-Estar, como explicar a expansão desse mesmo Estado no decorrer da década de 80 (Draibe, 1995), exatamente após o desencadeamento da crise?

Essas observações contribuem para refutar o diagnóstico conservador sobre a origem da crise no Brasil, ao mesmo tempo que abre perspectivas para a consolidação das teorias relativas às políticas de desvalorização e posterior valorização do dólar. Ademais, são pertinentes para advertir que, no caso brasileiro, trata-se de uma crise do Estado desenvolvimentista, com todos os méritos e deméritos que esse conceito possa traduzir, e não de uma crise do Estado de Bem-Estar Social. A conexão da crise com o Estado de Bem-Estar Social existiu apenas em caráter secundário ou subseqüente, e manifestou-se sob dois aspectos. Em um primeiro momento, isto é, no desencadeamento da crise econômica, as classes populares se mobilizaram para denunciar a precariedade na oferta de programas sociais. Portanto, não se tratava de "excesso", mas de quase absoluta ausência daqueles programas.

Em um segundo momento, configurado o Estado de Bem-Estar Social (Draibe, 1995), logo de imediato, nos ajustes dos anos 90, e diante do esforço para debelar a inflação e viabilizar a renegociação da

dívida externa e o pagamento de seus respectivos juros, o Estado se volta para os cortes do gasto público (CANO, 1999), fazendo retroceder as conquistas de bem-estar alcançadas na década anterior.

A questão dos gastos com programas sociais, portanto, só é incorporada à agenda política nas estratégias do segundo ajuste, que consistiu em uma nova modalidade da "operação desmonte", desta feita, tendo como alvo a constituição de 1988.

6. A CRISE DA EXTENSÃO RURAL

O impacto da crise brasileira na Extensão Rural foi sentido precocemente. Segundo Delgado (1985), antes que seus efeitos se refletissem no desempenho da economia, haviam já comprometido as bases monetárias de fomento do crédito rural subsidiado.

Na Tab.1 pode-se notar que a concessão do crédito rural, medida pelo índice de valor real, cresceu ininterruptamente até 1976. Em 1977 sofreu o seu primeiro abalo. A partir de 1979 verifica-se uma queda progressiva, acompanhada da elevação da taxa nominal de juros. Delgado (1985) explica que nesse momento haviam sido *"revertidas todas as condições que propiciaram a expansão do crédito rural e dos demais programas de financiamento favorecido"*. O SNCR concebido para impulsionar a modernização agrícola, no estilo conservador, tinha-se exaurido *"antes mesmo do declínio da economia"*.

Esse fato, que sinaliza o enfraquecimento da base monetária do país e, por conseguinte, mudanças de rumo nas relações do Estado com o negócio agroindustrial brasileiro, constitui-se no marco inicial do desencadeamento da crise da Extensão Rural. A restrição do crédito infligiu uma espécie de paralisia às atividades da Extensão, circunstância já percebida em outras oportunidades efêmeras, como testemunha Lopes (1967):

"Observações de especialistas do Serviço de Extensão têm evidenciado que, em ocasiões de crise, provocada por falta de numerário para as operações de crédito, através dos serviços de Extensão, os agentes locais sentem-se como se estivessem limitados no desempenho de suas funções, tamanha é a importância atribuída ao crédito".

Tabela 1. Crédito rural aplicado no Brasil (milhões de cruzeiros em moeda corrente) e outros indicadores – 1965 a 1982.

Ano Base 1969	Aplicações	Índice de valor real	Taxa nom. juros Taxas máx. cobr
1965	1.327,00		
1967	3.127,00		
1969	6.489,00	100,00	18,0
1970	9.428,00	118,97	17,0
1971	12.870,00	137,47	7,0
1972	18.669,00	170,49	15,0
1973	30.334,00	240,62	15,0
1974	48.273,00	297,56	15,0
1975	89.997,00	443,76	15,0
1976	130.226,00	444,93	15,0
1977	165.858,00	396,75	15,0
1978	233.942,00	403,75	15,0
1979	448.731,00	503,13	38,0
1980	825.397,00	481,11	45,0
1981	1.563.090,20	417,27	45,0
1982	2.960.272,90	404,00	60-80% da ORTN*

Fonte: Delgado (1985) – Capitalismo financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985.
* Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

O problema crucial reside no fato de que desta feita não se tratava de uma simples crise transitória, de um lapso ou mesmo

de ação deliberada para restringir momentaneamente o aporte de crédito. O fenômeno sinaliza o fim de um ciclo, de uma era consubstanciada na figura do Estado desenvolvimentista; portanto, aponta para os termos de um modelo de Extensão Rural plasmado para aquelas vicissitudes.

Enquanto permaneceu estável a oferta de crédito rural subsidiado, a Extensão manteve inalterada a sua metodologia de trabalho, alicerçada naquele instrumento. Assim, deu continuidade à sua prática educativa, popularizada no conceito de "educação tecnológica" e fundamentada na substituição de conhecimentos e modificação de hábitos, atitudes e habilidades, com base nos princípios, segundo os quais o subdesenvolvimento, o atraso, o tradicional resultam da carência maciça de capital e investimentos em tecnologias.

O crédito rural constituiu-se no recurso metodológico do trabalho extensionista desde a sua fundação. Por conseguinte, concretizou-se no instrumento decisivo da modernização conservadora, induzida e patrocinada pelo Estado. Foi apoiando-se em suas potencialidades que o difusionismo triunfou, que a ideologia produtivista, emanada da revolução verde, foi sustentada, e que a Extensão Rural construiu a fase mais dinâmica de sua história.

Não existem dados sobre o percentual de tempo empregado em operações vinculadas ao crédito rural pelas atividades extensionistas até o início de sua crise. Há variações temporais e espaciais. No entanto, excetuando o trabalho qualificado de social, executado geralmente pelo contingente técnico feminino com escolares, donas de casa e filhos, é raro poder assinalar uma prática independente.

Uma grande parte do tempo estávamos elaborando planos de crédito. Cada projeto implantado exigia, no mínimo, três supervisões anuais, oportunidade em que era prestada, mais densamente, a assistência técnica. Quando a assistência ministrada se destinava a públicos mais abrangentes, com emprego de metodologias grupais, os núcleos comunitários concentravam-se, amiúde, em torno de mutuários. O tempo que sobejava ao cumprimento desses empreendimentos era empregado em planejamento, relatórios e outras "atividades administrativas", que, em última instância, correspondiam a atividades de suporte às anteriores.

O instituto creditício associado ao saber técnico compunha um expediente extremamente poderoso, manejado pelo extensionista. De posse dessa faculdade, o cumprimento das "metas", em termos de obrigatoriedade na introdução de tecnologias, não encontrava tantos obstáculos. Hesitações, vontades, resistências tornavam-se vulneráveis e passíveis de serem submetidas. Nesse sentido, o crédito afigura-se como um mediador de conflitos e sustentáculo de uma hierarquia configurada em escala descendente desde a cúpula das instâncias de poder público agrícola até o produtor rural e suas organizações.

Em síntese, é fato inequívoco que as atividades de Extensão Rural organizavam-se primordialmente em função do crédito. Daí o seu significado para a prática extensionista e a magnitude do desamparo experimentado quando, gradativamente, ele foi-se esgotando. Nós não estávamos preparados para reinventar, com urgência, uma nova metodologia de ação. Uma nova prática, dissociada do crédito, implicaria em uma mudança radical de enfoque.

Implicaria, possivelmente, na rejeição à doutrina difusionista, à política do produtivismo e, certamente, na perda de poder e na renúncia à atitudes autoritárias. Implicaria em redirecionar o foco das ações, abdicando da centralidade sobre o produto, sobre a produção e produtividade, para concentrá-lo no produtor, no homem, no sujeito. Nessa perspectiva, os preceitos de sacrificar os conhecimentos e as habilidades do agricultor tornar-se-iam destituídos de sentido. A mudança exigia uma reconversão de atitudes e princípios, e a definição de um novo papel para a Extensão Rural, uma exigência pouco vislumbrada. Assim, diante da incapacidade dos extensionistas em criar uma nova metodologia de trabalho que não fosse "caudatária" do crédito rural e a conseqüente limitação de suas atividades, as bases teóricas, independentemente de sobreviverem no saudosismo pragmático de muitos profissionais, não se puderam mais sustentar como doutrina. As incongruências historicamente acumuladas pela Extensão Rural se tornaram manifestas, apesar da recusa generalizada, no ambiente interno, em reconhecê-las. Nesse clima, as instituições já não se podiam justificar como entidades públicas. Poder-se-ia, seguindo a linha teórica de Poulantzas (1977), afirmar que houve uma condensação das contradições na empresa extensionista, cujo resultado, fatalmente, traduziu-se em crise.

Diante desse quadro, enquanto não se concebe um novo modelo, a paralisia nas atividades extensionistas tende a se perpetuar. Ora, nas circunstâncias de um Estado insolvente, uma instituição capenga e, adversamente, taxada de consumidora de pesados recursos financeiros, tem limitadas chances de sobrevivência. E foi isso o que se sucedeu. Em 1980, o Ministério da Agricultura começa a reduzir o repasse de recursos financeiros para a Embrater e, por conseguinte, para as filiadas. No final do último governo militar os recursos deixam de ser institucionalizados e o Sistema Embrater tem que se desdobrar para captá-los de múltiplos mantenedores, via Programas Especiais de Desenvolvimento Regional. Isso gera uma intranqüilidade no corpo funcional, que passa a conviver com os atrasos na liberação dos recursos; atrasos nos salários e no recolhimento de encargos; correção salarial abaixo dos níveis inflacionários; deterioração da frota de veículos; deficiente execução dos programas conveniados, desgaste institucional; semiparalisação e até paralisação completa de atividades (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1987).

O legado da agricultura

Para a agricultura em si, segundo Martini (1991), não houve crise, mas ao contrário. Assinala o autor que apesar da recessão industrial, da retração do crédito e dos preços internacionais desfavoráveis dos anos de 1980/84, a agricultura teve bom desempenho e taxas elevadas de lucratividade, e que, após esse período, até o fim da década, exibiu uma *"sucessão de supersafras e quase superssafras"*.

Diversos foram os fatores apontados que concorreram para assegurar o sucesso da atividade agrícola. Alguns dizem respeito à própria reorganização interna, e outros, às novas articulações encetadas pelo Estado. Quanto às iniciativas no interior do processo produtivo, que já contava, segundo o autor, com uma estrutura tecnologicamente consolidada, reduziu-se o

ritmo de incorporação desses bens, assim como do crescimento da área cultivada e do rebanho, cuidou-se em utilizar mais racionalmente os insumos. O Estado não aboliu completamente a política de crédito rural, mas a redirecionou para atividades consideradas mais estratégicas como a laranja, o cacau, a cana-de-açúcar, etc. Estabeleceu uma política agressiva de preços mínimos, manteve o seguro agrícola e incentivou as exportações, via desvalorização cambial.

Ora, face ao que foi apresentado, uma constatação, no mínimo curiosa, se impõe: enquanto a Extensão Rural entra em crise, a agricultura se deslancha. Houve um descolamento da trajetória de ambas. Seladas no pós-64, pelos elementos atrativos do SNCR, afastam-se quando esses deixam de existir. A agricultura, integrada à montante e à jusante com o setor industrial, não depende mais, inexoravelmente, dos préstimos da Extensão Rural que, por causa disso, torna-se mais enfraquecida, menos legítima e mais propensa a se subsumir na crise.

Um indicador de que a cotação da Extensão Rural encontrava-se em queda situa-se no fato de o Banco Central expedir decreto desobrigando a assistência técnica através do Sistema (Ribeiro, 2000).

Sintetizando, ao imobilismo a que a Extensão Rural fora lançada, acresceu-se o desencorajamento provocado pelas restrições gradativas de recursos financeiros oriundos do governo federal, agastado com a administração de um Estado em crise e, por outro lado, espectador e fomentador de um inusitado desempenho da agricultura. Para completar o quadro de desolação, avolumavam-se as críticas advindas da sociedade, particularmente dos grupos industriais, financeiros e políticos, exatamente aqueles que mais tinham-se beneficiados das atividades da Extensão Rural e compactuado na determinação de seu papel e de sua prática, e que agora voltavam-se contra ela, atacando a própria obra, conforme expressão usada por Fiori (1998).

Dessa forma, a Extensão Rural caminhou para o final da década resistindo à exacerbação da crise, que vinha de fora e de dentro de si mesma, com suas atividades praticamente paralisadas, abandonada, ou melhor, vilipendiada pelos grupos econômicos e políticos a que havia apoiado e servido. Enquanto isso, a agricultura comemorava recordes de super-safras a cada ano e o Estado desenvolvimentista, em crise e pressionado pelas forças políticas internacionais favoráveis à liberalização econômica e a redução do tamanho do Estado, agendava a sua *"operação desmonte"*. Operação que terminou por liquidar com a Embrater e com os recursos federais para a Extensão Rural no Brasil.

7. CONCLUSÕES

A crise da Extensão Rural inicia-se com a falência das bases monetárias supridoras do crédito rural subsidiado, progride com a ineficácia da metodologia de trabalho extensionista, revelada pela escassez do crédito rural, e aprofunda-se com a relativa autonomização do crescimento agropecuário e, simultaneamente, com a debilitação do Estado desenvolvimentista.

A crise do Estado desenvolvimentista, por sua vez, decorre do contexto de crise do capitalismo em dimensões mundiais. E não se trata, em sua origem, de uma crise do Estado de Bem-Estar Social, uma vez

que esse tinha pequena expressão no instante de desenvolvimento da crise, havendo inclusive asserções categóricas (Araújo, 1995 e Sallum Jr., 2000) de que ele praticamente inexistia. A associação da crise com a situação de bem-estar só poderá ser postulada para momentos ulteriores, após a constituição de 1988.

Desencadeada a partir da esfera econômica, a crise brasileira, consubstanciada em crise fiscal (Araújo, 1995; Fiori, 1993 e Sallum Jr., 2000), propaga-se para a esfera política (Fiori,1993 e Sallum Jr., 2000). Por sua vez, a crise fiscal tem origem na *"crise da dívida externa"* (Araújo, 1995; Fiori, 1993 e Sallum Jr., 2000), provocada pelas resoluções unilaterais norte-americanas, no que concerne às políticas de desvalorização e revalorização do dólar (Fiori, 1998 e Sallum Jr., 2000).

A crise e suas conseqüências trouxeram experiências amargas para os extensionistas. Marcou muitas vidas e selou um fim penoso na carreira de muitos profissionais. Talvez a crise tenha sido esse instrumento severo, mas inevitável, para colocar um fim em um modelo alienígena e alienante e para que de suas experiências pudesse renascer uma nova assistência técnica, pautada nas necessidades e fundamentada na realidade do setor agrário brasileiro, como, aliás, já se encontra em processo em alguns estados, conforme ressaltado no início do trabalho.

AFONSO, JRR.; LOBO, T. Descentralização fiscal e participação em experiências democráticas retardatárias. Rio de Janeiro: *Rev. Planej. Pol. Púb.*, n.14, p.3-32, 1996.

ALMEIDA, MHT. O corporativismo em declínio. In: DAGNINO, E. (org). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 51-57.

ANDERSON, P. Balanço de neoliberalismo. In: SADER, E., GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo:Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ARAÚJO, TB. Brasil: o modelo de desenvolvimento. In: ARAÚJO,TB., BENJAMIM, C. *Reinventar o futuro*. Rio de Janeiro: Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro, 1995. p.13-34.

ARRETCHE, MTS. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? *Rev. Bras. Ciên. Soc.*, n. 31, p. 44-64, 1996.

CANO, W. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI, JL. (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 287-326.

DELGADO, GC. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*: 1965-1985. Campinas: Ícone/Unicamp, 1985. 240 p.

DRAIBE, SM. Repensando a política social: dos anos 80 ao início dos 90. In: SOLA, L; PAULANI, LM. (orgs). *Lições da década de 80*. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 201-221.

DRAIBE, SM; HENRIQUE, W. "Welfare State", crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. *Rev. Bras. Ciên. Soc.*, n. 6, v. 3, p. 53-77, 1988.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. *Rev. Cult. Pol.*, n. 24, p. 85-116, 1991.

FIGUEIREDO, R. P. *Extensão Rural, desenvolvimento e democracia*. Brasília: Embrater, 1986. 69 p.

FIORI, J.L. Ajuste transição e governabilidade: O enigma brasileiro. In: TAVARES, MC, FIORI, LJ. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993. p. 127-193.

FIORI, J.L. Os moedeiros falsos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 251 p.

IANNI, O. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 316 p.

KUGELMAS, E.; SOLA, L. Recentralização/Descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil dos anos 90. São Paulo: Tempo social, Rev. Soc. V. 11, n. 2, p. 63-81, 2000.

LOPES , R. S. Evolução conceitual da extensão rural no Brasil. Belo Horizonte: ACAR, 1967. 17 p.

MANTEGA, G. A economia política brasileira. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 288 p.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? Rev. Cult. Pol., n. 23, p. 8-36, 1991.

OLIVEIRA, F. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro: Graal, 1977. 159 p.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica a razão dualista. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 87 p.

PAES, M. H. S. A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. 95 p.

POLÍTICA e diretrizes de formação extensionista. Brasília: Embrater, 1987. 49 p.

POULANTZAS, N. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, N. (Coordenador) O Estado em crise. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977. p.3-41.

RIBEIRO, J.P. A saga da Extensão em Minas Gerais. São Paulo: Annablume, 2000. 270 p.

RODRIGUES, M. A década de 80. Brasil: quando a multidão voltou às praças. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. 77 p.

SALLUM Jr., B. A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial (1945-2000). In: MOTA, C. G. (org). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transição. São Paulo: Senac, 2000. p. 404-437.

TAYLOR-GOOBY, P. Welfare, hierarquia e a "nova direita" na era Thatcher. Rev. Cult. Pol., n. 24, p. 165-187, 1991.

VIANNA, M.L.T.W. A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: Estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Revan, 1998. 270 p.

Cad. Téc. Vet. Zootec., n.43, p.60-77, 2004.

A PERSUASÃO COMO RECHEIO METODOLÓGICO DA AÇÃO NA EXTENSÃO RURAL

Erly do *Prado*
Méd.Vet., ME, Dr., ProfAdj.
erly@vet.ufmg.br

Departamento de Zootecnia
Escola de Veterinária da UFMG
Caixa Postal 567
30123-970 Belo Horizonte, MG

SUMÁRIO

Introdução 60

Bases teóricas 61

A persuasão é inerente à prática extensionista? 65

Que circunstâncias fizeram a ação extensionista convergir para o estilo autoritário? 71

Haveria uma forma alternativa de realização da atividade extensionista? 73

Conclusão 75

INTRODUÇÃO

Dois renomados cientistas levantaram a desafiante e problemática questão da persuasão nas atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER: Joan Diaz Bordenave, Engenheiro Agrônomo, especialista em comunicação, com atuação na esfera rural, e Paulo Freire, um pedagogo, estudioso e militante da área de educação de base.

Bordenave (1988) apontava como um grave defeito da ação extensionista, a adoção de métodos persuasivos de comunicação. Argumentava que a perspectiva suasória contrapunha o técnico da Extensão ao produtor rural em um plano vertical, no qual as mensagens fluíam unidirecionalmente, do mundo de quem sabia para o submundo da ignorância, caracterizando, assim, um processo autoritário, antidemocrático, em que prevalece absoluto o domínio do comunicador.

Freire (1980), por seu turno, contestava a postura extensionista em se empenhar a persuadir os camponeses para que aceitassem a sua propaganda.

Em que pese o caráter provocativo das argumentações, e a valiosidade das considerações apresentadas, dois aspectos relevantes impõem-se à observação. O primeiro, diz respeito à inocuidade da instigação no ambiente extensionista. Não gerou polêmica, não suscitou debates e nem mesmo mereceu a apreciação e conhecimento da maioria.

O segundo aspecto é de ordem metodológica. Nenhum dos autores empreendeu um estudo que corroborasse suas proposições, fundamentado na metodologia de ação extensionista. Bordenave (1988) apenas se limita a afirmar sobre a realida-

de da prática persuasiva. Ele não examina e não se detém sobre a estrutura de uma ação dada, para extrair dela, ou apontar nela o conteúdo persuasivo. Freire (1980), apesar de travar um diálogo com alguns extensionistas a respeito do modo de conceberem suas práticas, com efeito, desenvolve uma investigação no plano filosófico, a partir da análise dos significados deduzidos do termo "extensão" e de suas correlações com o que os extensionistas presumem ser o objeto de suas ações.

Neste trabalho, pretende-se dedicar ao problema levantado no segundo aspecto, isto é, proceder uma análise dos pressupostos teóricos que orientam a ação extensionista e dos recursos metodológicos através dos quais ela se concretiza. Esse procedimento certamente permitirá por em relevo conteúdos da ação e/ou do discurso mantidos sob reserva, ou seja, que não se expressam com nitidez na execução das práticas, bem como aqueles evidentes, porém não submetidos a uma observação crítica.

Acredita-se que a abordagem proposta, além de facultar a apreensão e localização de elementos persuasivos, caso existam, na ação extensionista, possibilitando uma argumentação mais amarrada com a realidade concreta, será útil também para explicar a convicção dos extensionistas que não se dobraram às críticas formuladas pelos autores supracitados e, quem sabe, motivá-los a rever suas posições.

Fundamentalmente, o estudo será encaminhado para responder às seguintes perguntas:

1. As ações da Extensão Rural correspondem, de fato, à práticas persuasivas?
2. Que circunstâncias contribuíram para que elas assumissem uma tal configuração?
3. Haveria uma forma alternativa de realização da atividade extensionista?

BASES TEÓRICAS

Geralmente os autores que se dedicaram ao estudo do tema persuasão remeteram-se à antigüidade clássica para buscar em Aristóteles a formulação paradigmática da estrutura do discurso, notadamente do discurso persuasivo. No entanto, muito antes de Aristóteles, Platão já havia discorrido sobre o assunto, contrapondo a arte retórica, ou melhor, a ética subjacente àquele modelo de arte, também tratada como oratória, à exigência de um novo padrão ético, alicerçado na virtude, isto é, na justiça, na sabedoria, na piedade, na sensatez, na coragem.

Em o Górgias ou a Oratória, Platão (1970) explora a temática da persuasão, tomada como o fundamento da oratória. Segundo Bruna (1970), a oratória havia experimentado um aperfeiçoamento em seus métodos, no estilo, na reflexão e na imaginação. Seu objetivo convergia para seduzir a vontade e a inteligência dos ouvintes. Importava falar bem, convencer – não importando sobre o quê –, fazer do argumento fraco um forte argumento. Não tinha compromisso com a verdade e se constituía em um recurso para adquirir vantagens pessoais. "(...) feliz quem possuísse o dom de persuadir!".

No diálogo que se segue entre Górgias e Sócrates (Platão, 1970), este conclui que "a oratória é uma produtora de persuasão", uma vez que Górgias afirmara que pela palavra convence-se os juízes nos tribunais, os senadores no conselho, os

eclesiastas na assembléia e, dessa forma, faz-se do médico, do mestre de ginástica, do financista, representantes das principais áreas do conhecimento e das atividades econômicas, escravos próprios.

Sócrates, então, com o consentimento de Górgias, estabelece dois tipos de persuasão. A persuasão didática, "aquela que vai direto ao intelecto" e que se funda no saber, na ciência, e a persuasão patética, "que fere as cordas da emoção" e tem por objeto infundir a crença. A persuasão que a oratória produziria enquadrava-se nessa última rubrica.

A intransigência de Platão (1970), portanto, não se voltava para a persuasão em si, mas para o objeto da oratória, para o exercício retórico, para a ética às avessas dos retores. Assim, o problema da oratória resumia-se na inversão de valores por ele defendidos, por isso, contrapunha-lhe a filosofia, comprometida, segundo sua visão, com a verdade e com a justiça.

Na Apologia, por exemplo, Platão (1983) retrata Sócrates fazendo a sua defesa e enfrentando como acusadores, diante de um tribunal supostamente despreparado para um julgamento de tamanha envergadura, os sofistas, os políticos, os poetas e os artesãos. Mas nem por isso Sócrates se rendeu às artimanhas atribuídas à oratória convencional, preferindo morrer a faltar com a verdade. Ao contrário, as palavras proferidas afiguravam-se mais como testemunhas contra si mesmo, corroborando a acusação: "(...) Enquanto respirar e for disso capaz, não cessarei de filosofar nem de vos exortar, mostrando-vos o caminho. (...) não mudarei de conduta nem que tenha que morrer mil vezes. (...) prefiro morrer a ceder. (...) prefiro morrer com essa defesa a viver com outra".

Sócrates julgava-se comissionado "pelo deus" para persuadir as pessoas a tornarem-se melhores. Nesse sentido, proclama em sua defesa: "(...) tentei persuadir cada um de vós a não cuidar primeiro de si ou de suas coisas (...) tentei persuadir cada um de vós a não cuidar primeiro das coisas da cidade, mas a cuidar antes da própria cidade (...). Talvez julgueis, homens, que fui condenado por ter sido apanhado em dificuldades para arranjar palavras que vos persuadissem (...)".

Nota-se que Platão (1983 e 1970) não abrigava nenhum preconceito em relação à persuasão. Os seus diálogos são estruturados segundo a lógica da razão suasória, em que os interlocutores se esforçam para conquistar a aquiescência um do outro. A persuasão, por si própria, não representava qualquer ultraje à ética. O vitupério provinha, de acordo com seu entendimento, dos subterfúgios empregados para alcançar ilicitamente e a qualquer custo algum fim.

Talvez menos emocionalmente envolvido com o tema, Aristóteles (1964), em Arte retórica e arte poética, porfia em estabelecer a disjunção entre os campos semânticos da persuasão e da retórica, atribuindo a esta um estatuto científico. A retórica "(...) é a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão. (...) sua tarefa não consiste em persuadir, mas em discernir os meios de persuadir (...). A retórica não tem que remontar aos princípios da moral; isso pertence à ética (...)".

A retórica comporta três gêneros de discursos oratórios – o gênero deliberativo, o gênero judiciário e o gênero demonstrativo, também chamado epidíctico. De acordo com a definição de cada um, o gênero

deliberativo é o que corresponde e interessa ao assunto em estudo. Tem a função de aconselhar ou desaconselhar, deliberar sobre questões particulares ou públicas, sobre o que é útil ou prejudicial, vantajoso ou funesto.

Aristóteles (1964) configurou quatro estágios na estrutura do discurso. E em cada um oferece sugestões apropriadas ao exercício da persuasão:

1. Exórdio: É o começo, o prólogo, o prelúdio. Consiste no agenciamento de recursos para alcançar a docilidade e a benevolência do ouvinte e a "aparência de honestidade". Tem ainda a finalidade de captar e prender a atenção do ouvinte.
2 Narração: É o assunto em si, no qual se desenvolvem os argumentos na justa medida e de forma a ser "agradável aos juizes", ou seja, aos ouvintes.
3. Provas: Deve-se demonstrar que os fatos são belos e úteis e expô-los intercalados de "elogios, aqui e ali, (...)". Existem três espécies de provas que podem ser obtidas através do discurso – provas dependentes da arte – e que concorrem para o exercício da persuasão. A moral do orador, quando este é reconhecido como digno de confiança; a disposição do ouvinte, quando este é susceptível de ser tomado por paixões; e pelo conteúdo do próprio discurso, ao demonstrar a verdade ou o que parece ser a verdade. Cada uma das três espécies de prova compõe um instrumento de persuasão. No entanto, se o orador inspira confiança, se paixões são despertadas nos ouvintes e se o discurso oferece verdades ou aparência de verdades, então o aspecto suasório de uma determinada mensagem estaria reforçado.
4. Peroração: Trata-se do epílogo. É o momento de "dispor bem o ouvinte em nosso favor e em dispô-lo mal para com o adversário". Deve-se esforçar para "levar o ouvinte a sentir paixões, usar de repetições, recapitular as provas".

Modernamente tem-se retomado o assunto, o debate sobre o tema continua, e as preocupações da era clássica, acerca da ligação entre discurso e persuasão, insistem em permear as abordagens atuais.

O esforço de Aristóteles para desvincular os temas e estabelecer um campo próprio para a retórica, independente da ética, parece não ter surtido o efeito pretendido. Perelman (1997) assinala que a palavra retórica chegou a desaparecer completamente do dicionário filosófico, e que em todas as áreas o termo "evoca a suspeita e em geral se alia a certo desprezo". Salienta ainda que nos últimos cem anos continuaram a ser produzidos tratados de retóricas, mas seus autores têm-se mostrado diligentes em registrar nos prefácios suas desculpas por se dedicarem a um "assunto tão indigno".

Em sua obra, Perelman (1997) não sustenta o preconceito, denominando-a "Retóricas" e esclarecendo tratar-se da "lógica do preferível", ou melhor, do estudo das "argumentações pelas quais somos convidados a aderir a uma opinião e não a outra". A retórica se ocupa, assim, com a adesão. O pensamento de Perelman (1997), portanto, se identifica com o de Aristóteles, quando este diz que a finalidade da retórica não é persuadir, mas discernir os meios de persuadir

Seguindo a linha de análise de Aristóteles (1964), o autor sublinha que o êxito da argumentação retórica, que é a adesão à teses propostas, subordina-se a três fatores: o orador, o auditório e os juízos e argumentos que o orador possa proferir. A opinião que o auditório tem do orador e de seus juízos e argumentações constitui elemento decisivo para o grau de adesão à proposta de seu discurso. Por outro lado, a qualidade do orador ou de seus juízos e argumentações nunca é estática. Trata-se de uma grandeza que pode ser alterada em função do desempenho do primeiro ou do sentido das asserções por ele emitidas.

A interação entre a pessoa e a sua afirmação, contudo, pode não ocorrer, por exemplo, quando a pessoa que fala é considerada perfeita, ou quando o enunciado remete-se a um caso objetivo. Essas situações, de acordo com o autor, encontram-se fora do campo da retórica, em que a argumentação é substituída pela experiência.

Desviando um pouco dos enfoques anteriores, Citelli (1994) ocupa-se especificamente com a persuasão e sua relação com discurso. Citando Umberto Eco, salienta:

"A maior parte dos discursos que fazemos nas relações com os nossos semelhantes são discursos de persuasão. Temos necessidade de persuadir e ser persuadido. O discurso persuasivo, em si mesmo, não é um mal. Só o é quando se torna o único trâmite da cultura, quando prevarica, quando se torna o único discurso possível, quando não é integrado por discursos abertos e criativos".

Na opinião de Citelli (1994), a persuasão está tão colada ao discurso como a pele ao corpo, mas que, no entanto, o ato de persuadir pode assumir graus distintos. Pondera que o modo de articular o signo "organizá-lo, poderá determinar as direções que o discurso irá tomar, inclusive de seu maior ou menor grau de persuasão". Citando Orlandi (1983), o autor identifica três modalidades de discurso, segundo a natureza persuasiva:

1. Discurso lúdico: considerado o mais democrático e aberto, portanto, com menor grau de persuasão. É caracterizado pelo jogo de interlocuções no qual o movimento dialógico eu-tu-eu é dinâmico e o signo se abre tornando-se plural, polissêmico. "Há menos verdade de um, logo menos desejo de convencer". Enquadra-se nessa modalidade, contributos da produção artística, como a música, a literatura.
2. Discurso polêmico: cujo grau de persuasão aumenta em relação ao primeiro. Uma voz, o eu, tende a subjugar a outra, numa disputa em que a polissemia se reduz. É observado em defesa de tese, aulas, discussão entre amigos.
3. Discurso autoritário: eminentemente persuasivo, e no qual se exercita o domínio através da palavra. O tu perde o estatuto de interlocutor e se converte em mero receptor de verdades sacramentadas. O signo é fechado, monossêmico. Quem fala são as autoridades no assunto. Não há espaço para o diálogo. Contudo, essa forma de discurso se processa sob o manto da dissimulação, na família, na igreja, no quartel, em que uma autoridade reconhecida dita regras com recursos eufêmicos, ou invocando situações de consenso e interesses mútuos.

Como se nota, o grau de persuasão do discurso pode oscilar entre um máximo,

no extremo autoritário, e um mínimo, no seu oposto, o lúdico. Todavia não se cogita que ela possa desaparecer completamente. O autor admite que é difícil encontrar conteúdos discursivos que escapem à persuasão. Mas, por outro lado, "persuadir não é sinônimo imediato de coerção ou mentira" e, ainda, não cabe falar em persuasão em ambiente de ditaduras e regimes absolutistas, pois que sua prática implica idéias em choque e situações democráticas.

Citelli (1994) faz referência a dois tipos de discursos persuasivos, cuja caracterização confunde-se com a descrição do modelo autoritário. Trata-se do discurso discurso dominante e do discurso autorizado.

O discurso dominante, expressão do discurso institucional busca "convencer ou alterar atitudes e comportamentos já estabelecidos". Se convicções individuais não se conformam ao que prescrevem as instituições, estas envidarão todo esforço para revertê-las, pois são reconhecidas como afronta. E esse esforço se exercerá enquanto persistir os comportamentos desviantes, podendo assumir, no extremo, formas repressivas.

O discurso autorizado, segundo o autor, nas sociedades atuais, são construídos alicerçados no mito da eficiência, que "costuma desconsiderar as naturezas e as finalidades dos bens produzidos". É um discurso com aparência de neutralidade e validado pela cientificidade: "Afinal quem afirma é o doutor, o padre, o professor, o economista, o cientista etc.!" É o discurso competente, nos termos de Chaui (1984):

"não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência".

A PERSUASÃO É INERENTE À PRÁTICA EXTENSIONISTA?

De acordo com as questões colocadas como propostas para a realização deste trabalho, cumpriria, a princípio, investigar se realmente as ações da Extensão Rural correspondem à práticas persuasivas. Porém, com base nos pressupostos teóricos postulados por Citelli (1994) – de que a persuasão está tão colada ao discurso como a pele ao corpo, sendo difícil encontrar "organizações discursivas" que escapem a ela – parece quase desnecessário empreender essa discussão. Mas, recorde-se, consta do propósito do trabalho apontar como se dá e se desdobra essa realidade na ação extensionista.

Por outro lado, o objeto desta investigação é o discurso institucional, o discurso do extensionista enquanto representante de uma instituição do Estado, encarregada da formulação e execução de políticas públicas para o setor rural. O referido autor foi categórico ao afirmar que o discurso institucional corresponde a um padrão que não pressupõe questionamentos, trata-se do discurso autorizado, estruturado no mito da eficiência e da cientificidade, ajustável ao padrão autoritário.

Dessa forma, outra vez, poder-se-ia supor dado também, com base no marco teórico, o enquadramento da prática extensionista na modalidade discursiva autoritária. Trata-se, é verdade, de uma possibilidade, porém, que não está ainda comprovada, e que, pelas mesmas razões anteriores, exige o prosseguimento das investigações. Aceitar a resolução dos fatos neste ponto significaria abrir mão do desafio lançado e contentar-se apenas com as análises anteriormente encetadas. Assim, são duas as questões a serem arrostadas simultaneamente, todavia, muito mais que identificar particularidades de procedimentos persuasivos na ação da Extensão Rural, concentrar-se-ão esforços no sentido de dimensionar o grau de persuasão dos eventos analisados, isto é, de enquadrar o discurso extensionista segundo as modalidades referidas por Citelli (1994), o que já vai dando mostras de tender ao padrão autoritário. Vale ressaltar que na Extensão Rural discurso e ação não se dissociam. A ação se concretiza por meio do discurso. Tarefas realizadas a priori ou a posteriori constituem, como se verá adiante, respectivamente, fases preparatórias e avaliativas do discurso.

Como ponto de partida, examinar-se-á o chamado modelo "difusionista-inovador", construído por Roger & Shoemaker (1971), para, segundo Fonseca (1985), orientar as ações extensionistas no mundo subdesenvolvido. Em seguida, serão analisados documentos que tratam das diretrizes, da metodologia de trabalho e de outras mensagens da Extensão Rural.

O modelo difusionista-inovador, sintetizado na Fig.1, representa uma diversidade de situação e possibilidades que interferem na tomada de decisão de um produtor rural quanto a adotar ou rejeitar uma inovação tecnológica. O objetivo do constructo é mapeá-los, especialmente os pontos vulneráveis e gargalos do processo, para que os extensionistas possam, a partir dessas informações, programar e conduzir suas estratégias de ação de modo a interferir com maior êxito no curso das decisões dos produtores, encorajando-os com mensagens oportuna a optar pela adoção e persistir em seu uso. O resultado final dessas intervenções, se bem-sucedidas, de acordo com as perspectivas dos autores, corresponderia à transformação de um modo de vida tradicional, subdesenvolvido para outro qualificado de moderno e ajustado às condições e princípios do desenvolvimento.

Nota-se, pelo conteúdo e proposta do modelo difusionista-inovador, que seu objetivo é obter a adesão dos produtores rurais à inovações técnicas recomendadas. Neste sentido, de acordo com Perelman (1997), sua função é persuadir. Mas ele não apenas constitui um recurso para a elaboração de práticas persuasivas, consubstancia-se, ele próprio, em um instrumento suasório, uma vez que se fundamenta na ideologia do progresso, no grande projeto da modernidade. Na verdade, trata-se de um instrumento que primeiramente persuade os extensionistas, assim como os técnicos envolvidos nos órgãos de pesquisa e de ensino, a desenvolverem sua fé inabalável na Ciência e Tecnologia e, como conseqüência, a persuadirem os agricultores (e estudantes), conforme suas convicções assim introjetadas.

O modelo difusionista-inovador é herdeiro da tradição difusionista-evolucionista da Antropologia do século XIX e início do século XX (Prado, 2001), que em nome do progresso, de acordo com as

observações de Laplantine (1989), justificou teoricamente a prática colonialista.

De acordo com a orientação nele expressa, o desenvolvimento se resume numa questão simples de adoção de inovações. Conflitos, disputas sociais, problemas de mercado, contradições do próprio processo de crescimento econômico, nada disso é considerado. A visão reducionista estreita a perspectiva do desenvolvimento a uma mera operação técnico-produtivista. E é com base nessa orientação que as atividades extensionistas são concebidas.

Por meio dele as verdades estão lançadas, os termos contrapostos. De um lado, o subdesenvolvimento, o tradicionalismo. Do outro, o desenvolvimento, a modernidade. Entre os extensionistas a questão já não carece de tanta argumentação, pois ascendeu à condição de um caso objetivo, e que se localiza fora do campo da retórica, na experiência (Perelman, 1997). Porém, para os agricultores, há que se fazer a apologia do progresso, conquistar sua adesão à modernidade. E nessa empreitada, o orador, o extensionista deve estar atento ao quarto ponto do discurso estruturado por Aristóteles (1964) – a peroração: dispor os ouvintes contra o modo de vida tradicional e o subdesenvolvimento, contra a pobreza e o atraso no meio rural, os adversários do histórico modelo econômico excludente, dos políticos, das políticas públicas e, oportunamente, dos técnicos empenhados em implementá-las.

Pois bem, esta tarefa, uma vez sendo exercida com pretensões de resultados imediatos, em condições culturais, políticas, sociais e econômicas nem sempre favoráveis, com certeza contribuiu para induzir os técnicos da Extensão Rural a desenvolverem e/ou aperfeiçoarem métodos e habilidades persuasivas no desempenho de seus encargos.

Todo o relacionamento que o extensionista estabelece com o produtor rural e sua família, sob a inspiração do modelo difusionista-inovador, é mediado por um conjunto de recursos metodológicos, cuidadosamente formulados e classificados segundo o papel a desempenhar. Ribeiro (1971) registra que "Métodos em Extensão Rural – são os procedimentos e as técnicas, adotados, criados e desenvolvidos pela Extensão Rural para conseguir mudanças".

Mudanças. Eis o móbil da ação extensionista. Eis também a razão para o zelo em sistematizar a diversidade de métodos existentes. Ribeiro (1971) os agrupa segundo o alcance pretendido – indivíduo, grupo, massa – quanto aos objetivos – transmissão de conhecimentos, motivação, adestramento – e em função das tarefas a serem desempenhadas.

A escolha de um método ou de um grupo de métodos depende do tamanho do público, do propósito do técnico, da tarefa a ser realizada. Existem atividades que exigem atendimentos individuais. Nesse caso, são usados os chamados métodos simples, como visitas, contatos, demonstração de método. Entretanto, o técnico deve esforçar-se para concentrar suas ações em trabalhos grupais, que lhe permitem maximizar os atendimentos e, por conseguinte, os resultados, as mudanças pretendidas. Nos trabalhos com grupos usam-se os métodos complexos: reuniões, cursos, campanhas, demonstrações de resultados, unidades demonstrativas etc. O rádio, o jornal, a TV etc. compreendem métodos de alcance da massa.

Tendo em vista o tamanho do público, o técnico definirá a seleção dos métodos em função do envolvimento desse público com a inovação tecnológica, também por ele eleita. Se sua pretensão é motivar o público para que a conheça, ou adquira maiores informações a respeito dela, então poderá usar o rádio, o jornal, a demonstração de resultados, a semana, a campanha. Se o público já ultrapassou essa fase, os métodos preferidos são aqueles apropriados ao "adestramento": cursos, unidades demonstrativas, demonstração de métodos.

Além dos métodos, o extensionista dispõe ainda dos recursos complementares: cartas circulares, cartazes, faixas, diafilmes, folders, etc.

Cada método é rigorosamente desenhado, decomposto em seus vários segmentos; cada segmento é prolixamente discutido, problematizado. Há recomendações pormenorizadas quanto ao preparo, divulgação, vantagens e limitações, escolha do local e de materiais; quanto ao modo de execução, com uma justificativa convincente, passos seqüenciais e pontos chaves a observar e, finalmente, a distribuição de material informativo e auto-avaliação.

Todos os métodos são estruturados, conforme salientou Ribeiro (1971), "para conseguir mudanças". Seus objetivos são "convencer" pessoas, o maior número possível de pessoas, a adotar recomendações técnicas em unidades de tempo as menores possíveis (Quiroga, s/d), ou seja, a metodologia é o meio, o instrumento que a Extensão Rural dispõe para persuadir os agricultores a realizarem as mudanças por ela propostas. Daí, tanto empenho em organizar os métodos, classificá-los, combiná-los em métodos complexos e distribuí-los conforme o envolvimento do público com a inovação indicada. Em outras palavras: parodiando Perelman (1997), os métodos constituem complexos de argumentações que visam induzir os agricultores a aderirem à opinião dos extensionistas, às técnicas por eles recomendadas, às mudanças propostas, à modernidade, ao "desenvolvimento".

Qualquer que seja o método utilizado, no ato da comunicação com o agricultor instaura-se o discurso extensionista. Alguns métodos, contudo – mesa redonda, discussão circular –, admitem mais a intercalação dos discursos dos agricultores, isto é, o estabelecimento da comunicação na forma de diálogo. Outros são mais apropriados à fala do técnico, como palestras, demonstração de métodos. Na verdade, os métodos em si, são mais ou menos abertos, mais ou menos livres. O uso que é feito deles, ou seja, a adaptação que o interessado lhe imprime, é que determina o tom da comunicação. Na ação extensionista, como há a preocupação com os resultados, prioriza-se mais o segundo grupo acima indicado. O discurso que então se produz, apesar de não fazer referência e não usar a terminologia de Aristóteles (1964), organiza-se mais ou menos conforme a estrutura e pressupostos por ele formulados, principalmente no que se refere ao exercício da persuasão.

Para não estender desnecessariamente o assunto, apresentar-se-á um exemplo da aplicação de um método – a demonstração de método. Segundo Quiroga (s/d), "é o método de Extensão mediante o qual um agente de mudanças (extensionista, líder, colaborador etc.) ensina a um grupo de pessoas, ou a uma somente, como executar determinada prática".

Quiroga (s/d) estrutura a aplicação do método em quatro etapas:

1. Planejamento;
2. Preparo da demonstração;
3. Apresentação da demonstração,
   3.1. Introdução,
   3.2. A demonstração,
   3.3. Encerramento;

1. AVALIAÇÃO.

No planejamento, o técnico deve avaliar se as condições locais e a época são adequadas; se se justifica o gasto com tempo e esforço, devido ao número de famílias que poderão aceitar as "mudanças"; se o demonstrador conhece bem o método e o assunto a ser demonstrado.

O preparo da demonstração consiste em ensaiá-la. Mesmo que o demonstrador seja experimentado é bom que ensaie para adquirir cada vez mais segurança. Por outro lado, é a oportunidade que tem para cronometrar o tempo necessário, organizar os equipamentos, materiais e auxílio audiovisuais a serem usados.

Antes de iniciar a apresentação, deve-se dispor os materiais e equipamentos adequadamente e verificar a disposição do auditório.

A introdução é a oportunidade para fazer com que o auditório se sinta à vontade, despertando nele o interesse em aprender o assunto a ser tratado, bem como a disposição para adotá-lo posteriormente. Para tanto deve-se justificar sua importância, relatando os problemas e dificuldades ora enfrentados, os prejuízos evidentes e a perspectiva de maior êxito econômico com sua adoção.

O auditório deve ser enfrentado com serenidade, coordenando perfeitamente palavras e ações, mostrando-se agradável e cuidando-se para não ser desprestigiado. A introdução corresponde ao exórdio de Aristóteles (1964) e, como tal, destina a conquistar a benevolência, a docilidade e a atenção dos ouvintes para o assunto a ser ministrado.

A demonstração em si deve ser realizada passo a passo, falando claramente em termos fáceis, mostrando e ilustrando o que se diz. Vincular a cada passo seus pontos chaves. Repetir a mesma idéia em termos diferentes, solicitar a audiência para repetir a operação; corrigir, com delicadeza, algum erro que por ventura for cometido. Fazer a recapitulação e encorajar as pessoas a adotarem a prática. A demonstração englobaria, nos termos de Aristóteles (1964), a narração e as provas, compreendendo por narração o discurso sobre a aplicação de técnicas, e por provas, àquelas dependentes da arte, isto é, que se obtém através do discurso. Veja-se, neste sentido, a preocupação com o orador, o extensionista, desde o planejamento e o preparo da demonstração. Preocupação com sua capacitação, com o que vai dizer, a forma de dizer. Preocupação com o ouvinte, com sua motivação, com os desejos (paixões) a serem nele desenvolvidos. Esta diligência, com a finalidade de persuadir, encontra sustentação teórica também em Perelman (1997).

Terminada a demonstração, faz-se o encerramento, com agradecimentos ao público, convidando-o a participar de próximos eventos e fornecendo-lhe material impresso. Outros autores (Ribeiro, 1971) denominam essa fase do método de "resumo", ou seja, a recapitulação consistiria em um passo seguinte à demonstração propriamente dita. Em qualquer dos ca-

sos, este final eqüivale à peroração (Aristóteles, 1964) e tem objetivos e procedimentos semelhantes.

A avaliação é realizada posteriormente. Trata-se de uma auto-avaliação, e é realizada através de um longo questionário que engloba todo o processo, desde a sua fase de planejamento. Porém ainda não termina aí. A partir de então, o extensionista passa a observar a adoção da prática. Se é vagarosa, deve procurar descobrir a razão, mas se houve adoção, divulgá-la para motivar novas decisões.

Retornemos à definição de métodos apresentada por Ribeiro (1971) para destacarmos um outro ponto curioso: o protagonista das mudanças não é o público trabalhado, mas o extensionista, conceituado como o "agente de mudanças".

Segundo Ribeiro (1971), "Os agentes de mudanças estão sempre preocupados com a maneira de pensar, sentir e atuar do povo, uma vez que deste processo depende todo o seu trabalho de promover as mudanças desejáveis e necessárias para o desenvolvimento socioeconômico daqueles que estão sob sua área de influência".

Verifica-se, pela descrição acima, que as mudanças preconizadas são desejáveis e necessárias segundo o ponto de vista do agente. É ele quem decide, conforme seus conhecimentos técnicos e científicos, o que é bom para aqueles que se situam "sob sua área de influência". E a estes é negado o ser sujeito de suas ações. Aliás, as ações nem podem ser tomadas como suas, pois não passam de objetos do "programa" extensionista. Mas objetos que se supõem capazes de pensar, sentir e até atuar, por isso mesmo devem ser espreitados para não fazê-los livremente e, assim, desviarem-se da rota "desejável".

Lamenta Ribeiro (1971) que "Freqüentemente nos surpreende e nos frusta a resistência de certas pessoas em adotar certas idéias ou práticas que, evidentemente, contribuiriam para elevar seu nível de renda. Quando isto ocorre é porque não foram conseguidas anteriormente, as mudanças necessárias dentro do próprio indivíduo (...)".

Ao extensionista é então apresentado um duplo desafio: seu objetivo final é realizar mudanças na forma de produção agropecuária. Porém, para consegui-las, deve ser capaz de promover, primeiramente, mudanças internas nos indivíduos, para que eles cumpram o seu desiderato. É para auxiliá-lo nessa empreitada que foi sistematizado o modelo difusionista-inovador e rebuscadas as teorias da comunicação e de aprendizado.

A recusa do agricultor em seguir as recomendações técnicas não desperta no "agente de mudanças" a preocupação em examinar as causas da resistência e qual é a vontade do agricultor para a sua propriedade, para o seu modo de vida. Isto porque quaisquer que sejam elas, devem ser refutadas e qualificadas pejorativamente, pois fogem às leis da racionalidade, fundada na Ciência e Tecnologia. Se essa preocupação existe, manifesta-se no sentido de combatê-las, para sanear os indivíduos de incômodos culturais e sentimentais que os tornam refratários.

As colocações de Ribeiro (1971) sobre a postura dos extensionistas comprovam que a pratica e o discurso daqueles ajustam-se, sem sombra de dúvida, à modalidade discursiva classificada por Citelli (1994) no padrão autoritário, sendo, portanto, de natureza altamente persuasivos. Eqüivalem, outrossim, às descrições sobre

os discursos institucional, autorizado, dominante formuladas pelo autor, bem como ao que Chaui (1984) denominou discurso competente.

Dessa forma, entende-se que no processo de comunicação que se estabelece, os agricultores reduzem-se a meros receptores das mensagens dos agentes, e estas fluem em sistema de mão única, pois só existe uma verdade a ser dita, a verdade científica, exclusivista, carregada de noções valorativas, que só o extensionista detém. Assim, ele - que é doutor – "ensina", e o agricultor aprende; ele diz o que fazer e o agricultor faz, sem questionar, porque a ordem que recebe é proveitosa e se destina exclusivamente para o seu bem. Por isso, o signo é fechado, monossêmico, o discurso é único e só tem um trâmite (Citelli, 1994). "Plante, que o João garante", dizia o slogan.

Para reforçar as demonstrações de que o discurso extensionista insere-se, de fato, na modalidade autoritária, eis uma última ilustração de Ribeiro (1971):

"Para se conseguir as ações desejadas, nunca esquecer que existem sempre os que influenciam e os que são influenciados e saber usá-los para o sucesso de seu programa de ação.

O comportamento humano e seu conhecimento por parte do Agente de Mudança, será um grande auxiliar para todo o seu programa. Isto ajudará a descobrir causas de sucesso e fracasso no seu trabalho".

O problema crucial é que o extensionista dispõe previamente de um programa de ação próprio, que deve ser cumprido. Um programa que não nasceu de sua interação com o seu público de trabalho, das necessidades e aspirações deste. O "agente de mudança" é apenas o penúltimo na escala hierárquica de distribuição de obrigações. As metas que recebe no seu local de ação compreendem uma fração do total destinado à região, que, por sua vez, corresponde a uma fração do que foram as metas para o estado, que, por sua vez, recebeu sua quota do plano federal para a agricultura.

Por isso, o extensionista tem um programa de ação a cumprir, e abaixo dele estão os agricultores, na "sua área de influência". E este é o motivo pelo qual as ações dos agricultores são desejadas e vigiadas por ele. Ele precisa conhecer o comportamento desses agricultores, saber quais são os seus pontos fracos para agir corretamente, e no momento adequado, afim de "influenciá-los", "usá-los". Caso contrário, ele não cumpre suas metas, o seu programa de ação.

QUE CIRCUNSTÂNCIAS FIZERAM A AÇÃO EXTENSIONISTA CONVERGIR PARA O ESTILO AUTORITÁRIO?

A discussão precedente permitiu constatar que a persuasão é inerente à prática extensionista. Permitiu, adicionalmente, situar essa prática no extremo superior da escala persuasiva. Cabe agora indagar que circunstâncias concorreram para tecer a ação extensionista com uma tal configuração. Observe-se que não se trata mais apenas de saber por que as ações extensionistas apresentam um caráter persuasivo, mas por que a persuasão é tão elevada.

Parte da resposta já foi adiantada quando se discutiu o objetivo e funções do modelo difusionista-inovador, o papel do extensionista como "agente de mudanças", a definição das mudanças, a concepção sobre o público beneficiário da ação e a atitude do extensionista no cumprimento

de seu programa de trabalho. Porém existem outros fatores cuja organização, além de conferir significado a esses, afiguram-se decisivos para a idealização da postura extensionista. Incorporá-los à explicação implica em remontar a alguns fatos do passado da Extensão Rural.

Justificou-se sua implantação no Brasil pela incapacidade das populações rurais pobres em explorar as riquezas ambientais e elevar os índices de produção e produtividade. Como conseqüência, engrossavam as fileiras do êxodo rural (Fonseca, 1985).

Se os agricultores são incapazes, os técnicos cobrirão suas deficiências, prescrevendo condutas e ações a serem seguidas. Por cima dessa iniciativa, de conotação autoritária, superpunha uma segunda de igual natureza: essas prescrições reduziam-se à dimensão da técnica agropecuária, passando de largo sobre as reivindicações e necessidades dos pretensos beneficiários, conforme salientou a autora – "acesso à terra, condições satisfatórias de trabalho, comercialização adequada da produção". Figueiredo (1984) assegura que com esse recurso "pretendeu-se metamorfosear a grave questão agrária nacional em simples problema tecnológico (...)".

Enquanto instituição periférica, a Extensão Rural desenvolveu um esforço extraordinário para conquistar seu espaço na administração central do país e participar na formulação e implementação das políticas agropecuárias. O destaque no sucesso dessa batalha foi a elaboração de um plano nacional para a agricultura que preconizava:

"maior articulação do Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural com a política de desenvolvimento do país e os planos governamentais de assistência e fomento à agricultura nos níveis nacional, regional, estadual e municipal" (Plano Diretor Qüinqüenal da ABCAR, 1960).

Como parte e resultado desse esforço e conquista, o discurso oficial da época, alicerçado na ideologia desenvolvimentista, foi integralmente assimilado e concretizado na prática, conforme se verifica na descrição do papel da agricultura:

"(...) compete-lhe prover de alimentação o povo; fornecer as matéria primas necessárias a importantes indústrias (...) proporcionar a maior parte das divisas capazes de permitir a expansão do parque industrial e a importação de produtos industriais essenciais à nação; (...) mercado consumidor de diversos e importantes produtos industriais (...) suprir de mão-de-obra as atividades industriais (...)" (Plano Diretor Qüinqüenal da ABCAR, 1960).

A industrialização consistia no carro chefe da política desenvolvimentista brasileira, centrada no Estado e assentada no modelo de substituição de importações. Como se nota, a Extensão Rural apropriou-se das metas, da ideologia e do discurso da "nação". O referencial nação, no contexto intelectual da época, não se resumia a um simples recurso retórico, ou à indicação de uma mera sintonia com as questões mais prementes do país. Com efeito, tratava-se de um termo carregado de significados que transcendiam o núcleo semântico do nacionalismo patético.

A campanha que Vargas desencadeou para promover a recentralização do poder político, fragmentado desde a transição do século XIX para o século XX, com a implantação da "política dos governadores"; a instabilidade de seu governo, sustentado por três forças sociais equipoten-

tes – classe média, setor primário exportador e grandes proprietários rurais não vinculados à agricultura de exportação (Wefort, 1980); a opção política desenvolvimentista nacionalista, posteriormente endossada pelas contribuições teóricas da Cepal; neste conjunto de condições dadas, frente às resistências centrípetas, especialmente nos primeiros momentos da instituição do Estado desenvolvimentista, forjou-se um conceito de nação que remetia a um reino de harmonia, de cooperação entre as classes, em que um movimento social era interpretado como ato subversivo, e onde o esforço de cada um iria redundar em benefício de todos, isto é, da nação. Este conceito logrou sobrepor-se à realidade e freqüentar costumeiramente os discursos, conferindo-lhes a "aparência de neutralidade" postulada por Citelli (1994).

O último item relativo ao papel da agricultura sob a gestão da Extensão Rural revela um paradoxo, uma vez que consta entre suas atribuições reverter a corrente do êxodo rural. O paradoxo, porém, só se encontra no discurso, apesar de não ser percebido. Na prática, pelos motivos já citados, ocorre a segunda proposição.

De qualquer forma, cada tarefa da agricultura corresponde a uma responsabilidade da Extensão Rural. Responsabilidade que ela procurará cumprir com zelo, realizando suas intervenções nos moldes indicados por Ribeiro (1971) e Quiroga (s/d). Importa, sobretudo, alcançar as metas em cada período e satisfazer os requisitos para o desenvolvimento da nação. E é nesse sentido que se encaminhará sua prática e seu discurso.

Juntando as coisas: aos eventos e circunstâncias relatados neste tópico veio somar-se o modelo difusionista-inovador, que refinou o pensamento dos extensionistas e reforçou suas crenças nos poderes da Ciência e Tecnologia para incrementar o desenvolvimento rural. Assim, de posse desse cabedal teórico, dos instrumentos de modernização agrícola, com sua arma estratégica – o crédito rural – e a fé na Ciência, a Extensão Rural encontrava-se preparada para erradicar o tradicionalismo da agricultura brasileira. Tarefa que empreenderia não para dar respostas aos problemas reais dos agricultores, mas para atender a requerimentos do setor urbano-industrial e constranger as reivindicações de revisão na estrutura agrária brasileira. Neste sentido, os programas alicerçados no uso de técnicas modernas, cientificamente validados e supostamente legitimados pela neutralidade teriam a prerrogativa de suprimir o jogo político e inibir a constituição de arenas e canais de negociação, expediente de natureza autoritária que o Estado brasileiro historicamente tem feito uso. Chalhoub (1996), por exemplo, constata procedimentos semelhantes na administração de centros urbanos, em que se verifica a condução "não-política", "competente", "eficiente" de políticas públicas.

O discurso extensionista, portanto, como discurso institucional (Citelli, 1994) ou discurso competente (Chaui, 1984) traz em sua configuração os elementos que o caracterizam como autoritário, e essa configuração, como se demonstrou, foi histórica e socialmente determinada.

HAVERIA UMA FORMA ALTERNATIVA DE REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE EXTENSIONISTA?

Freire (1980) assegura que sim. E aduz uma série de procedimentos que reputa

apropriados a uma prática educativa libertadora. Efetivamente, ele contrapõe educação e persuasão, dois termos e duas práticas inconciliáveis. A primeira opção se concretiza através da comunicação e resulta na libertação do educando, enquanto a segunda conduz a sua domesticação.

O exercício da comunicação, entretanto, requer certas atitudes e habilidades do extensionista educador, entre as quais destacar-se-ão algumas que se afiguram úteis à discussão.

Primeiramente, deve-se tomar a realidade em sua totalidade, pois a visão parcializada impede uma ação autêntica. Dois equívocos são aqui assinalados pelo autor: a "visão ingênua" a respeito da técnica e da ciência, tomadas como neutras, assexuadas e oferecidas pela causalidade, e o não reconhecimento delas como produtos históricos socialmente condicionados. O segundo equívoco refere-se à cultura camponesa, cuja totalidade compreende várias dimensões que se mantêm solidárias entre si. Dessa forma, uma investida em uma das partes provoca uma reação nas demais, como, por exemplo, uma recomendação técnica que fere uma crença.

Uma ação que contemplasse a totalidade requereria considerar para o primeiro caso, além da técnica, problemas de ordem social, econômica e ambiental da produção, e no segundo, a visão de mundo dos agricultores.

Eis aqui severas dificuldades para o trabalho da Extensão Rural. Rompê-las implicaria na negação do modelo difusionista-inovador, das teorias de comunicação levadas à efeito, numa readequação da metodologia de trabalho e numa nova formação, um novo aprendizado para os extensionistas. Mas não é esse o foco de estudo, prossigamos com as proposições de Freire (1980).

Atendidas as exigências anteriores, cabe ao técnico problematizar "a situação concreta, objetiva, real, para que" os camponeses "captando-a criticamente, atuem também criticamente sobre ela". A problematização deve incidir sobre o "homem em suas relações com o mundo e com os homens" para que "aprofundem sua tomada de consciência da realidade (...)".

Para Freire (1980) "conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos". Numa ação educativa, tanto o técnico quanto o agricultor são sujeitos e, nessa condição, ambos são agentes de mudanças. É imperioso que o agricultor participe do processo ensino-aprendizagem, que lhe seja concedida e estimulada a faculdade de desenvolver uma presença curiosa no mundo, uma busca constante, para que possa empreender ações transformadoras da realidade e seja capaz de reinventar o aprendido. No encontro dos dois, ambos educam e ambos são educados; ambos ensinam e ambos aprendem.

Todo esse processo educativo, de troca de experiência, de comunicação de saberes diferentes, de problematização de situações concretas, enfim, de conhecimento da realidade e tomada de decisão visando a sua transformação, que aproxima extensionistas e agricultores sem o recurso da persuasão se concretiza através do diálogo. O diálogo consiste, pois, no instrumento que nega, que supera atitudes persuasivas e autoritárias: "(...) insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação"; com ele "(...)

se pretende (...) a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta (...) para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la". "O diálogo e a problematização não adormecem a ninguém. Conscientizam".

Em que pese a inestimável contribuição de Freire (1980), ele não resolveu o problema da persuasão, pelo menos do ponto de vista das teorias. De acordo com o que deixa transparecer o pensamento de Platão (1970 e 1983) e de Citelli (1994), a prática do diálogo não exclui a persuasão do discurso.

O diálogo foi, por excelência, a forma de composição da vasta obra de Platão. Em o Górgias, Platão (1970) combate obstinadamente a persuasão, mas àquela gerada no ardil da oratória. Não é a persuasão em si que ele censura, e sim os meios e fins da oratória, qualificada de não ter compromisso com a verdade e exercida para adquirir vantagens pessoais. Tanto no Górgias (Platão, 1970) quanto na Apologia, assim como no Criton, Eutifron (Platão, 1983) e outros, a dialética socrática, ou melhor, platônica, se exerce com o fim de persuadir. A diferença dessa forma está na sinceridade e no propósito: a busca da verdade e da justiça.

Citelli (1994), por sua vez, admite que é muito difícil erradicar a persuasão do discurso, comparando a aderência entre ambos à que liga a pele ao corpo. Assim, ele prefere falar em graus de persuasão, situando no extremo inferior da escala o discurso lúdico, que consiste em um "movimento dialógico eu-tu-eu".

Como se vê, a dialogicidade em si não é sinônimo de ausência de persuasão. A problematização da realidade, para que o público a assimile e atue sobre ela; o desvendamento das relações sociais, a tomada de consciência, embora possam ser todos produtos de uma interação entre sujeitos, processados em um ambiente absolutamente democrático, redundam na exposição e avaliação de um conjunto de idéias, de opiniões que excluem outras idéias, outras opiniões, demandando, portanto, uma escolha, uma adesão. O fato de existirem teses propostas, opiniões diferentes das vigentes, e adesões a elas, implica em persuasão (Perelman, 1977), mas o fato de haver, simultaneamente, oportunidades para deliberações e escolhas (Citelli, 1994) caracteriza um discurso aberto, polissêmico (Citelli, 1994).

Talvez tenha sido esta a contribuição de Freire (1980), solucionando parcialmente o problema: propor uma forma de discurso e ação extensionistas de corte democrático em oposição à modalidade autoritária. Neste caso, as atividades da Extensão Rural poderiam ter a sua performance alterada, porém continuariam a apresentar, no mínimo, um resíduo de persuasão que é imanente ao discurso, pelo menos ao discurso da Extensão Rural. A contribuição de Freire (1980), por outro lado, oferece uma dedução valiosa: nem todo discurso institucional tem que ser necessariamente autoritário. E esta dedução não se torna verdadeira apenas teoricamente, nos limites do discurso. A própria Extensão Rural, não obstante a orientação e prática generalizada em contrário, consagra alguns núcleos, muito pontuais, com atividades segundo a metodologia proposta pelo autor.

CONCLUSÃO

Em que pese o longo período e a multiplicidade de pesquisadores envolvidos com

o estudo da persuasão, parece existir um limite, além do qual ninguém aventura estender a exploração do tema ou, pelo menos, estabelecer asserções a respeito. Este limite, ou falta de limite, refere-se à dificuldade em demarcar a fronteira onde começa ou termina uma tentativa suasória. Da literatura consultada, Citelli (1994) é o que mais avança, ao caracterizar os discursos "menos persuasivos" e formular a comparação discurso/persuasão e corpo/pele. Todavia não há uma afirmação categórica sobre a existência ou inexistência de discurso não persuasivo. O próprio Citelli (1994) faz as seguintes perguntas: "É possível a existência de um discurso não-persuasivo? Todos os discursos visam persuadir acerca de alguma coisa? Porém suas respostas não satisfazem ao que foi perguntado, elas se perdem em outras considerações. Seria essa atitude do autor, que aqui se está a ponto de insinuá-la como de evasiva, proposital? Teria ela o propósito de demonstrar que todos têm necessidade de ser persuadidos? Ou de dar exemplo de discurso aberto em sua plenitude?

De qualquer maneira, mesmo que seja possível um discurso não-persuasivo, este não parece ser o caso da Extensão Rural, cuja ação requer mudanças, demanda a abdicação de valores culturais, de costumes, de saberes, e a adesão à novas formas de produzir, de viver e de ser. Em função disso mesmo, a ação extensionista canaliza-se para o exercício da persuasão em grau máximo, consubstanciando-se em operações regidas pelo autoritarismo.

Apesar de tratar-se de práticas altamente persuasivas, autoritárias, contudo, não se pode admitir a prevaricação (Citelli, 1994) como atributo da ação extensionista. A Extensão Rural nunca teve por princípio enganar, embora tenha-se enganado rudemente e demonstrado uma tosca ingenuidade. Se assim é, poder-se-ia tomar essa persuasão como um mal? Essa discussão não tem espaço nos limites deste trabalho, mas se se acrescentar aos argumentos de Citelli (1994), relativamente a este ponto, que as concepções extensionistas sobre o desenvolvimento, especialmente no que concerne aos pequenos agricultores, não se sustentam empiricamente, então o mal afigurar-se-ia duplamente dimensionado.

Finalmente, resta considerar que a tradição autoritária da Extensão Rural resulta da experiência cultural autoritária que prevalece nas relações sociais no Brasil. A respeito dessa circunstância é interessante registrar o que assinala Chaui (2000). Segundo a autora, a sociedade brasileira traz as marcas da sociedade colonial escravista, por isso é fortemente hierarquizada, com relações de cumplicidade e compadrio entre os que se julgam iguais, e de clientelismo, tutela e cooptação para com os desiguais, com tendência à opressão quando a desigualdade se aprofunda. No topo, "a classe dominante é altamente eficaz para bloquear a esfera pública das ações sociais e da opinião como expressão dos interesses e direitos de grupos e classes sociais diferenciadas e/ou antagônicas", ou seja, o autoritarismo é um fenômeno que perpassa toda a história da sociedade brasileira. Sua presença como ingrediente da ação extensionista, portanto, não representa um fato isolado.

A constatação de que a prática extensionista enquadra-se na modalidade persuasiva autoritária representa uma contribuição significativa para os processos, atualmente em curso, de estudo, avaliação e

redefinição do papel da Extensão Rural no Brasil. Contudo, é possível avançar ainda mais neste empreendimento, dirigindo a investigação para a definição de condições que propiciariam à Extensão Rural a redução do grau de persuasão de sua prática, preferencialmente para a modalidade lúdica ou democrática. Essas condições implicariam na remodelação do organograma do sistema, da filosofia e da metodologia de trabalho; em uma postura institucional mais autônoma perante os poderes executivos e uma nova aliança com os beneficiários da ação. Trata-se, porém, de uma tarefa que será empreendida em uma próxima oportunidade.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964. 329p.

BORDENAVE, JED. *O que é comunicação rural*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 104p.

BRUNA, J. Apresentação e notas. In: *Górgias ou a Oratória*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. p.1-46.

CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. 8.ed. São Paulo: Ática, 1994. 77p.

CHALHOUB, S. *Cidade febril*: cortiços e epidemia na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 185p.

CHAUI, MS. *Cultura e democracia*: o discurso competente e outras falas. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1984. 220p.

CHAUI, A. *Brasil*: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 103p.

FIGUEIREDO, RP. Extensão rural: novos tempos. *Rev. Bras. Tecnol.*, v.15, n.4, p.19-25, 1984.

FONSECA, MTL. *A Extensão Rural no Brasil*: um projeto para o capital. São Paulo: Loyola, 1985. 190p.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 93p.

LAPLANTINE, F. *Aprender Antropologia*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 205p.

PERELMAN, C. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 417p.

PLANO Diretor Qüinqüenal – 1961-65. Rio de Janeiro: ABCAR, 1960. 270p.

PLATÃO. *Êutifron, Apologia de Sócrates, Críton*. 4.ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983. p.31-127.

PLATÃO. *Górgias ou a Oratória*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. p. 47-194.

PRADO, E. *Fundamentos da crise da Extensão Rural no Brasil*. Belo Horizonte: Escola de Veterinária da UFMG, 2001. 120 p. Tese (Doutorado)

QUIROGA, GC. *Demonstração de método*. Goiânia: UFG, s/d. 8p.

RIBEIRO, O. *Manual de metodologia*. Viçosa: UFV, 1971. 123p.

ROGER, ME; SHOEMAKER, FF. *Communication of innovations*. New York: Free Press, 1971. 476p.

SANTOS, JT. Introdução, notas e posfácio. In: PLATÃO. *Êutifron, Apologia de Sócrates, Críton*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983. p.1-30 e 128-143.

WEFORT, FC. *O populismo na política brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 181p.

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PODER LOCAL NO BRASIL

Prof. Erly do *Prado*
MédVet, Dr., Prof.Adj.
erlyprado@ufmg.br

Departamento de Zootecnia
Escola de Veterinária da UFMG,
Caixa Postal 567
30123-970 Belo Horizonte, MG

Eduardo Meira *Zauli*
Cientista Político, Dr., Prof.Adj.
zauli@fafich.ufmg.br

Departamento de Ciência Política
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
da UFMG
Caixa Postal 253
Belo Horizonte, MG

SUMÁRIO

Introdução 78
Bases teóricas da descentralização 80
Descentralização do governo na Itália 81
Antecedentes históricos do exercício do poder local 84
A subordinação à trajetória 93
Conclusões 94

INTRODUÇÃO

Com a instauração da crise do Estado desenvolvimentista e do regime autoritário no Brasil, a partir do final da década de 1970 e início da de 1980, ergueu-se, simultaneamente, um clamor em favor tanto da redemocratização quanto da descentralização do poder.

Na verdade, para os movimentos sociais de vanguarda daquela época, as duas reivindicações – redemocratização e descentralização – eram indissociáveis e complementares. Uma não se realizava na ausência da outra, e ambas se reforçavam mutuamente.

Afonso & Lobo (1996) lembram que aquele não foi um movimento restrito ao espaço brasileiro, mas inseriu-se em um processo mais amplo de "experiências democráticas retardatárias" que abrangia os termos latino-americanos, associado ao modelo de substituição de importações, à revisão do tamanho e das funções do Estado, à abertura da economia para o exterior e à busca da estabilidade de preços. Para os protagonistas do processo, a democracia implicava em autonomia política e financeira do Legislativo, do Judiciário, dos estados e dos municípios.

Gomes & Mac Dowel (2000) vão mais além, e afirmam que a descentralização da década de 1980 constitui em movimento histórico de âmbito mundial.

De qualquer maneira, no Brasil, desde os anos de 1930, mais especialmente nos períodos de exceção democrática, a União vinha, progressivamente, arrogando-se recursos financeiros e competências administrativas e decisórias, de tal forma a concentrar, no final, quase todo o poder de governar o país. Além de mecanismos elucubrados para elevar seus poderes e

suas receitas tributárias e fiscais, o governo federal não hesitou em apropriar-se de direitos correspondentes das esferas subnacionais. Conseqüentemente, ao desencadearem-se as crises mencionadas, os movimentos reivindicatórios conquistaram legitimidade e puseram-se a exigir a reforma do Estado.

O debate que se estabeleceu a respeito da descentralização de políticas públicas, no decorrer dos anos 1980, notadamente após a constituição de 1988 e no curso dos anos 1990, parece ter concentrado mais especificamente no aspecto da municipalização das políticas públicas, dados os argumentos sobre a proximidade dos centros de poder em relação ao público potencialmente beneficiário, e de sua possível participação no processo decisório.

No que tange às políticas para o setor agrário, os apologistas da descentralização, por questão de convicção ou como defensores ou interessados no maior aporte de recursos financeiros que daí derivariam para os municípios, exaltavam antecipadamente a configuração requerida, apostando inclusive em um maior dinamismo das instituições na escala municipal.

Com efeito, esses apologistas, presos a suposições apressadas e à revelia das condições e idiossincrasias tradicionais do exercício do poder local, não se dignaram em lançar sob judice suas convicções e expectativas. Antes, deixaram se conduzir por tautologias simplificadoras, pertinentes ao senso comum, e corroboradas por uma lógica assentada apenas na aparência.

O resultado final do processo terminou por conferir aos municípios o status de entes federados, equiparando-os, constitucionalmente, aos estados e à União. A constituição de 1988, segundo Abrúcio (2002), incorporou as bases para um maior equilíbrio federativo. Ampliou substancialmente os recursos e as responsabilidades das unidades subnacionais, porém sem uma distribuição clara das competências, o que originou maiores gastos dos estados e municípios, sem, no entanto, produzir uma melhor contrapartida na oferta de serviços públicos.

Qual é a razão do insucesso da descentralização apontado por Abrúcio (2002)? Por que a municipalização de políticas públicas, com elevação da dotação orçamentária e maior autonomia dos municípios não redundou em ampliação da oferta de serviços comunitários? Qual é o motivo do baixo desempenho da instituição municipal?

As respostas são múltiplas, pois as razões são diversas. Neste trabalho, pretende-se abordar apenas uma dimensão do conjunto das explicações: aquela relativa à desqualificação histórica do poder local como um gestor competente de políticas públicas. E, completando o recorte do tema a ser tratado, restringir-se-á também o âmbito da área de políticas públicas a ser enfocado, concentrando-se tão-somente na esfera agrária. Adverte-se, entretanto, que o objetivo, neste espaço, não é tratar especificamente do processo de descentralização daquelas políticas. Este não constitui o eixo central da investigação, e compreende um assunto que já foi adequadamente desenvolvido em outros trabalhos. Ao cumprir o propósito acima mencionado, as abordagens sobre a descentralização cumprirão a função de suportes teóricos auxiliares para tratamento e ilustração do objeto da pesquisa, que é, repete-se, um estudo a respeito do poder local.

A tarefa será empreendida obedecendo às seguintes etapas: primeiro serão apresentadas as bases teóricas da descentralização. Em seguida, far-se-á uma síntese da experiência italiana de regionalização do governo. Esta síntese será usada para estabelecer uma comparação entre as modalidades da ação coletiva instituídas na Itália e no Brasil. O tópico seguinte consistirá em um exame, através da história política do Brasil, do perfil da prática política local, para aduzir sobre a temeridade em que a municipalização de políticas públicas relativas ao setor agrário, neste país, implica. O quarto segmento tratará dos procedimentos contemporâneos dos atores locais (segundo a visão dos autores) que serão apreciados mediante as bases teóricas da descentralização. Finalizando, será feita a comparação das características do comportamento social entre Brasil e Itália e, posteriormente, virão as conclusões.

BASES TEÓRICAS DA DESCENTRALIZAÇÃO

De acordo com Arretche (1996), descentralizar significa deslocar recursos, competências, poder decisório do governo ou agência central – entidades do centro – para os entes descentralizados. A descentralização reveste-se de significado por oposição à centralização, que consiste na concentração daqueles recursos na esfera central de governo.

O pressuposto subjacente à crença e, conseqüentemente, aos movimentos pela descentralização reduz-se a uma convicção da associação entre centralização e práticas não democráticas, ausência de transparência nas decisões governamentais, impossibilidade de controle do governo, ineficácia das políticas públicas e violação às virtudes cívicas. Adversamente, a descentralização viria estabelecer práticas políticas democráticas, com políticas mais eficientes e elevação dos níveis de bem-estar da população. Ensejando uma maior aproximação entre o poder público e a população, a descentralização propiciaria a participação direta dos cidadãos nas decisões públicas que, dessa forma, tornar-se-iam aptos a controlar as ações dos governos.

A autora contesta os pressupostos acima, argumentando e demonstrando que a descentralização não implica necessariamente em democratização, no esvaziamento das funções do governo central e no controle da ação dos governos de um modo geral. Quanto a democratização, salienta que ela depende muito mais das instituições dela encarregadas do que da esfera de governo onde se tomam as decisões. Em relação às funções do governo central, no caso brasileiro, ao contrário, em um processo de descentralização, deve-se expandir seletivamente suas funções e fortalecer suas capacidades administrativas e institucionais para conduzir e regular as políticas implementadas pelos governos subnacionais. No que se refere ao terceiro ponto, Arretche (1996) pondera que não existe uma relação necessária entre descentralização e redução do clientelismo e que o controle sobre a ação dos governos deve ser vislumbrado mais em termos da natureza das instituições do que da escala onde os serviços são prestados.

Para Araújo (2000) a descentralização significa a "transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas para instâncias de unidades espacialmente menores". Essa transferência pode se dar Estado-Estado, como da União para os estados e municípios e dos estados para os municípios, ou Estado-sociedade. Neste caso é importante pensar as comunidades

como entes capazes de deliberar sobre suas prioridades, diretrizes de ação e gestão de programas e projetos. É uma oportunidade para estimular o desenvolvimento local através da organização e mobilização das forças sociais.

A descentralização, segundo a autora, possibilita delegar poder às classes populares; permite o controle, por elas, das políticas públicas, reduzindo, assim, o poder das oligarquias; enseja o desenvolvimento de processos educativos e de construção da cidadania. Por outro lado, as deliberações locais contam com a vantagem de poderem perceber melhor suas necessidades e potencialidades.

DESCENTRALIZAÇÃO DO GOVERNO NA ITÁLIA

Todo o conteúdo deste tópico foi extraído do trabalho de Putnam (1996), que trata sobre o desempenho institucional dos governos regionais da Itália moderna, porém, interpretando-o à luz da trajetória histórica milenar daquele país.

Desde a unificação da Itália, em 1870, em virtude da débil integração do Estado recém-criado, adotou-se uma estrutura de governo centralizada. Um século depois, em 1970, os italianos empreenderam uma reforma do Estado, criando os governos regionais, eleitos em suas jurisdições.

Após 20 anos de governo descentralizado, os italianos são surpreendidos com o flagrante descompasso no ritmo do desempenho entre as diversas regiões, em que pese a igualdade de constituição das instituições governamentais e a consignação de maiores volumes de recursos financeiros para as regiões menos prósperas e que, mesmo assim, apresentaram desempenho inferior. Com efeito, constatou-se que a reforma regional veio aprofundar as históricas disparidades entre o norte e o sul, ampliando o hiato entre ambos, com o Norte desenvolvendo e distanciando-se cada vez mais do Sul e apresentando rendas mais elevadas: em torno de 50% da renda geral e de 80% da renda per capita.

O trabalho de Putnam (1996) buscou, então, averiguar as razões por que os governos regionais tiveram bom desempenho no norte e não no sul. Ou seja, por que os governos regionais do norte tiveram melhor desempenho do que os do sul? Em outras palavras, o que diferencia as regiões do norte das regiões do sul?

Dispondo as regiões italianas segundo o nível de modernidade econômica e o desempenho institucional em um plano cartesiano, Putnam (1996) obteve uma correlação de r = 0,77, significando que as regiões do norte – Emília-Romagna, Piemonte, Toscana, Lombardia, Venécia etc. – mais ricas e mais modernas, apresentam um desempenho institucional bem mais elevado do que as regiões do sul – Calábria, Campânia, Púglia, Sicília, etc. – mais pobres em recursos materiais e humanos. Entretanto, a variável modernidade econômica não explicava o desempenho institucional dentro de cada quadrante. Assim, o autor lançou mão de outra variável – a comunidade cívica – para investigar suas possíveis relações com o maior ou menor êxito dos governos.

Uma comunidade cívica caracteriza-se pelo exercício da cidadania. Nela os cidadãos, segundo as suas virtudes cívicas, submetem seus interesses individuais e particulares ao interesse público; os direitos e deveres são iguais para todos; a interação se materializa através de relações horizontais de reciprocidade e cooperação. Os cida-

dãos são prestativos, confiantes uns nos outros, participam de organizações cívicas, onde desenvolvem o senso de cooperação e de responsabilidade, a solidariedade e o espírito público. Contudo, esses cidadãos não são santos abnegados, e não têm que ser altruístas. Cada um persegue seu interesse próprio, que é sensível ao interesse dos outros, e se define no contexto das necessidades públicas gerais. Neste sentido, o domínio público não se reduz a um campo de batalha em que prevalece o interesse pessoal.

Pois bem, segundo a observação de Putnam (1996), houve coincidência entre o desempenho de um governo regional e o grau de participação na vida social e política da região, isto é, a comunidade cívica. E esta constituiu-se em um determinante mais forte que a modernidade econômica. Disso conclui o autor que nas regiões mais ricas, mais modernas, mais adiantadas os governos regionais têm melhor desempenho em virtude da maior participação cívica de seus cidadãos.

Nas regiões mais cívicas, as regiões do norte, os cidadãos participam mais ativamente de uma variedade de tipos de associações, da vida política, dos assuntos locais veiculados pela imprensa, e dos assuntos comunitários. Envolvem-se nos negócios públicos; confiam nos procedimentos uns dos outros e na obediência à lei; valorizam a solidariedade, a cooperação, a honestidade; dispõem de vínculos horizontais e reciprocidade coletiva.

Nas regiões menos cívicas, as regiões do sul, os cidadãos raramente se envolvem em assuntos comunitários; vão às urnas por causa das relações hierárquicas do clientelismo; não pertencem a associações cívicas; não lêem jornais; mantêm contatos com seus representantes mais freqüentemente e para tratar de assuntos pessoais e pedir algum tipo de ajuda ou favor; a coisa pública é problema dos outros; as redes sociais e políticas se organizam hierarquicamente; quase todos esperam que os demais violem as regras e insistem em um maior empenho das autoridades para impor respeito a lei e a ordem; a corrupção é norma. Essas regiões são mais sujeitas à corrupção política, são o berço da Máfia e do crime organizado.

Constatado o contraste em termos de civismo entre as regiões italianas do norte e do sul, Putnam (1996) pôs-se a investigar sobre as origens de tais diferenças. E foi buscá-las no obscurantismo medieval.

Registra o autor que a partir do século XI surgiram dois regimes políticos distintos na península italiana. No sul instalou-se um poderoso reino normando sobre os escombros do antigo governo central, enquanto que no norte não vingou qualquer tentativa de poder imperial, prevalecendo um princípio de autonomia local.

No sul, dispositivos constitucionais asseguraram como monopólio da monarquia a provisão da justiça e da ordem pública, bem como grande parte do comércio. Reafirmaram os direitos feudais dos barões e endossaram os privilégios da nobreza. De acordo com os princípios constitucionais, ninguém poderia questionar o soberano, uma vez que seu cargo era conferido por vontade divina.

Adversamente, no norte da península surgiu uma espécie de governo autônomo, do tipo republicanismo comunal. As comunas nasceram das associações voluntárias que grupos de vizinhos fundaram a fim de promover a proteção comum e a cooperação econômica. A participação popular nos

negócios públicos era elevada, criando, assim, uma forma de colaboração horizontal. Existia uma disseminada confiança nos acordos escritos, na negociação e na lei. A autoridade eclesiástica era mínima e os sacerdotes portavam-se mais como servidores das comunidades. O comércio desenvolvia intensamente, gerando prosperidade. Inventou-se o crédito, expressão da confiança social mútua.

Nota-se, pelas características apresentadas acima, que o norte da península italiana medieval desenvolveu um certo arremedo do que se denominou anteriormente comunidade cívica. Assim, o conjunto italiano chega ao século XIV com dois sistemas distintos de governo, dois tipos de sociedade, duas entidades culturais. No norte, os vínculos feudais são enfraquecidos, no sul, fortalecidos. No norte, há cidadãos, no sul, vassalos. No norte, a autoridade legítima é delegada a funcionários públicos, no sul, o rei monopoliza a autoridade legítima. No norte, a igreja consiste em apenas mais uma instituição civil, no sul, ela é um rico e poderoso proprietário de terras.

Sobrepondo o mapa das características cívicas da era medieval ao outro confeccionado para representar essas mesmas características nos anos de 1970 verifica-se uma semelhança notável nas configurações. Putnam (1996) salienta que o território do sul, governado pelos normandos, correspondem precisamente ás sete regiões menos cívicas dos anos 1970.

O século XIV, porém, trouxe mudanças para a Itália: potências emergentes da Europa a invadiram e realizaram guerras em seus territórios (guerra dos cem anos). Além disso, vieram tempos de fome, de epidemias devastadoras (peste negra), sectarismos, etc., em que o espírito da comunidade cívica foi abalado. Dessa forma, no século XVII não havia mais repúblicas na Itália central e setentrional. Na segunda metade do século XVIII, porém, elas ressurgiriam, no norte, das cinzas da cultura do republicanismo comunal, ou do "ideal da vita civile", que havia permanecido vivo, conforme salienta Putnam (1996).

No sul, entretanto, permaneceu o governo feudal e autocrático. Reformaram-se as instituições políticas autoritárias, os vínculos sociais verticais, as assimetrias do poder, a exploração, a dependência e a política clientelista.

As revoluções democráticas que varreram a Europa no século XIX promoveram um incremento da vida associativa e da solidariedade social, especialmente nas suas últimas décadas. Após a unificação, o número de membros das sociedades de mútua assistência cresceu mais de quatro vezes na Itália, inaugurando uma idade de ouro. No sul, todavia, as coisas permaneceram mais ou menos estáticas. Putnam (1996) sublinha que, segundo um relatório de 1863, na Calábria, não havia associações e nem sequer mútua assistência. Na verdade a unificação não foi capaz de proporcionar mudanças nos hábitos cívicos.

A agricultura sulista continuou sendo caracterizada pelo latifúndio trabalhado por camponeses pobres. A nobreza feudal usa de violência particular e do acesso privilegiado aos recursos do Estado para reafirmar as relações verticais e desencorajar a solidariedade horizontal.

Um mapa registrando as tradições cívicas nas regiões italianas em 1860-1920 apresenta configurações semelhantes aos anteriores, dos anos de 1970 e 1300 (século XIV), indicando uma continuidade da

Idade Média até os dias atuais. Ressalta Putnam (1996) que: "As regiões cívicas não começaram sendo mais ricas e nem sempre foram mais ricas, mas (...) permaneceram invariavelmente mais cívicas desde o século XI".

A partir do conceito de comunidade cívica, Putnam (1996) incorporou o de capital social, para indicar que, à semelhança do capital físico e do capital humano, a confiança, as normas, os sistemas de participação cívica e as redes de relações sociais – componentes do capital social – são também fundamentais ao desempenho de um governo e de uma sociedade.

Por esse ponto de vista, o capital social é também produtivo. Seus componentes são cumulativos e reforçam-se mutuamente, redundo em círculos virtuosos que resultam na elevação dos níveis de equilíbrio social, de cooperação, confiança, reciprocidade e o bem-estar da coletividade.

Adversamente, a ausência destes atributos, ou o império de seus antagonistas – a deserção, a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem e a estagnação – também se auto-reforçam e tecem um círculo vicioso que torna a vida individual e social medíocre e pobre.

O estoque de capital social, constitui, portanto, além de indicador, o móbile por excelência do desenvolvimento. Essa visão instrumental dos efeitos do capital social na configuração diferenciada das regiões norte e sul da Itália é também vislumbrada pelo autor em relação às experiências pós-coloniais das América do Norte e do Sul. Enquanto a América do Norte, em função da herança inglesa das tradições da descentralização e do parlamentarismo, desenvolveu um estilo de relações assentada no civismo, a América do Sul herdou da Espanha medieval o "autoritarismo centralizado, o familismo e o clientelismo", fiadores da dependência vertical e da exploração.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO EXERCÍCIO DO PODER LOCAL

Os atributos que desqualificam o poder local como um gestor competente de políticas públicas descentralizadas na esfera agrária constituem o resultado do próprio processo de formação social do Estado brasileiro, especialmente no que diz respeito à herança do período colonial.

No início, quando Portugal aventurou colocar em marcha o empreendimento colonialista dessas terras ainda totalmente virgens, por se reconhecer um país frágil e diante de uma empresa custosa, a ser realizada sobre um vasto território, assim, diante de inúmeras dificuldades para levar adiante seu projeto, foi obrigado a recorrer à iniciativa privada. É nesse contexto que foram criadas as capitanias hereditárias e concedido aos seus donatários amplos poderes e direitos para administrá-las (Carvalho, 1999).

O recurso ao sistema de capitanias hereditárias, contudo, não produziu os resultados esperados, levando a corte portuguesa à criação de governos gerais no Brasil. Entretanto, não obstante a ação desses governos, não se preteriu da colaboração de particulares, cujo exercício tornara-se essencial à administração da colônia. Contava-se com o concurso desses terceiros para a arrecadação de impostos, funções administrativas, judiciárias, e para empreender as entradas, cuja organização dependia do incentivo da coroa. Capitães-mores era a designação dessas autoridades privadas, chefes de milícias, que prestavam serviços à coroa. O poder local, ou municipal, era

dividido entre eles e as câmaras, e orientava-se no sentido de resguardar o domínio privado do conjunto dessas autoridades, cujo laço de união encontrava-se na propriedade de grandes extensões de terras (Leal, 1975).

As câmaras municipais eram compostas de juízes, vereadores, procuradores, tesoureiro, escrivão. Cuidavam "de todos os assuntos de ordem local", exercendo funções de natureza administrativa, judiciária e policial. O poder exercido pelas câmaras municipais alcançou tamanha magnitude que se sobrepunha às prescrições das leis. Diante dele até o próprio rei transigia, relativizando a soberania da coroa (Leal,1975).

De acordo com Vianna (1938), "Os próprios caudilhos locais, insulados nos seus latifúndios, na solidão dos altos sertões, eximem-se, pela sua mesma inacessibilidade, à pressão disciplinar da autoridade pública; e se fazem centros de autonomia efetiva, monopolizando a autoridade política, a autoridade judiciária e a autoridade militar dos poderes constituídos. São eles que governam, são eles que legislam, são eles que guerreiam contra as tribos bárbaras do interior (...)".

A redução da preeminência das câmaras, bem como de todo o poder privado, só veio a ocorrer a partir da transferência da corte para o Brasil, e se tornou progressiva com a independência e a constitucionalização do país (Leal, 1975).

Com o processo da independência, e diante da flagrante ameaça de fragmentação do país, através de movimentos separatistas, como acontecia nos territórios vizinhos, mergulhados em guerras, bem como devido aos riscos para a ordem social escravocrata; assim, como imperativo para a garantia da ordem e da unidade nacional urgia estabelecer um regime que promovesse a integração do território brasileiro. A solução encontrada, aliás, nada inédita, foi a adoção do sistema monárquico. Cumprindo o seu papel, a monarquia porfiou em organizar a centralização do poder e das decisões, rejeitando os reclamos federalistas, bem como as tradições localistas vigoradas até então (Carvalho, 1999).

Tavares (1998), a par da evolução histórico-legislativa brasileira até aquela época, acentua que os poderes locais representavam uma ameaça à unidade do império, e que os municípios constituíam uma preocupação permanente para o governo central, por isso, em nome da manutenção do Estado brasileiro procurou-se cercear-lhes a liberdade.

Durante a regência, a posição federalista logrou algumas conquistas através da instituição do Ato Adicional de 1834, que criou as assembléias provinciais, a divisão de rendas entre o governo central e as províncias e a eliminação do Conselho de Estado. Após a consecução dessas medidas descentralizadoras, eclodiram revoltas separatistas em várias pontos do território brasileiro. O governo central, além de combater as insurreições, decretou a redução do poder das assembléias e dos juízes de paz, instituiu uma justiça e uma polícia sob seu controle (ver a frente sobre a criação da guarda nacional) e restabeleceu o Conselho de Estado (Carvalho, 1999).

Remetendo-se à experiência do período da regência, Visconde de Uruguai (1960), citado por Carvalho (1999), registra a lição daí extraída. Para ele, as facções locais ameaçavam tanto a unidade do país como a liberdade do cidadão. "A vitória de uma facção local", afirma, "significava o fim da liberdade dos partidários da outra, signifi-

cava o reino do arbítrio, o fim do governo civilizado. (...) a justiça eletiva e o julgamento por jurados no interior do País significavam a implantação da impunidade. Como o juiz de paz era eleito, dependia dos potentados locais. Os jurados estavam na mesma condição de dependência. O resultado era que nenhum poderoso era levado a julgamento" (Carvalho, 1999).

Apesar de liberal, Visconde de Uruguai (1960) defendia estratégias centralizadoras, argumentando que "O poder distante era menos despótico do que o poder próximo", constituindo em um "elemento de civilização", de "garantia de direitos", de "justiça independente dos potentados locais (citado por Carvalho, 1999).

Na defesa que faziam os teóricos da descentralização, inspirados no modelo norte-americano de federação, o império era associado à centralização e ao absolutismo, enquanto a república associava-se ao federalismo e à liberdade. No entanto, argumenta Carvalho (1999) que aquele mundo rural era "um mundo oligárquico dominado por grandes proprietários com seus escravos e seus dependentes. Era um mundo sem direitos civis e em que os direitos políticos eram tutelados pelos senhores de terra. A resistência contra a interferência do poder central tinha nesses casos um ingrediente oligárquico, era a defesa do poder privado, de seus privilégios, de sua prepotência".

Leal (1975) salienta que por todo o século XIX houve um esforço renitente no sentido de consolidar o poder do Estado. Mas esse poder não se constituiu paralelamente à anulação do poder dos potentados locais. Àqueles senhores foi concedido reinar em suas jurisdições, porém sob a tutela e limites definidos pelos presidentes de províncias e depois governadores de estados.

O evento que possibilitou esse arranjo foi a estruturação da guarda nacional para substituir o sistema de milícias. É daí que surge a figura do coronel e consagra-se o fenômeno do coronelismo na política brasileira.

O posto de coronel, ou apenas o tratamento formal usado mais tarde, sempre foi atribuído a uma eminência, especialmente um senhor de terras e de gente. A função do coronel era múltipla:

"arranjar emprego; emprestar dinheiro; avalizar títulos; obter créditos em casas comerciais; contratar advogado; influenciar jurados; estimular e "preparar" as testemunhas; providenciar médico ou hospitalização nas situações mais urgentes; ceder animais para viagens; conseguir passes na estrada de ferro; dar pousada e refeição; impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos, ou lograr que as restitua; batizar filho ou apadrinhar casamento; redigir cartas, recibos e contratos, ou mandar que o filho, o caixeiro, o guarda-livros, o administrador ou o advogado o façam; receber correspondência; colaborar na legalização das terras; compor desavenças; forçar casamentos em casos de descaminho de menores (...)" (Leal, 1975).

Mas o que recebe o coronel em troca de tantos serviços prestados? Qual é o seu interesse? De onde ele obtém recursos e poder para realizar tantas atividades? E o que tudo isso tem a ver com o poder público e com as administrações provinciais e estaduais? Em resumo, em que consiste o fenômeno do coronelismo?

Leal (1975) observa que o coronelismo é um "compromisso". Uma "troca de proveitos" entre o poder público fortalecido e os

senhores rurais em decadência. Trata-se de um sistema de reciprocidade estabelecido sobre um regime de base representativa extensa com condições sócio-econômicas inadequadas, no qual sobrevive a experiência do antigo poder privado.

De um lado, o coronel, junto com os chefes municipais, com o prestígio conferido pelas propriedades, e amparado na estrutura agrária concentrada, consubstancia-se em um detentor de um sem número de votos que podem ser barganhados. De outro, o poder executivo estadual, depositário do erário público, dos empregos e da força policial. Ambos mutuamente dependentes. O coronel precisa dos recursos do Estado para oferecer serviços: estradas, escolas, hospitais, energia elétrica, água, esgoto, pontes etc. em sua jurisdição, além dos benefícios pessoais. Por outra via, essas obras concorrem para corroborar o prestígio do coronel e a sua posição de liderança. Sem elas, corre-se o risco de perder a hegemonia social para um outro concorrente. Por seu turno, a política dominante do Estado necessita dos votos que o coronel comanda. Portanto, em reconhecimento à sua liderança, dispõe-se a prestigiá-lo com os recursos do Estado.

A negociata que aproxima os dois lados se mediatiza, na realidade, através da compra e venda de votos. O Estado compra e o coronel vende. Votos úteis para vencer as eleições e, assim, legitimar a posição e os privilégios que cada parte desfruta. Trata-se, com efeito, de dois jogos. Um, em que se persegue um resultado de soma positiva, e se realiza entre os dois "parceiros" em questão, e se funda na "lealdade". O outro, joga-se com os adversários, cujo resultado produz soma zero. Para ganhá-lo, a obediência às regras pode não constituir uma prática, especialmente por parte dos parceiros entrincheirados na situação. A fraudulência pode ser requisitada e se transformar em um ingrediente fundamental das disputas políticas. Leal (1975) sintetizou essa forma de operação destacando que "Para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinqüência (...)". Em contrapartida, o poder político dominante do estado, acena, em benefício direto do coronel, com "o cofre das graças" e contra os seus inimigos com o "poder da desgraça". O acordo tácito pressupõe um apoio incondicional do coronel aos candidatos para cargos estaduais e federais, enquanto o poder estadual dá carta branca ao chefe local em todos os assuntos do município.

Percebe-se que toda essa trama coronelista resulta do fato de ser o município fraco financeiramente e, portanto, dependente dos recursos do estado. Por outro lado, os potentados rurais, apesar de não desfrutarem do poder que gozavam nos tempos coloniais, continuam soberanos no comando da política local.

Remetendo-se à questão do poder local, à concentração e desconcentração desse poder e à polêmica sobre o federalismo, Abrúcio (2002) sublinha que o dilema da centralização versus descentralização tem permeado toda a história de formação e desenvolvimento do Estado nacional no Brasil. É com a constituição de 1891, contudo, sob o pretexto de descentralização do poder, que se adotará no país a estrutura federativa.

Nesta primeira experiência de federalismo, os governadores de estado passaram a assumir o papel dos presidentes de províncias, com a diferença de terem-se tornado

os principais atores do sistema político, tanto estadual quanto nacional.

Apesar da adoção da estrutura federalista, pouca autonomia política e financeira foi dada aos municípios. Como o poder central apresentava-se frágil para concorrer com os governadores pela conquista do apoio dos chefes políticos locais, a trama coronelista dos tempos imperiais continuou pela República Velha adentro.

A relação poder estadual, agora mais fortalecido, e poder privado decadente dos potentados locais se manteve com a mesma desenvoltura e a mesma ideologia: "aos amigos tudo, aos inimigos a lei".

Para Abrúcio (2002), a república Velha caracterizou-se por um desequilíbrio federativo, em que reinaram as oligarquias, o patrimonialismo, e o povo manteve-se ausente do cenário político, ensejando uma espécie de anti-republicanismo.

Durante a era Vargas, o poder voltou a concentrar-se no executivo federal. As elites estaduais perderam o poder de eleger seus próprios governantes. Para esses postos eram nomeados interventores, cuja soberania "advinha do governo federal e não das bases políticas estaduais". Aos interventores competia nomear os prefeitos (Abrúcio, 2002). Nesta configuração, portanto, o arranjo coronelista permaneceu interrompido, pois tanto as forças estaduais quanto locais encontram-se controladas pelo poder central.

Em que pese o retrocesso político-democrático desse período, é preciso registrar a existência aí de uma tendência emancipacionista em favor dos municípios. Tavares (1998) assinala que a Constituição de 1934 pretendia corrigir os abusos da predominância dos estados sobre os municípios, conferindo a estes certa autonomia financeira, tributária e administrativa, apesar de reservar àqueles as faculdades de fiscalização, intervenção, além de outras atividades de controle sobre eles. A autonomia, com efeito, foi conquistada com a Constituição de 1946 que, adicionalmente, rejeitou a função de controle e fiscalização pelo estado.

A partir desse evento tem-se o que Abrúcio (2002) chama de Segunda República (1945-1964). Assiste-se a volta da política dos governadores, com os estados recuperando seu poderio no jogo político nacional. Todavia, a União e a Presidência da República mantiveram-se fortalecidas. A novidade do federalismo neste período reside no fato de a constituição de 1946 ter concedido mais autonomia política e financeira aos municípios, configurando, portanto, um federalismo mais equilibrado. Em que pese a nova configuração, os estados, em função de suas posições estratégicas no jogo eleitoral, podendo influir na eleição tanto dos deputados estaduais quanto federais, recuperaram suas forças como centros do sistema político, inclusive submetendo o poder municipal e recompondo a velha artimanha do jogo político local.

O advento do regime militar, entretanto, mais uma vez rompeu com este esquema, alterando o pêndulo da história federativa brasileira. Os governos que então se sucederam, cuidaram em concentrar cada vez mais o poder político, econômico e administrativo na esfera do executivo federal, notadamente na Presidência da república.

Para eliminar o contrapeso ao poder central, o governo militar procurou anular o poder legislativo, o poder dos governado-

res de estados e trazer para a órbita de sua influência o poder municipal.

Quanto ao primeiro, retirou-lhe os poderes sobre o orçamento, possibilitando-se um controle mais efetivo sobre os deputados e os chefes locais. A centralização das receitas tributárias e o controle das transferências inter-governamentais a cargo da União permitiu-lhe romper o elo tradicional entre estados e municípios com duas conseqüências benéficas para si. Os estados saíram enfraquecidos com a perda de receitas, por um lado, e a perda de sua principal fonte de poder – o domínio sobre os municípios – por outro. Libertos, os municípios passaram a ser tutelados pela União, que vinculava a maior parte dos recursos a determinados gastos. Essa forma de vinculação foi também aplicada aos estados. Desse modo, o governo federal estabeleceu um tipo de relação com estados e municípios alicerçada na prática da patronagem, que durou até por volta de 1982, quando então o poder dos governadores retornaria à cena política brasileira (Abrúcio, 2002).

Embora tutelando os municípios, o governo militar ampliou-lhes as competências, enquanto restringiu as dos estados. Neste sentido, a Constituição de 1969, conforme salienta Tavares (1998), seguiu a orientação da Constituição de 1946, no que se refere aos municípios.

O retorno do poder dos governadores, referido anteriormente, foi atribuído por Abrúcio (2002) às seguintes causas: crise do Estado desenvolvimentista, crise do regime militar, crise do presidencialismo, o progressivo fortalecimento das unidades subnacionais, o papel dos governadores na transição democrática e o lugar das eleições para governador no sistema político.

Arranjos contemporâneos do poder político local

Através dos antecedentes históricos, constata-se uma oscilação entre centralização e descentralização na política brasileira desde o império. Neste regime político, como se viu, para evitar a fragmentação do país, buscou-se centralizar o poder, empenhando-se em controlar as províncias, as cidades, e as vilas. Entre 1981 e 1930 promoveu-se a descentralização, fortalecendo o poder dos estados. Exceto as experiências em torno da constituição de 1934, a partir do final daquele período até 1946, o país experimentou nova centralização. De 1946 a 1964, a descentralização voltou a ser a tônica da política. De 1964 até meados da década de 1980, o governo militar empreendeu novamente a centralização e, daí até os dias de hoje, tem-se vivido experiências descentralizadoras, especialmente após a constituição de 1988.

Nesse movimento pendular, os municípios (ou o poder local) sempre mantiveram-se à reboque do poder hegemônico em cada fase, sejam os estados ou seja a União, em que pese a fertilidade de propostas e regulamentos para subtraí-los do jugo daqueles poderes.

Pelo princípio da recorrência, a década de 1980 trouxe a preeminência do poder dos governadores. Mas, o que significa o império deste poder nos concertos políticos locais? Ora, recorde-se dos acordos, interesses e objetivos das negociações entre o poder estadual e o poder local. Seja relembrada a ideologia "aos amigos tudo, aos inimigos a lei" (Abrúcio, 2002) e as oferendas do governo estadual do "cofre das graças" e do "poder da desgraça" (Leal, 1975). Os tempos são outros, é verdade. O coronel é uma figura do passado, pelo

menos com aquele perfil traçado por Leal (1975). Mas as dificuldades continuam, mesmo com as modificações do status municipal (Abrúcio, 2002).

Não obstante as alterações na estrutura federativa em favor dos municípios, culminando na sua equiparação aos demais entes federados, dotados de autonomia política, administrativa e financeiro-tributária, verifica-se que os esforços emancipacionistas, despendidos desde a década de 30 do século XX e completadas na constituição de 1988, não redundaram em uma independência ou autonomia financeira, de fato, dos municípios.

Comprova essa asserção, as inferências de Abrúcio (2002), quando assevera que os municípios foram contemplados com maior aporte de recursos sem que isso fosse convertido na ampliação da oferta de serviços públicos. Igualmente, Almeida & Carneiro (2002) constataram resistências de lideranças locais "à descentralização de atribuições e competências em várias áreas importantes para as suas comunidades" e desejam transferi-las a outros níveis de governo. Araújo (2000) testificou a rejeição peremptória de prefeitos a assumir o comando da Reforma Agrária, por se tratar de uma atividade onerosa e que deve contar com o concurso dos estados e da União.

Vê-se que os municípios continuam frágeis e dependentes financeiramente. Pelo que se observou, arrecadam pouco e gastam mal. Portanto, permanecem alvo da trama "neocoronelista", trama que por si só já os desqualifica como gestor competente de políticas públicas.

O retorno do poder dos governadores, assim, significa a volta, embora travestido de conotações modernas, atualizadas, do arranjo coronelista praticado em épocas anteriores, em que as relações entre estados e municípios caracterizavam-se por vínculos de dependência mútua, porém verticalizada. Nesta configuração, os municípios, frágeis financeiramente, submetem-se ao poder dos estados, ou mesmo do governo federal, como forma de captar recursos para a realização de obras públicas. Por seu turno, os estados, através de seus executivos, ou prepostos, exercitam seus poderes assentados na propriedade de recursos financeiros e cargos públicos, empregando-os na barganha por votos com as autoridades e poderes locais.

Talvez o que diferencia o arranjo político que hoje se estrutura, em relação àquele do passado, é que com a modernização do sistema político e o pluripartidarismo, múltiplas correntes partidárias (com destaque de duas ou três) se organizam e se enfrentam visando a conquista do poder local. Cada corrente constitui um bloco de aliados e lealdades com representantes diversos dos segmentos da sociedade local. A lealdade no interior de cada uma delas é muito sólida, e compreende tanto a amistosidade interna quanto a hostilidade para com os adversários. Impera o princípio "aos amigos tudo, aos inimigos a lei" (Abrúcio, 2002).

Uma vez no poder, uma corrente exclui de suas benesses todos aqueles que não são seus partidários. Reparte entre si os cargos e funções administrativas do executivo municipal, expelindo quaisquer outros estranhos à sua ordem. Promove-se um verdadeiro rodízio no poder e na administração municipal. Na verdade, a repartição dos despojos não espera a efetivação da conquista do poder, ela é tramada e mesmo completada por ocasião do pacto que institui a campanha para o embate eleitoral. Na associação para a composição ou reestrutu-

ração de uma corrente, a divisão dos cargos públicos, de um modo geral, já fica acertada, e funciona como um indutor da associação.

Ignoram-se por completo as instituições. O concurso público, quando ocorre, muitas vezes não ultrapassa os limites da formalidade. A estabilidade no emprego não constitui regra. A competência não constitui um indicador para admissão ou manutenção em um posto de trabalho, pois a diretriz determinante acaba sendo a habilidade política. E esta deve ser provada no decorrer do pleito eleitoral. Disputa-se um cargo público na disputa eleitoral, como se disputa o cargo de prefeito ou de vice. Assim, se o cargo majoritário é conquistado, os demais em mira são alcançados por conseqüência.

Geralmente existem duas correntes partidárias principais, sendo uma governo e outra oposição. Podem figurar correntes de pequena magnitude, que se aliam ao governo ou assumem a condição de oposição. De um modo geral, não há composição entre dois segmentos fortes.

Cada corrente vincula-se, via partido político, a seus pares no plano estadual, ensejando a integração vertical entre estados e municípios. Nas campanhas políticas municipais, ou dos outros níveis de governo, há um comprometimento mútuo dos atores de uma mesma corrente, mas situados nas diferentes escalas de poder ou pretendentes a elas, de modo a tentar abarcar o máximo na esfera do domínio do poder público. À medida que essa conquista se concretiza, amplia-se a margem do poder.

Quando em um município um partido sai vencedor, se no plano estadual a política lhe for favorável, ou seja, se corresponder ao mesmo partido ou a um partido aliado, então a possibilidade de captação de recursos e controle de cargos públicos torna-se assegurada. Caso a política estadual seja contrária, o executivo estadual poderá conceder benefícios ao município, mas o fará prestigiando seus correligionários, arrebatando, com esse procedimento, eleitores para o seu partido e para suas bases locais.

Com uma configuração tal do processo político local, como conceber a esfera municipal como lócus saudável e legítimo para gerir políticas públicas de forma democrática? Como admitir que a proximidade dos centros de decisão possa favorecer a democratização, estimular a participação e reduzir o clientelismo?

Com uma configuração tal de governo local, como estruturar e manter uma equipe municipal de assistência técnica agropecuária e preservá-la acima e isenta dos interesses partidários? Como privilegiar a competência técnica, consolidando um grupo capacitado, conhecedor da realidade local e afinado com as necessidades municipais, se a cada eleição corre-se o risco de ser substituído? Como proporcionar tranqüilidade à equipe de trabalho para que ninguém tenha que se envolver na política partidária local, senão motivado por outras circunstâncias?

Todas essas interrogações demonstram a inviabilidade da municipalização de políticas públicas do setor agrário. Contudo, vejam-se outras querelas.

Atualmente os próprios prefeitos rejeitam a idéia de assumir a responsabilidade na condução da Reforma Agrária (Araújo, 2000). Os motivos de suas rejeições são financeiros, mas examinem-se outras dimensões do problema. A principal atividade econômica na maioria esmagadora dos

municípios brasileiros é a agropecuária. Isso configura o predomínio de uma sociedade essencialmente agrária em quase todo o Brasil. O poder nos municípios ainda se assenta na propriedade da terra. Mesmo que, circunstancialmente, o principal chefe local não seja um fazendeiro, ele depende dessa organização, dessa força política. Ele é refém da cultura e do poder agrário. Em seu meio predominam lideranças rurais.

Como, então, pode um chefe local deste jaez deliberar e decretar, por exemplo, uma desapropriação de terras? Seria uma ação penosa não apenas eleitoralmente, mas também "moralmente", de acordo com os valores interioranos e ruralistas.

Por outro lado, que perspectiva teria a organização de movimentos de sem-terras atomizados? De fato, a proposta de municipalização da Reforma Agrária consubstancia-se mesmo em um movimento de Contra-Reforma. Acena como uma tentativa de esvaziar movimentos sociais e desonerar os cofres federais e estaduais. Afinal, o executivo federal usou da artimanha referida no segundo ponto em relação à Extensão Rural, deixando-a a cargo dos estados.

De acordo com o conteúdo da discussão até aqui empreendida, uma objeção, com justiça, poderia ser levantada, argumentando que as qualificações do poder local não são mais indignos do que se evidenciou em relação ao plano estadual e mesmo federal. A observação é pertinente e será retomada no próximo tópico. Cumpre agora, evocar os postulados de Visconde de Uruguai (1960), citado por Carvalho (1999), a respeito do "poder distante", e examiná-los paralelamente ás teorias da descentralização.

Segundo Arretche (1996), a democratização e a redução do clientelismo independem da escala de governo. E esta proposição parece razoável, aceitável, pois ambas as situações, ou seus contrários, como assegurou, dependem mesmo é da natureza das instituições. O que postula a autora contradiz tanto Viscode de Uruguai (....), que defende a centralização – quanto os protagonista das décadas de 1980 e 1990, que queriam a descentralização. Isso significa que o foco das questões postas pelos dois lados não reside nos pontos por eles destacados – centralizar ou descentralizar. Mas será que a proposição de Arretche (1996) pode ser aplicada ao caso brasileiro? Não é justo, sustentar a existência de improbidade na escala municipal de governo, como fez Visconde de Uruguai (1960)? Apesar da teoria desse autor ter sido formulada no século XIX, ela continua válida até os dias atuais. Mas mesmo assim é claro que a premissa da autora se aplica ao Brasil, pois o que acontece com o poder local não é por causa da escala de governo, e sim por causa da natureza das instituições municipais. Por outro lado acredita-se que Visconde de Uruguai (1960) não se equivocou, o que ele fez foi uma leitura da natureza das instituições municipais e constatou suas deficiências, portanto sua teoria é consentânea com a de Arretche (1996).

Voltando à questão do poder estadual e federal, é plausível que, devido às suas distâncias, a possibilidade de ingerências dos poderes locais na organização e funcionamento de instituições como a Extensão Rural, Serviços de Fiscalização Sanitária, Reforma Agrária, etc., se reduza. Outras hipóteses podem ser aventadas, como a destinação maciça de recursos para os municípios, de forma que eles superem

suas fragilidades e se tornem, de fato, independentes dos outros níveis de governo. Mas a temeridade, nesse caso, não seria maior?

A solução ou amenização desse problema parece mesmo depender de um projeto criterioso de descentralização, como propõe Arretche (1996), que contemple responsabilidades e competências para os três níveis de governo, com o nível central sendo fortalecido em suas funções e capacidades administrativas e institucionais, para conduzir e regular as políticas implementadas pelos governos subnacionais. Dessa forma, pode se tornar efetivo para estimular a participação popular, desenvolver processos educativos e de construção de cidadania (Araújo, 2000). Mas será que essas mudanças implicariam em renovação das instituições, no sentido de se tornarem mais democráticas? É o que abordaremos a seguir. Para fechar esse tópico, acrescenta-se que o perfil do poder local apresentado aqui é mais característico de municípios com mais baixa densidade demográfica, com centros urbanos-industriais menos desenvolvidos, e predominam também nas regiões menos desenvolvidas. Nos grandes centros urbanos-industriais, onde a vigilância sobre o poder parece ser mais austera, as instituições democráticas tendem a apresentar-se menos corrompidas.

A SUBORDINAÇÃO À TRAJETÓRIA

O que há de notável entre a trajetória e o modo de vida da sociedade do sul da Itália e do Brasil? Qualquer semelhança entre a realidade empírica das duas localidades não se trata de mera coincidência. Diz respeito, sim, a processos equivalentes de constituição social em que as relações entre as pessoas são instituídas com base em assimetrias arraigadas, de modo a criar vínculos verticais, de dependência e de domínio de uns poucos sobre a grande maioria.

Assim como as mazelas e idiossincrasias da vida social no sul da Itália emanam da natureza imperativa e perniciosa de um governo autocrático, pouco dado a requintes de reciprocidade, também o Brasil, direta ou indiretamente, em mais de três quartos de sua história foi governado por um príncipe. Da mesma forma que uma nobreza renitente, latifundiária, aliada ao príncipe, desfrutando de privilégios e dos recursos do Estado, intermediava as relações do soberano com os vassalos na Itália, controlando-os, violentando-os e explorando-lhes o trabalho, dessa mesma forma, procedia a nobreza, também agrária, no Brasil.

Por isso, no retrato de uma sociedade vê-se a fisionomia da outra, e ambas padecem do que Putnam (1996) chamou de subordinação à trajetória.

Já não é preciso indagar aqui, como fez Putnam (1996), a respeito da Itália: qual é a origem das feições do poder local no Brasil? A resposta já está dada. E em tudo ela aponta para uma semelhança de causalidades, ou seja, o déficit de civismo, de estoque de capital social. É certo que não se levantou aqui o índice de civismo no Brasil, e não é esse o propósito. Mas observe-se que os predicados da sociedade brasileira assemelham-se aos da sociedade sul italiana: as relações políticas e sociais organizam-se verticalmente; a prática clientelista constitui uma regra na política; a solidariedade, a reciprocidade e a cooperação não mediatizam a interação na sociedade ("aos amigos tudo, aos inimigos a lei"); os recursos do Estado são empregados nas negociatas entre os grupos e desti-

nam-se a setores privilegiados; os negócios públicos são secundários na vida das pessoas, a iniciativa política visa benefícios pessoais; a fraudulência que impera torna-se tão insolente que desemboca no crime organizado.

Devido a essas características generalizadas é que no segmento anterior não se opôs à objeção de que o poder local não é menos indigno do que nas outras esferas, e também porque as correntes partidárias, embora hierarquizadas internamente, atuam nos três níveis de poder.

A semelhança entre as duas sociedades e as inferências de Putnam (1996) sobre as causas do baixo desempenho dos governos no sul da Itália nos autoriza a deduzir que o quadro lúgubre da política brasileira, especialmente no exercício do poder em escala municipal, como retratou-se, estruturou-se em função de uma carência cívica, de um baixo estoque de capital social. Isso quer dizer que a realidade brasileira carece de direitos e deveres iguais para todos; que o interesse particular sobrepõe o interesse público; que as relações sociais não se dão no sentido horizontal, e não são marcadas por reciprocidade, cooperação e confiança. De fato, não há um exercício pleno da cidadania. O círculo vicioso que então impera, reforça-se mutuamente, produzindo a deserção, a desconfiança, a exploração, o desprezo ou desrespeito pela coisa pública, o clientelismo, a incapacidade de indignação, a aceitação da corrupção, da desonestidade, inclusive no exercício de cargos públicos e funções políticas (José Roberto Arruda e Antônio Carlos Magalhães foram reeleitos para o senado). Tudo isso, certamente, faz com que os governos no Brasil não sejam bem sucedidos e não superem os problema sociais e econômicos secularmente desafiantes e desafiados.

CONCLUSÕES

Os atributos que desqualificam o poder local como um gestor competente de políticas públicas para o setor agrário, bem como para outras áreas, podem ser sintetizados, parodiando Putnam (1996), na expressão déficit do estoque de capital social. Com efeito, o referido déficit não constitui uma prerrogativa da instância local, ele é generalizado na sociedade brasileira, mas é naquele âmbito que seus efeitos são mais perversos. Daí a temeridade em lançar, sob os cuidados absolutos dos municípios, ações que deveriam contar com o concurso dos estados e/ou da União. Existem políticas públicas, como a Reforma Agrária, por exemplo, que precisam ser tratadas nacionalmente. Outras, como a Extensão Rural, que requer pelo menos o comando do estado. Isso não significa que se possa preterir da participação dos municípios. Ao contrário, a contribuição municipal é essencial, porém coordenada, fiscalizada e apoiada financeiramente pelas instâncias estaduais e federais. Mesmo assim organizados, os serviços públicos certamente sempre apresentarão resultados mais modestos, em virtude da carência cívica e déficits no estoque de capital social.

ABRÚCIO, F. L. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira.* 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 253 p.

AFONSO, J. R. R.; LOBO, T. Descentralização fiscal e participação em experiências democráticas retardatárias. *Rev. Planej. Pol.*, n. 14, p. 3-32, 1996.

ARAÚJO, T. B. Descentralização e participação na Reforma Agrária: um processo em discussão. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Paralelo 15/NEAD, 2000. p. 125-146.

ARRETCHE, M. T. S. Mitos da decentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? *Rev. Bras. Ciên. Soc.*, n. 31, p. 44-64, 1996.

CARVALHO, J. M. *Pontos e bordados: escritos de história e política.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p.457.

GOMES, G. M; MAC DOWELL,C. Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Textos para discussão n. 706.* Brasília: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, 2000. p. 1-27.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.* 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. 276 p.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 260 p.

TAVARES, I. E. T. N. P. O município brasileiro: sua evolução histórico-constitucional. *Rev. Bras. Est. Pol.*, n. 86, p. 85-116.

VIANNA, F. J. O. *Evolução do povo brasileiro.* São Paulo: Editora Nacional, 1938. 349 p.

Cad. Téc. Vet. Zootec., n.45, p.96-103, 2004.

A EMERGÊNCIA DO PENSAMENTO ECOLÓGICO NA MODERNIDADE

Prof. Erly do *Prado*
MédVet, Dr., Prof.Adj.
erlyprado@ufmg.br

Departamento de Zootecnia
Escola de Veterinária da UFMG,
Caixa Postal 567
30123-970 Belo Horizonte, MG

SUMÁRIO

Introdução 96
A valorização do mundo artificial 96
O desencanto com a modernidade e o novo olhar para a natureza 97
As idiossincrasias na origem do pensamento ecológico no Brasil 99
O ecologismo dos anos 1960 e 1970 101
Conclusão 102

INTRODUÇÃO

Parece que nos estertores da era medieval, o ser humano se descobre e se propõe desvencilhar-se das amarras do mundo natural, isolando-se, individualizando-se e contrapondo-se àquele que por longa data o havia retido como um de seus componentes estruturais. Era como se um grilhão da condição humana estivesse sendo rompido. De parte, emerge e se posiciona como proprietário do resto. Assim, o ser humano se coloca diante da natureza, percebida como o outro, e cheia de mistérios e segredos. Não ignora que ali está sua fonte de vida, e isto acresce-lhe a ambição, a curiosidade e potencializa-lhe os desafios.

Por alguns séculos, o ser humano foi guiado pelo anseio de domar a natureza. Entretanto, no rastro de sua empreitada foram se acumulando contradições que o fizeram repensar suas ações e relações com o mundo natural. Este estudo tem por objetivo avaliar essa incursão e a saga daí resultante, á luz dos trabalhos de alguns historiadores que retrataram tal episódio no Velho Mundo, especialmente a Inglaterra, e no Novo Mundo, estritamente no Brasil.

A VALORIZAÇÃO DO MUNDO ARTIFICIAL

O advento da modernidade, em seus primórdios renascentistas, subdividiu a humanidade em dois mundos distintos, dois pólos antagônicos. De um lado, o mundo da natureza, do selvagem, da ignorância, do feio, do obscuro. Aqui, situa-se também o camponês, rústico, inculto, preso a um padrão medieval e teocêntrico. Contra esse status quo, insurge-se a perspectiva da civilização, do "ethos moderno contemporâneo", assentados no modelo urbano, no

polimento, no aperfeiçoamento, no progresso, na razão. A cidade configura-se no lugar do requinte social, no "berço das boas maneiras, do gosto e da sofisticação", para onde deveriam se dirigir todos os que buscam a civilidade (Carvalho, 1999: 40, 41).

Thomas (1989) remete-se a diversas alusões e crenças para sublinhar o significado das cidades para aquela época. Lembra a convicção de que o ato de transferir alguém da floresta para a cidade consistiria num esforço de civilização, e que, apesar de Adão ter vivido em um jardim, em meio a flores e fontes, o paraíso de salvação consubstanciava-se em uma cidade, a Nova Jerusalém. Relata os louvores às belezas de cidades européias, suas ruas, suas casas, o mercado, a limpeza e a segurança, os muros, as praças, a solidão da noite, o fulgor do sol nascente.

Apesar das representações negativas a respeito do ambiente fora da cidade, uma concessão lograva espaço no imaginário modernizador. A terra poderia tornar-se bela, desde que fosse cultivada. O cultivo simbolizava a vitória, o domínio humano sobre a natureza, a civilização. Adversamente, como destaca Thomas, áreas não cultivadas como charnecas, montanhas e pântanos, indicavam aquilo que merecia ser condenado. O estado natural é em si mesmo desagradável. As montanhas, por exemplo, eram terríveis, "arriscadas"; lugar de gente incivilizada, feroz e selvagem; afiguravam-se como deformidades estéreis, "verrugas", "furúnculos", "monstruosas excrescências", "refugos da terra" (1999: 306, 307).

A obrigatoriedade do cultivo, no entanto, não se restringia a imperativos econômicos. Thomas ressalta que a utilidade não precedia a beleza, e que a exploração agrícola constituía também um dever moral. Simetria e regularidade eram essenciais às práticas agrícolas; a lavra do solo simbolizava a "restauração da natureza", da estética do Jardim do Éden, a sua beleza e ordem; traduzia a imposição da ordem humana no mundo natural desordenado; todo isso resultando em espetáculo para a satisfação humana. Por outro lado, as ervas indesejáveis, consideradas daninhas, representavam o castigo instituído pelo pecado original (1989: 304).

Não se via beleza ou utilidade naquelas ervas, por isso insistia-se em que elas deveriam ser erradicadas. A mesma sorte tiveram os animais selvagens, tidos por nocivos. Não era apenas legítimo, mas uma obrigação da humanidade livrar-se deles. Neste sentido, foram estabelecidas leis que estimulavam a perseguição e matança de animais, premiando-se àqueles que dessem fim a um maior número de cabeças. Desse empenho resultou uma redução dramática da vida selvagem na Inglaterra (Thomas, 1989).

O DESENCANTO COM A MODERNIDADE E O NOVO OLHAR PARA A NATUREZA

À medida que avançava o curso da modernidade, as sensibilidades, atitudes e comportamentos foram se transformando. De repente, o campo já era mais bonito e mais virtuoso que a cidade, inspirava um sentimento divino, tornara-se fonte de renovação espiritual; as montanhas se converteram em objetos de admiração estética, em recanto para animais, fontes de ar puro, estruturas de formação dos rios. Os moradores do campo passaram a ser

percebidos como mais saudáveis, tornaram-se mais admirados moralmente; os habitantes das montanhas pareciam inocentes, simples e já não eram mais bárbaros (Thomas, 1989).

Thomas assevera que em fins do século XVIII "*muitas pessoas sensíveis já não encontravam prazer no crescimento das cidades, na destruição dos bosques, na expansão da agricultura, na eliminação dos predadores selvagens, na matança de pássaros, na erradicação de ervas daninhas*" (1989: 337).

O que havia mudado? O progresso tão decantado e a civilização tão almejada haviam engendrado conseqüências tão funestas que as pessoas puseram-se a repensar seus valores. No desconforto então fabricado, passaram a rejeitar a realidade urbana-industrial e a aspirar um contato mais estreito com a natureza.

A vida urbana tornava-se cada vez mais insuportável. O ambiente deteriorava-se com a produção de fumaça, gases e detritos que se originavam nas fábricas e poluíam o ar, a água, e impregnavam os objetos e as pessoas. Além da poluição física, os habitantes das cidades passaram a conviver com problemas de ordem moral, evidentemente em função das aglomerações irregulares, da promiscuidade e da pobreza (Thomas, 1989).

De acordo com Thomas

"*O carvão queimado em começos do período moderno continha o dobro de enxofre do produto usado hoje em dia; seus efeitos eram proporcionalmente letais. A fumaça escurecia o ar, sujava as roupas, acabava com as cortinas, matava flores e árvores e corroia a estrutura dos prédios*" (1989:291).

Tal era a situação que imperava no setor urbano-industrial e que fez alterar a percepção a respeito do mundo natural. É verdade que simultaneamente à deterioração ambiental, alguns eventos, iniciativas ou movimentos sociais e artísticos contribuíram para a organização e desdobramento das idéias e sensibilidades. Nesta perspectiva, sobressaem-se, como destaca Thomas (1989), o arcadismo, o naturalismo, a religião, o progresso da agricultura, o romantismo, o crescimento das cidades, da população, e a distinção nítida entre o rural e o urbano.

Carvalho destaca o papel do romantismo na configuração de valores e atitudes, como a "afirmação do indivíduo, o desejo de uma unidade perdida, o sentimento anticapitalista e a celebração da natureza". A visão romântica reage contra a uniformidade da razão iluminista e sua matriz racionalista, que fundada numa ética utilitária e egoísta enseja a constituição de um tipo de sociedade de caráter predatório (1999: 47).

As condições assim reinantes propiciaram a segregação de uma ética favorável às relações do ser humano com a natureza, expressa, conforme reproduz Thomas, nas asserções: "apenas a autodefesa justificava a destruição de espécies selvagens", "Deus exigia bondade para com todas as criaturas vivas", "o canto de um pássaro engaiolado não podia proporcionar prazer"(1989: 331), "todas as espécies da criação tinham um papel necessário a desempenhar na economia da natureza"(1989: 329), "criaturas selvagens devem ser preservadas

ainda que não tenham nenhuma utilidade"(1989: 327).

É evidente que toda essa apoteose da natureza e da vida no campo não resiste a uma crítica franca, podendo ser creditada aos poetas, aos artistas e àqueles que buscavam uma fuga, um refúgio das cidades. Investiguem-se, por exemplo, as condições de vida dos camponeses da Inglaterra, nesse período. É por isso que Thomas classificou o culto ao campo de "mistificador e escapista" (1989: 299).

Carvalho qualificou esses sentimentos em relação à natureza de sensibilidades burguesas, salientando que apesar de suas origens no seio dessa classe, que dispunha de recursos e tempo para cultivar hábitos idílicos, bucólicos, encontravam-se generalizados no conjunto da sociedade. Essas novas sensibilidades, em conjunto com outras crenças e valores pessoais foram, mediante o empenho para afirmação de classe, interagindo-se e desdobrando-se em "sentimentos e valores privados do indivíduo burguês", propiciando a constituição de um "ethos público" (1999:46, 47).

De qualquer maneira, contudo, os movimentos pró-natureza produziram resultados favoráveis, que se encaminharam no sentido de, pelo menos em parte, realizar algum tipo de preservação. Assim, a partir do século XVIII os jardins aristocráticos e o zoológico tornaram-se símbolos de status, e nos séculos XIX e XX promulgaram-se gradativamente leis e regulamentos de proteção ambiental, contemplando as aves selvagens, aves marinhas, a fauna e a flora, de um modo geral (Thomas, 1989).

AS IDIOSSINCRASIAS NA ORIGEM DO PENSAMENTO ECOLÓGICO NO BRASIL

Discutir a origem do pensamento ecológico no Brasil implica remeter-se ao contexto histórico de sua formação. Pádua (1987) faz referência a dois tipos de olhares sobre estas terras no episódio do descobrimento. Em uma perspectiva situavam-se os renascentistas opositores da expansão da ciência experimental e da observação empírica da natureza. Aferrados ao pensamento mágico e mitológico, e fascinados com os relatos dos viajantes a respeito de culturas exóticas, projetam sobre o território brasileiro suas nostalgias do paraíso perdido e as expectativas e emoções do reencontro com o Jardim do Éden.

O outro olhar era mais pragmático. Por estar interessado no comércio, nas riquezas, nos monopólios, foi denominado mercantilista. Entretanto, mesmo entre essa corrente, a natureza não deixou de conquistar admiradores de sua exuberância e encantos. Assim, criou-se para o Brasil uma imagem atraente, consubstanciada em seus recursos naturais. E foi através da exploração desses recursos, a partir do pau-brasil, passando por todos os ciclos econômicos, que se processou a conquista e a formação do país. Pádua sintetiza esse ato fundador como "um projeto de exploração predatória da natureza", caracterizado por uma "sucessão de desastres ecológicos" (1987:19).

Interessante ressaltar é que a par dessa destruição avassaladora, permaneceu a retórica laudatória. Como acentua Pádua: "uma celebração puramente retórica, de um lado, e uma realidade de devastação impiedosa do outro" (1987: 20).

A literatura dos séculos XVIII e XIX, empenhada na valorização do país, prestou inestimável contribuição na celebração das virtudes aqui encontradas. Especialmente no século XIX, com o romantismo atrelado ao poder do Estado e comprometido com o esforço de criar uma literatura nacional e uma nação independente, uma diversidade de obras dedicadas à laudação da natureza brasileira e seus primitivos habitantes foi largamente produzida (Pádua, 1987).

Atenhamo-nos, porém, ao pensamento brasileiro. De início, salienta-se que os principais pensadores que içaram a bandeira do ecologismo, o fizeram num contexto maior de criação de um projeto nacional para o desenvolvimento. Certamente em todos eles havia uma preocupação com a questão ambiental, mas a associação recursos naturais e progresso constituía um imperativo do pensamento e do discurso. Seja apreciado primeiramente José Bonifácio de Andrada e Silva, que nos legou uma substanciosa obra a respeito do tema.

De acordo com o que assevera Pádua (1987), as relações de Bonifácio com a natureza não se mediatizavam por sensibilidades românticas e atividades contemplativas. Tratavam-se de relações instrumentais, pragmáticas. Bonifácio era partidário da observação empírica da natureza, do conhecimento científico, de suas leis, de seus segredos, visando o aproveitamento de seus recursos para o desenvolvimento material e social e incremento da riqueza nacional.

No projeto nacional de Bonifácio, a natureza ocupava uma posição singular, o elemento chave para o progresso, em virtude de sua riqueza e qualidade. Os recursos naturais representavam uma oportunidade para se empreender o desenvolvimento endógeno da economia e da sociedade brasileira. Entretanto, seu uso deveria ser feito de forma racional e não predatória e parasítica, como se dava. Com a devastação corria-se o risco de esgotar o principal recurso disponível ao desenvolvimento (Pádua, 1987).

Segundo Pádua (1987), Bonifácio percebia a extensão da gravidade da degradação ambiental que se praticava no Brasil, e o irritava o mau uso e o desperdício dos recursos.

Como se nota, e relata Pádua, "Bonifácio não via um antagonismo básico entre crescimento econômico e meio ambiente, desde que esse crescimento estivesse calcado numa utilização racional e não predatória dos recursos naturais" (1987: 36).

Seguindo a linha de pensamento de Bonifácio, vão surgir mais tarde outros pensadores preocupados com o relacionamento sociedade e natureza no Brasil, cada um fazendo a apologia de seu projeto nacional – Joaquim Nabuco, André Rebouças e Euclides da Cunha. Os três, de orientação política liberal, são unânimes em protestar contra a destruição dos recursos naturais e questionar o padrão de desenvolvimento em curso no Brasil. Para eles, a depredação da natureza no Brasil não se processava em virtude da expansão da civilização industrial moderna (Pádua, 1987).

O último pensador a ser apreciado – Alberto Torres – assemelhava-se aos anteriores por condenar a devastação ambiental e por ter idealizado também um projeto nacional. Diverge, porém, deles quanto à concepção do estilo de modernidade a ser empreendido. Conforme

sua opinião, seria necessário realizar um diagnóstico da realidade brasileira, identificar suas especificidades, estabelecer uma política própria e alternativa, que privilegiasse a proteção da natureza, do homem e dos trabalhadores, especialmente os do campo; que consagrasse como princípio a harmonia entre o ser humano e o ambiente natural. Torres deplorava a subserviência da prática política brasileira ao modelo de modernidade ocidental, propugnando o abandono às teorias convencionais e a rejeição ao assédio das nações imperialistas. Para ele, o padrão de civilização ocidental apresentava contradições, que atentavam contra os recursos naturais e finitos, acelerando sua extinção (Pádua, 1987). Seu consternamento foi assim expresso:

"*O homem tem sido um destruidor implacável e voraz das riquezas da terra. Toda a vida histórica da humanidade tem sido uma vida de devastação e esgotamento do solo, de incêndio de tesouros e de florestas, de saque de minérios ao seio da terra, de esterilização de sua superfície*" (Torres apud Pádua, 1987: 51).

A postura desviante de Torres em relação à orientação convencional do projeto da modernidade resultou de sua concepção crítica, não filiada à perspectiva evolucionista (Pádua, 1987). Ele não compartilhava do pressuposto de uma trajetória evolutiva e linear para a história, como se ela caminhasse "*para algum fim conhecido, preestabelecido, para metas decretadas por um espírito e uma vontade superior, mediante modelos e unidades existentes*". *Para ele, "o progresso só pode significar, assim o fato de prosseguir consciente do homem, com fito em sua adaptação à terra e na adaptação de indivíduos a indivíduos e de indivíduos à sociedade*" (Torres apud Pádua, 1987: 49).

O ECOLOGISMO DOS ANOS 1960 E 1970

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por um amplo movimento sociocultural que se alastrou por todo o mundo ocidental. Identificado como contracultura, esse macromovimento era portador de uma visão de mundo político-existencial, que se pretendia alternativo ao paradigma ocidental moderno (Carozzi apud Carvalho, 1999). Como a modernidade ocidental estabelecera-se contrapondo-se à natureza, ao selvagem e ao Oriente, o movimento contracultural tinha por objetivo a restauração dessas alteridades, ou seja, a inclusão desses outros em um modelo cultural alternativo (Santos Souza apud Carvalho, 1999).

Foi, pois, na esteira desse movimento que emergiu o ecologismo, assim como o pacifismo e o movimento feminista (Carozzi apud Carvalho, 1999). Dessa forma, o ecologismo constituiu um dos pilares da contestação que denunciaram a racionalidade instrumental da modernidade, a uniformidade da razão, os ideais de progresso, o estilo de desenvolvimento capitalista assentado no consumo e na agressão ao meio ambiente. Ao lograr inserir a problemática ambiental na esfera pública, o movimento ecológico conferiu-lhe uma dimensão política (Carvalho, 1999).

Segundo Carvalho (1999), o movimento ambiental, fruto do amplo debate internacional, já nasceu mundializado. No Brasil, ele emerge nos anos 1970, através da expansão de ações, movimentos, entidades e instituições governamentais de regulação, legislação e controle das

questões ambientais. Porem, é relevante situar sua emergência numa sociedade marcada pela repressão e censura de um regime caracterizado pela exceção democrática. Neste clima, enquanto subsiste o autoritarismo, as ações em favor da causa ambiental são tímidas e desenvolvidas dentro de uma lógica ativista.

Em verdade, antes mesmo do marco mencionado, algumas iniciativas com relação ao meio ambiente já haviam sido empreendidas, como a criação da Associação de Defesa da Flora e da Fauna, de 1956, em São Paulo; a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), no Rio de Janeiro, fundada em 1958. No entanto, foi a partir da conferência da ONU para o meio ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, atendendo a compromissos firmados, e por pressões externas, que agências governamentais ambientais foram estruturadas. Assim, em 1973, surge a SEMA, que mais tarde é fusionada com o IBDF, Sudhevea e Sudepe, constituindo o IBAMA. Em 1990 foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente, que em 1992 cedeu lugar ao Ministério do Meio Ambiente (Carvalho, 1999).

Remetendo-se às memórias e histórias do movimento ecológico, aos seus precursores e fundadores, Carvalho sublinha que "No momento em que esses homens e mulheres (...) estão falando, denunciando, arregimentando e organizando ações, é o próprio campo ambiental que está despontando em torno de seus nomes, atos e palavras" (1999:79). A autora toma emprestado a Bourdieu o conceito de campo para aplicá-lo à esfera ambiental, porém ressalta a imperiosidade de se circunscrever esse campo, isolando-o da influência de princípios pertinentes a outros campos, para que a ética orientadora de relações sociedade/meio ambiente possa se fundar no "respeito aos processos vitais e aos limites da capacidade de regeneração e suporte da natureza" e, a par dessa ética, desenvolva uma racionalidade ambiental e um sujeito ecológico avessos à "ética dos benefícios imediatos e uma racionalidade instrumental utilitarista que rege o homo oeconomicus e a acumulação nas sociedades capitalistas". Assim, a instituição desse campo ambiental significa a invenção do ambiental e do sujeito ecológico (1999: 37).

CONCLUSÃO

Como se pôde observar, a emergência da questão ambiental não se circunscreve aos movimentos ecológicos dos anos 1960 e 1970, como, via de regra, é suposto. Ela apresenta uma extensionalidade temporal e temática, bem como uma manifestação espacial singularizada.

Quanto ao fator tempo, verificam-se reações em prol do meio ambiente já pouco depois de sentidas as primeiras conseqüências da modernidade, ainda no século XIX. Com efeito, de lá para cá, assiste-se a um desdobramento contraditório do projeto iluminista, de um lado, acenando favoravelmente com as perspectivas do progresso e do bem-estar e, de outro, denunciando a deterioração do ambiente e da qualidade de vida. Esse movimento, ao atingir os anos 60, tinha logrado ampliar sua pauta e sua agenda, incorporando as questões da alteridade, do pacifismo e as lutas feministas.

Quanto à singularidade espacial, esta se manteve mais evidente antes da internacionalização dos movimentos nos anos 60. Foi mostrado que, enquanto na

Europa se atribuíam os problemas ambientais à operações da modernidade, no Brasil, com exceção do pensamento de Alberto Torres, a ausência daquela mesma modernidade seria o fator responsável pela exploração predatória da natureza.

De qualquer maneira, mesmo no Brasil, a questão ambiental freqüenta os debates políticos, embora marginalmente, há quase dois séculos.

CARVALHO, I. C. M. *A invenção ecológica*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999. 229 p.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural:* mudanças de atitude em relação às plantas e animais. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 454 p.

PÁDUA, JA (org.) *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. p.11-51.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA NOVA EMBALAGEM PARA UM VELHO PRODUTO

Prof. Erly do *Prado*
MédVet, Dr., Prof.Adj.
erlyprado@ufmg.br

Departamento de Zootecnia
Escola de Veterinária da UFMG,
Caixa Postal 567
30123-970 Belo Horizonte, MG

SUMÁRIO

Introdução 104
Do ambientalismo ao desenvolvimento sustentável 106
Conclusões 111

INTRODUÇÃO

As estratégias de marketing preconizam a diversificação de produtos como forma de incrementar suas demandas. Quando tais alterações são impraticáveis, a tática comercial recomenda pelo menos modificações eventuais em suas apresentações. Essas experiências têm logrado êxito na manutenção da fidelidade dos consumidores e, mais do que isso, tem proporcionado a conquista de novos adeptos.

A exemplo das mercadorias, a prática capitalista, vez por outra, enfrenta reveses e questionamentos, sinalizando queda no apreço de seus consumidores, ou melhor, dos consumidores das ilusões por ela fabricadas, exigindo, desse modo, uma revisão em suas bases.

Ora, a prática capitalista acomoda princípios que não gozam da admiração pública, como acumulação, expansão, por isso necessitam ser recobertos e apresentados em um formato que, além de dissimular suas conotações indesejáveis (Ribeiro, 2000), possibilitem imprimir-lhes uma imagem favorável e atraente. O invólucro que desde o grande projeto iluminista sobre o progresso da humanidade vem arregimentando fé e garantindo a aceitação e avanço do sistema capitalista – como também aconteceu com o socialista – é a retórica do desenvolvimento. No pacote do desenvolvimento consubstancia-se a receita técnico-produtivista. Como ninguém é contra o desenvolvimento, naturalmente todos assimilarão seu conteúdo. Quando os resultados do conteúdo não atendem mais aos requerimentos dos consumidores, então reformula-se a embalagem, anunciando novas potencialidades para o produto. Em outras palavras, quando o sistema técnico-produtivo falha, reconstroem-se os concei-

tos de desenvolvimento. Assim, a noção de desenvolvimento já foi reduzida a crescimento econômico, ampliada para desenvolvimento econômico-social, e agora caricaturada como desenvolvimento sustentável. Na verdade, todas essas alterações se fizeram para preservar a mesma lógica, só mudou a apresentação, o conteúdo continua ossificado. O objetivo deste trabalho é argumentar que o desenvolvimento sustentável foi uma invenção do capitalismo para assegurar o império desse modo de produção e driblar até mesmo as exigências conservacionistas.

Gênese e desdobramentos da noção de desenvolvimento

Embora os termos e conceitos sobre progresso e desenvolvimento constituam invenções da modernidade ocidental, a noção é muito antiga. Na proposta de organização da república de Platão (Platão, 1970), por exemplo, estava implícita a idéia de mudança, a ser impulsionada numa certa direção, com metas definidas e valorativamente superiores aos padrões então vigentes. Ao confrontar-se com seus interlocutores, Sócrates pretendia tornar as pessoas melhores, encaminhá-las para um auto-aperfeiçoamento.

Foi com o advento da modernidade que a noção passou a ser problematizada, verbalizada, ensejando uma multiplicidade de conceitos e derivações ideológicas. A temática irrompeu-se nas ciências, na política, na economia, etc., estabelecendo-se nos mais diversos setores culturais da humanidade. Sua expansão foi tão profunda e marcante que conforme Ribeiro

"recobre desde direitos individuais, de cidadania, até esquema de classificação dos Estados-nações no sistema mundial, passando por atribuições de valor à mudança, à tradição, à justiça social, ao bem-estar, ao destino da humanidade, à acumulação de poder econômico, político e militar, e muitas outras conotações vinculadas a ideais de relações apropriadas entre homens e entre estes e a natureza" (2000:131).

O poder de persuasão da noção de desenvolvimento, bem como a liberdade polissêmica que ela autoriza, concorrem para projetá-la no centro do imaginário dos grupos sociais, tornando-os cativos de seus pressupostos. Neste sentido, essa noção tem "um caráter de miragem" (Ribeiro, 2000:132) e "opor-se a ela é uma heresia que é quase severamente punida" (Maybury apud Ribeiro, 2000:131). Tendo em vista essa força homogeneizadora, Sachs aborda o desenvolvimento como uma "atitude mental", "uma percepção que modela a realidade, um mito que conforta sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões" (2000:12).

Assim, a noção de desenvolvimento afigura-se como algo neutro e universalmente desejado (Ribeiro, 2000). Algo que é representado como uma mudança favorável, de uma situação simples para uma complexa, de um ponto inferior e pior para outro mais elevado, superior e melhor (Esteva, 2000).

Esse jogo de extremos e de apelo maniqueísta conforma uma estrutura dual de pensamento, forjada para mascarar as contradições geradas pelo sistema capitalista de produção. Trata-se de constructos para, conforme observa Ribeiro (2000), dar sentido às posições desiguais e hierárquicas, fornecer explicações aceitáveis para esses distanciamentos e produzir crenças na possibilidade de superação do atraso e

alcance dos patamares superiores da modernidade.

É dentro dessa perspectiva que, em 20 de janeiro de 1949, o presidente norte-americano Harry Truman, em seu discurso de posse, faz referência a um mundo subdesenvolvido, conferindo um novo significado ao desenvolvimento e uma relevância extraordinária à condição do subdesenvolvimento. Sua intenção em disponibilizar os avanços científicos e o progresso industrial às áreas subdesenvolvidas revelava uma visão do industrialismo como o estágio final na escala unilinear da evolução social e dotava a expressão subdesenvolvimento de um matiz colonizante extremamente virulento e insuspeitado (Esteva, 2000).

Em que pese a credibilidade e o universalismo da noção de desenvolvimento, para Sachs "o desenvolvimento não deu certo (...) ficou defasado (...) tornou-se obsoleto", sendo necessário "desmantelar essa estrutura mental" (2000: 11-12).

Com efeito, o desenvolvimento resultou numa grande falácia, um tema para retóricas estéreis e formulações tautológicas vazias. O percurso indicado aos povos atrasados, não obstante os esforços por eles empreendidos, parece cada dia mais dilatado. Como salienta Sachs, "Em 1960 os países do Norte eram 20 vezes mais ricos que os do Sul; em 1980 essa proporção já havia aumentado para 46 vezes" (2000:14). Por outro lado, parece haver indícios de que o modelo industrial dos países ditos avançados não comporta uma generalização. É o próprio Sachs que problematiza a questão: "se todos os países tivessem tido sucesso e tivessem realmente seguido o exemplo industrial, seriam hoje necessários uns cinco ou seis planetas para serem usados como minas, ou como depósitos de lixo" (2000:13). Dessa forma, a escala de civilização proposta por Tylor (1970) e reproduzida por tantos outros, inclusive Truman, compreende uma farsa.

A necessidade de atender às situações e áreas as mais diversas resultou numa pluralidade de adjetivações ao termo desenvolvimento. Ribeiro registra: "industrial, capitalista, socialista, para dentro, para fora, comunitário, desigual e combinado, dependente (...)" (2000:133). Esteva retrata uma espécie de mutação que a expressão sofre para se adaptar às exigências conceituais de cada época. Essa metamorfose se expressa, no entanto, mais no nível do discurso, em busca de legitimidade, do que mesmo numa mudança de conteúdo. Assim, de simples crescimento econômico o termo avança para contemplar os aspectos de distribuição. Deve, portanto, integrar a dimensão social, originando o desenvolvimento social. Quando a questão ambiental assume um estatuto político e coloca em relevo os resultados do modelo de "desenvolvimento" vigente, uma nova estratégia conceitual é pensada para atender às novas demandas sociais. E assim chega-se ao desenvolvimento sustentado, conceito que o autor percebe como uma manobra para sustentar o "desenvolvimento", "não para dar apoio ao florescimento ou a manutenção de uma vida natural e social infinitamente variada" (2000: 72). Todavia não seja permitido embaralhar a ordem dos argumentos; revisemos a saga do movimento ambientalista que desembocou na cunhagem do termo desenvolvimento sustentável.

DO AMBIENTALISMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As preocupações com o meio ambiente começaram a surgir no contexto da moder-

nidade, seja como recusa às condições geradas pelo crescimento urbano-industrial (Thomas, 1989), seja como apologia em favor desse mesmo modelo (Pádua, 1987). Porém, essas preocupações limitavam-se a problemas localizados, ou no máximo conformados às fronteiras de um determinado país. Como inquietação em escala global, a problemática só se manifesta no pós-Segunda Guerra, em virtude do crescimento industrial acelerado e seus resultados negativos para o meio ambiente (Barbiere, 1998).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo, em 1972, constitui o marco na concretização das questões ambientais em dimensão global, e resultou de uma solicitação do governo sueco à Organização das Nações Unidas (ONU), para tratar de assuntos de interesse internacional, como chuvas ácidas, depleção da camada de ozônio, efeito estufa, poluição de rios, contaminação de animais, etc. (Barbiere, 1998; Sachs, 2000). É evidente que tanto a proposta do governo da Suécia quanto o atendimento por parte da ONU inserem-se em um contexto de preocupações e pressões generalizadas. Usando os argumentos de Brüseke (1995), dir-se-ia que aqueles procedimentos não caíram do céu, mas consubstanciavam o efeito dos debates travados desde a década de 1960, a respeito da degradação ambiental.

O problema, então, era a devastação do meio ambiente, provocada pelo desenvolvimento industrial acelerado do pós-guerra. Eis aí duas questões contraditórias. Até então, o desenvolvimento se materializava à custa da depredação dos recursos naturais. A partir de agora, há uma exigência para a preservação desses recursos, o que implica na consignação de dotações orçamentárias. Ou seja, além de estabelecer limites no seu uso, há que se destinar verbas para o custeio de serviços de proteção e recomposição de alguns elementos em franca degradação. Mas o capitalismo está se precipitando em uma crise, em virtude da queda tendencial da taxa de lucro (Poulantzas, 1977), requerendo imperiosamente medidas contra o seu desfalecimento. Como, pois, compatibilizar preservação ambiental com a estabilidade econômica? Este é o dilema que vai permear os debates e aguçar os ânimos entre os atores posicionados no campo ambiental. O que fazer?

Na busca de soluções, o Clube de Roma apresenta a alternativa do crescimento zero, ou seja, o congelamento do crescimento populacional e do capital industrial. Mas essa proposta não encontra respaldo entre os teóricos do crescimento, como também entre os países não desenvolvidos, que reivindicam o direito de buscar o bem-estar através do prometido desenvolvimento econômico. Alternativamente, surge a proposta do ecodesenvolvimento, que admite o desenvolvimento, mas desatrelado do modelo ocidental; que além de preservar o meio ambiente, exige que se privilegie as condições locais, o respeito à diversidade cultural, e que se baseie nas próprias forças e recursos das comunidades. Essa perspectiva não poupa críticas à sociedade industrial (Barbiere, 1998; Brüseke, 1995).

Outros eventos significativos, realizados em torno da problemática meio ambiente e desenvolvimento, como o relatório Dag-Hammarskjöld (Sachs, 2000; Brüseke, 1995) e a declaração de Cocoyok (Brüseke, 1995), além de outras considerações, igualmente disparam críticas às sociedades industrializadas e às suas relações com os povos periféricos. Como nenhuma propos-

ta oferece uma fórmula que concilie a preservação ambiental e o desenvolvimento, e muito menos aponta uma saída para a crise do capitalismo, os embates continuam de forma sectária, até que uma solução vem granjear uma aceitação mais ou menos generalizada: a proposição do desenvolvimento sustentável.

A proposta do desenvolvimento sustentável constitui o resultado dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada em 1983, por iniciativa da Assembléia Geral da ONU, para estudar e propor um parecer a respeito das questões ambientais e do desenvolvimento. Em razão dessa comissão ser presidida por Gro Harlem Brundtland, ficou conhecida por Comissão Brundtland, e seu relatório final – com o título de Nosso Futuro Comum – popularizou-se como Relatório Brundtland.

O Relatório Brundtland teve "ampla repercussão internacional" (Barbiere, 1998:23) e "grande aceitação depois de ser publicado" (Brüseke, 1995:33). De acordo com o último dos autores citado, esse relatório diferia das propostas anteriores por consagrar um maior grau de realismo. Não atentava contra o crescimento econômico e nem se posicionava a favor da segregação de modelos particulares de economia, mas ao contrário, preconizava tanto a continuação do crescimento nos países já industrializados como sua implementação naqueles não industrializados, sendo esse segundo evento em condições de dependência em relação aos primeiros (Brüseke, 1995).

Desenvolvimento sustentável foi definido como "aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades" (CMMAD Apud Barbiere, 1998:23). Em linhas gerais, o desenvolvimento sustentável preconizado no Relatório Brundtland pressupõe, entre outras medidas, a satisfação das necessidades básicas, o aumento da produção industrial e a erradicação da pobreza. Simultaneamente prescreve a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas (Brüseke, 1995; Barbiere, 1998).

Parece no mínimo estranho, nessas alturas do avanço capitalista, assistir a uma aquiescência generalizada quanto a supressão da pobreza. Soa mais estranho se se tem presente que essa pobreza foi gerada no rastro da expansão capitalista. Muito mais estranho ainda se afigura o fato de se propor a reversão exatamente em um momento de crise do capitalismo, e numa circunstância de exigência de uso parcimonioso dos recursos naturais. Em meio a tantos estranhamentos, sejam lembradas as colocações de Cohn-Bendit: "Porque o capitalismo sempre mostrou que tem uma coisa que em qualquer caso ele sabe defender, ou seja, sua própria subsistência" (1981:38).

Como, então, foi equacionada a questão da erradicação da pobreza preservando o meio ambiente, bem como o modo de produção capitalista? A idéia é simples: "Pobreza reduz a capacidade de pessoas de usar recursos de uma maneira sustentável; ela intensifica a pressão sobre o ambiente ... Uma condição (...) para a erradicação da pobreza absoluta é um crescimento relativamente rápido (...)" (Sachs, 2000:121).

Esplêndido! Com essa tacada isentou-se o capitalismo da responsabilidade na geração tanto da pobreza quanto da devastação ambiental. E, adicionalmente, ele emerge como a solução ímpar para ambas as catástrofes. A pobreza e a degradação ambiental não são mais conseqüências da realidade

capitalista, mas indicam uma carência dela. Com esse verbalismo, pretende-se por fim às incongruências levantadas acima. Desenvolvimento e preservação ambiental não apenas deixaram de ser contraditórios, mas passaram a compor dois termos complementares. Como destacou Sachs a respeito do Relatório Brundtland: "Não há desenvolvimento sem sustentabilidade; não há sustentabilidade sem desenvolvimento (2000:121). Mais uma vez o desenvolvimento, o industrialismo, o capitalismo estão salvos. A roupagem é atraente e esbanja legitimidade. Sachs sintetizou com propriedade essa transmutação: "sempre que, nos últimos 30 anos, os efeitos destrutivos do desenvolvimento eram reconhecidos, o conceito era esticado de maneira que englobasse a lesão e a terapia" (2000:121). Nesta mesma linha de interpretação Esteva sublinha que "Conclamações para assegurar a sobrevivência do planeta são muitas vezes (...) nada mais do que convocações para a sobrevivência do sistema industrial (2000:128).

Ribeiro argumenta que o sucesso relativo do ambientalismo se deu em virtude de ser percebido como subsistente acima das contradições de classes, e observa também que a partir do instante em que essa temática se envolveu com a noção de desenvolvimento, conseguiu conquistar mais espaço institucional, mas tendeu a perder seu caráter de alternativa radical. Por fim, ao consolidar a expressão desenvolvimento sustentável, suas definições, na maioria, aproximaram-se de "visões harmônicas, não conflitivas dos processos econômicos, políticos e sociais envolvidos no drama desenvolvimentista (2000:154).

Vejamos agora a questão da satisfação das necessidades, uma premissa inegociável do desenvolvimento sustentável.

O que significa necessidades básicas, na conceituação de desenvolvimento sustentável? Há aqui um pressuposto de hierarquização de necessidades e eleição daquelas mais essenciais, para renegar outras a serem tomadas como supérfluas? O conceito terá aplicação universal, isto é, servirá tanto para os países industrializados como os não-industrializados? Neste caso, como se explicaria a continuidade do crescimento nos primeiros, já que eles avançaram para além da produção de necessidades básicas? Como compatibilizar a progressão do crescimento com o recuo na satisfação das necessidades? Por outro lado, de acordo com o pensamento econômico, as necessidades de um indivíduo são ilimitadas. Para supri-las, um agente econômico qualquer se vale do mercado, exercitando demandas. Se a consubstanciação de demandas se funda na escolha por bens distintivos – aqueles que têm mais utilidade porque são mais desigualmente repartidos, e perdem valor de uso quando se eleva o número daqueles que os consomem – bem como na brevidade da duração dos bens de consumo, como demonstrou Dupuy (1980), redundando na elevação gradativa dos custos de reprodução do sistema produtivo e em desperdícios e degradação do meio ambiente, então, se não houver uma transformação na estrutura das necessidades como também na materialização da demanda, como o sistema atual de produção ajustar-se-á às exigências de proteção ambiental? Se não se resolver essas contradições, muito pouca coisa mudará no sistema capitalista. A sua essência – a perseguição do lucro, a exploração do trabalho, a lógica da destruição/construção – se manterá intacta, e a expressão desenvolvimento sustentável não ultrapassará os limites da retórica, do engodo.

Se a performance do capitalismo global atual se afigura tal como acima descrito, qual seria seu perfil numa perspectiva inclusiva, em que a grande maioria da humanidade fosse integrada ao consumo? Se os recursos já são escassos mantendo o maior contingente de pessoas na marginalidade, como usar esses recursos de forma sustentável incorporando os marginalizados sem alterar a estrutura de produção e de consumo?

São problemas dessa natureza que levaram Castoriades (1981) a declarar que o problema da energia, do nuclear remete a todo o funcionamento político e social; que a crise de energia é a crise da sociedade. Na mesma linha de raciocínio Cohn-Bendit (1981) ressalta que todo o problema é o problema do modo de vida. Portanto, se o desenvolvimento sustentável não preconizar a mudança no modo de vida, não tiver por pressuposto a resolução da crise da sociedade, as metamorfoses do sistema capitalista, de fato, só preservarão a si próprio, possivelmente na versão do capitalismo ecológico, segundo Dupuy (1980).

Dessa forma, desenvolvimento sustentável configura-se numa expressão de semântica duvidosa, pérfida, que incorpora tudo para, simultaneamente, não se comprometer com nada, a não ser com o interesse secular do ganho empresarial. Carvalho (1991) a coloca sob suspeita, indagando a seu respeito: "(...) a que veio e a quem atende (...)" e testificando que "Sua matriz é o projeto desenvolvimentista liberal aplicado ao meio ambiente" e que "(...) o que se queria preservar de fato era um modelo de acumulação de riquezas (...)" (Carvalho apud Ribeiro, 2000:157).

A fragilidade da expressão fica exposta no pronunciamento dos próprios empresários: "(...) o maior progresso até o presente momento na interação entre homem e natureza: o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Esse conceito pode dar continuidade ao desenvolvimento econômico-social (...)" (Schmidheiny apud Ribeiro, 2000:163). Parece que todos os problemas se esgotam na conceituação. É uma questão de palavras, de arranjos retóricos. Todo o problema ambiental se resume na atualização dos discursos. Trata-se apenas de vestir uma nova roupagem ao que fazer empresarial/industrial, assentado na ciência e na tecnologia.

Observe-se essa questão no Brasil. Estamos comprometidos politicamente com o desenvolvimento sustentável. E dentro dessa perspectiva, ironicamente, o slogan recém editado é "exportar ou morrer". Ora, exportar o que? De onde retirar nossos produtos de exportação? Seja enfocado apenas um deles: a soja. A soja é hoje um símbolo do progresso da agricultura no Brasil. Num momento de crise generalizada e de recessão, a agricultura está em franco crescimento, e a soja é o seu carro chefe. O Estado do Mato Grosso vem se despontando no cenário nacional como o principal produtor, e há esforços dos poderes locais para ampliação dessa margem, o que estimula a sua expansão na fronteira amazônica. Consequentemente, o Brasil comemora sua façanha de campeão na exportação do produto.

Seja visto, entretanto, o outro lado da questão. Até quando e até onde o país expandirá sua capacidade de exportação? Por que é tão importante a alavancagem das exportações? Que uso será feito dos recursos daí advindos? Garantir a estabilidade monetária? Assegurar o pagamento dos serviços da dívida externa?

Sim, e estes são os dois problemas cruciais da agenda neoliberal das políticas internas e externas no Brasil. Compreendem fatores de equilíbrio das contas externas. Lamentavelmente não há espaço, nos limites deste trabalho, para discutir com profundidade essas duas questões. Entretanto, chama-se a atenção para a encrenca que nosso país está metido: até que ponto suportaremos o peso de uma dívida que cresce a cada dia e consome um percentual cada vez maior do nosso produto interno? Por outro lado, num mundo globalizado, desregulado, com o capital especulativo livre para lançar ataques onde e quando lhe convier, qual é o prêmio por tamanho empenho na vigilância da estabilidade monetária?

Países como o Brasil estão envolvidos numa camisa-de-força tal que obscurece qualquer expectativa de superação, senão através de rupturas radicais. A continuar a ordem atual, com certeza, todos os nossos recursos naturais jamais serão suficientes para fazer face a qualquer dos dois problemas levantados. Serão depredados, serão esgotados em nome da honra, da estabilidade e da busca inglória do desenvolvimento. E apesar de tudo, os empresários e o poder público continuarão proclamando o desenvolvimento sustentável.

Em que pese os desvirtuamentos e deturpações da questão ambiental, os fatos e os desafios continuam postos, resistindo ao engodo e exigindo soluções. O problema da sustentabilidade persiste, alimentando a chama do debate, como a cobrar uma redefinição de posições dentro do campo. Isso porque, como observou Leff, o princípio da sustentabilidade vem indicar um limite do processo civilizatório da humanidade, da racionalidade econômica, da razão tecnológica; vem questionar as bases da produção e exigir a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e a construção da ordem econômica assentada "nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana" (2001:17).

CONCLUSÕES

Através das discussões desenvolvidas, ficou evidente que a invenção do desenvolvimento sustentável não ofereceu resposta aos problemas ambientais. Sem ultrapassar os limites da retórica, permeado de contradições, a expressão só serviu mesmo para fantasiar a aparência do modo de produção capitalista. Na verdade, na disputa que se travou no campo ambiental, o polo dominante – representantes dos grupos econômicos majoritários – logrou êxito em se apossar do conceito e atribuir-lhe significados de acordo com seus interesses. O decantado equilíbrio – economia, equidade e ecologia – representado pelo triângulo equilátero, com efeito, na prática, rompeu-se em favor da economia, da técnica, do produtivismo, isto é, do crescimento econômico. Simultaneamente, a dimensão política perdeu fôlego, cedendo espaço para a visão científica da gestão ambiental, configurando uma situação na qual algumas realizações e muito discurso são fomentados visando a preservação da doxa, do modelo e da estrutura dominantes.

A humanidade, pelo que se expôs, encontra-se diante de uma questão de difícil resolução. Parece que a última vez que se enfrentou um problema de tamanha complexidade e dimensão foi mesmo na transição para a modernidade. Agora que se vislumbram os limites dessa modernidade, as forças que a engendraram e a mantêm se posicionam para defendê-la. E o que é

pior: muitas outras fileiras cerrar-se-ão em sua defesa, mesmo povos que jamais a conheceram, mas foram por ela aliciados. Porque ela está impregnada nas mentes, no imaginário, no modo de conceber o mundo.

Como empreender uma mudança efetiva do modo de vida humano? Como ter êxito numa mudança cultural ampla? Como tornar atraente um modo de vida frugal, que reflita uma redefinição e moderação de necessidades? Como forjar um consenso que se desdobre na redução das desigualdades internas das sociedades e entre as nações? Como submeter a economia, o capitalismo ao controle social?

Todas essas questões envolvem transformações radicais e que ferem interesses. Consubstanciam-se, pois, em grandes utopias. Será que para resolvê-las haverá que se desencadear uma revolução? Ou será necessário um aprofundamento nas catástrofes sociais e ambientais para que se aprenda a lição? Qualquer uma das alternativas implicará numa reorientação do curso histórico e inaugurará uma nova época para a humanidade.

BARBIERI, JC. *Desevolvimento e meio ambiente*: as estratégias de mudanças da agenda 21. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 45p.

BRÜSEKE, FJ. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. *Desenvolvimento e natureza*: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p.29-31

CASTORIADIS, C; COHN-BENDIT, D. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 87p.

DUPUY, JP. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 112p.

ESTEVA, G. Desenvolvimento (introdução). In: SACHS, W. *Dicionário do desenvolvimento*: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p.59

LEFF, H. *Saber ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2001. 343p.

PÁDUA, JA. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, JA (Org.) *Ecologia política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p.11-51

PLATÃO. *Górgias ou a oratória*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. p.47-194.

POULANTZAS, N. (Coord.) *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. p.3-41.

RIBEIRO, GL. Ambientalismo e desenvolvimento: a nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Rev. Antropol.*, v.34, 1991.

SACHS, W. *Dicionário do desenvolvimento*: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. 399p.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TYLOR, E. B. *The origens of culture*. London: Harper & Row, 1970. 416p.

Cad. Téc. Vet. Zootec., n.45, p.113-120, 2004.

A DISPUTA PELA DOXA NO CAMPO AMBIENTAL

Prof. Erly do *Prado*
MédVet, Dr., Prof.Adj.
erlyprado@ufmg.br

Departamento de Zootecnia
Escola de Veterinária da UFMG,
Caixa Postal 567
30123-970 Belo Horizonte, MG

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A noção de campo foi desenvolvida por Pierre Bourdieu, numa tentativa de equacionar a controvérsia recorrente entre objetivismo/subjetivismo na explicação da ação social. De acordo com Ortiz, a contribuição de Bourdieu configura-se em um outro gênero de conhecimento "que pretende articular dialeticamente o ator social e a estrutura social" (1983:8).

O campo, no sentido empregado por Bourdieu, é o espaço onde os atores sociais entram em interação e se defrontam em relações de poderes. É o locus em que, movidos por interesses específicos, empreendem suas lutas. Trata-se de um lugar de conflitos, de manifestação de forças e distribuição desigual de poderes. As posições sociais são hierarquicamente estruturadas e mais ou menos fixas, apresentando o polo dos dominantes e o dos dominados. Há um confronto permanente, no qual o polo dominado, a heterodoxia, menos dotado de capital social, manifesta seu inconformismo, buscando desbancar o polo dominante, a ortodoxia. E assim, na disputa pela doxa, o embate tem por meta conquistar o domínio do campo, ensejando um tipo de contestação de caráter sumariamente simbólico, uma vez que os princípios de poder não são colocados em causa. Não se trata, portanto, de uma disputa pela transformação do campo; os adversários são cúmplices, coniventes e concordantes com os pressupostos que definem o seu funcionamento (Ortiz, 1983).

Uma sociedade compõe-se, assim, de diversos e distintos campos – o campo científico, o religioso, o econômico, o ambiental; o campo da arte, da alta costura, da educação, da atividade agropecuária – no interior dos quais as ações se materializam.

Qualquer ação social tem como substrato uma situação objetiva e o habitus que o ator adquire no processo de socialização. Neste processo, valores, normas e princípios sociais de um grupo ou classe social são introjetados, de modo a compor um referencial, através do qual o ator se orienta. Dessa forma, o habitus, ao mesmo tempo que é produto de relações sociais, concorre para a continuação da reprodução dessas mesmas relações. É nessa perspectiva que Pierre Bourdieu o define como "estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes", pois no desdobramento das relações sociais as estruturas vão modificando-se, reestruturando-se, uma vez que não são absolutamente fixas ou imutáveis (Bourdieu apud Ortiz, 1983:15).

A disputa que se trava contemporaneamente no campo ambiental reúne atores de diferentes habitus, portanto, de diferentes classes sociais, com interesses heterogêneos, preocupações e reivindicações diversas e propostas várias. O campo é, deveras, multifacetado, comportando desde segmentos antagônicos a grupos ideologicamente identificados, porém fragmentados por inspirações teóricas singularizadas.

O propósito deste trabalho restringe-se a avaliar o debate acadêmico que se trava neste campo em torno da sustentabilidade ambiental, isto é, a disputa pela doxa, e destacar o avanço conceitual até então alcançado, para enfatizar as transformações e mudanças registradas como essenciais para, de fato, conferir coerência à expressão desenvolvimento sustentável.

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Depois de algumas décadas de confronto sobre a questão ambiental, as discussões convergiram para o denominador comum referendado como desenvolvimento sustentável. Em pouco tempo o conceito se popularizou, agregando uma multidão de adeptos às suas proposições. As razões para uma aglutinação tão ampla em torno da idéia não são de difícil mensuração. Considere-se primeira e substantivamente a origem da formulação: trata-se de uma iniciativa da ONU, um ator que adentra o campo ambiental munido de um grande estoque de capital social, portanto predestinado a ocupar uma posição no polo dominante. Por outro lado, em que pese a denominação de organismo multilateral, a ONU é bastante sensível e pactua com as ideologias e interesses dominantes, especialmente do capitalismo internacional. Consequentemente, haveria de articular uma proposta que não apenas não batesse de frente com tais interesses, mas que, ao contrário, os arregimentasse para a esfera ambiental. Adicionalmente, no ofício do multilateralismo, a comissão da ONU procurou sistematizar uma proposta com aparência de neutralidade, com forte apelo à harmonia e à paz duradoura, e problematizadora da pobreza e das desigualdades sociais. O nome do relatório final apresentado – Nosso futuro comum é indicativo da intenção de amalgamar todas as diferenças no grande projeto do desenvolvimento sustentável.

Assim, ao preconizar a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, a redução no consumo de energia, o uso de fontes de energia renovável (Brüseke, 1995), a proposta atendia as reivindicações de pelo menos uma fração dos movimentos ambientalistas; ao propor a retomada do crescimento econômico e aumento da produção industrial tanto dos países industrializados como dos não-industrializados (Brüseka,

1995), o sistema econômico e empresarial foi conquistado e convidado a participar do processo; as propostas de medidas para a erradicação da pobreza, de atendimento às necessidades básicas de alimento, água, energia, saneamento, emprego e de um crescimento mais justo e equitativo (Barbiere, 1998) encaminharam-se de encontro a requerimentos tanto de movimentos ambientalistas como daqueles essencialmente sociais.

A despeito das contradições, incoerências e imprecisões das propostas e da conceituação de desenvolvimento sustentável apresentados pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no relatório Nosso futuro comum ou Relatório Brundtland, a verdade é que eles passaram a constituir a doxa dominante. Governos e outros organismos multilaterais aderiram às formulações, reforçando o polo dominante e ampliando a legitidade da doxa. No entanto, o debate não se encerrou por aí. Análises críticas a respeito das incongruências do Relatório Brundtland, da esterilidade de suas propostas, da inoperância da Agenda 21 persistiram em lançar novas luzes e revigorar a discussão, embora o poder de agenda desses opositores, subalternos no campo ambiental, não representasse, nas circunstâncias atuais, nenhuma ameaça ao status quo dominante. Com efeito, suas contribuições teóricas afiguram-se-lhe, sim, como fantásticas utopias. Enfoquemo-las, a seguir, tratando primeiramente da justiça ambiental e, depois, do novo paradigma da sustentabilidade.

JUSTIÇA AMBIENTAL

De acordo com Pádua, o consenso em torno do desenvolvimento sustentável foi favorecido exatamente pela sua definição vaga e imprecisa. O autor argumenta que a sustentabilidade "(...) não pode ser definida por um somatório de declarações vagas e mudanças cosméticas, como transpareceu na retórica do relatório Nosso futuro comum de 1987" (2000:26).

A preocupação do autor, bem como de muitos outros, orienta-se no sentido da implementação do conceito. Assim, põe-se a investigar os parâmetros que conferem a uma sociedade o qualificativo de sustentável. Essa perspectiva o transporta para a realização de um balanço sobre a prática das diversas nações no que tange a degradação ambiental. Feitas as devidas estimativas, conclui: "O planeta não está sendo destruído pelo conjunto da humanidade" (2000:28), constatação apontada também por Leroy et al.: "Não é a humanidade que está destruindo a terra" (2002:15).

Essas conclusões são extraídas a partir do nível de consumo verificado em cada sociedade, o que levou à formulação do conceito de iniqüidade global. A julgar por esse conceito, as sociedades componentes da OECD, seriam marcadas por um estigma de iniqüidade, pois eqüivalendo-se a apenas 20% da humanidade, consomem 80% da energia e dos recursos do planeta e produzem 80% da poluição (Pádua, 2000; Leroy et al., 2002). Para serem qualificadas como sustentáveis, deveriam reduzir o seu consumo em 90%. Por outro lado, dessa redução depende o aumento do consumo e da qualidade de vida das demais nações até um patamar em que poderão também ser reconhecidas como sustentáveis. Visto por esse prisma as desigualdades sociais são, na verdade, desigualdades ecológicas. O cálculo para se chegar aos valores registrados acima foi fundamentado no conceito de espaço ambiental, ou seja, o espaço mínimo requerido para atender as necessi-

dades básicas e o máximo que a ecosfera pode assimilar (Pádua, 2000).

Com base nas estatísticas de consumo e depredação apresentadas, Pádua (2000) pondera que a continuar o mesmo modelo econômico de sociedade urbano-industrial, a médio e longo prazo se esgotarão os recursos não-renováveis, estinguir-se-á a capacidade de reprodução dos recursos renováveis e inviabilizar-se-ão as bases materiais de existência na terra. Diante dessa realidade propõe um novo realismo ecológico, que implique na superação do pensamento político e econômico contemporâneo, visionário das sociedades como entidades flutuantes por sobre a terra e seus ecossistemas. O novo realismo ecológico, capaz de impulsionar uma transição rumo à sustentabilidade, requer que se proceda uma transformação radical na estrutura social e nos padrões de produção e consumo. Segundo Pádua (2000), há que se diferenciar política ambiental de política de sustentabilidade. Enquanto a primeira se destina à correção pontual do sistema de produção e consumo, a segunda objetiva transformar as estruturas desse mesmo sistema.

Bem entendido. O avanço da degradação ambiental está comprometendo a continuação da vida no planeta. Mas o excesso da degradação cabe a apenas a 20% da humanidade. Portanto, onde é que se deve concentrar a transformação nos processos de produção e consumo? A quem cabe a responsabilidade da iniciativa, inclusive por financiar as mudanças requeridas? É evidente que a responsabilidade primordial é da minoria referida, como assevera Pádua (2000), Leroy et al. (2002) e Leroy (2000). E se essa minoria, 20%, detém 80% do consumo dos recursos do planeta, isso significa que aos outros 80% sobram apenas 20%, o que caracteriza a outra face da insustentabilidade. Com base nesse fenômeno de apropriação desigual, Leroy desenvolve os conceitos de dívida social e dívida ecológica, consubstanciada por um "duplo movimento de opressão e sobreexploração de grande parte da humanidade e do meio natural" (2000:51).

Dessa forma, segundo Leroy (2000), existe uma dívida ecológico-social, cujo credor é a unidade sócioambiental afetada, geralmente setores sociais de menor renda. Os devedores principais são os países do Norte, mas também consumidores dos países do Sul. O mercado se traduz na instância por excelência em nome da qual se processa a destruição sócioambiental. Além dessa modalidade de dívida dos países do Norte para com os países do Sul, existe uma outra mais específica e mais precisa, mas que não é contabilizada: as florestas e cerrados destes últimos funcionam como sumidouros ou poços de carbono, contribuindo, assim, para reduzir o CO2 lançado na atmosfera pelas indústrias dos países do Norte. O autor explicita que há um reconhecimento por parte destes países de sua responsabilidade na devastação ambiental, porém não reconhecem a dívida.

Pelo que se constatou até aqui, a insustentabilidade do planeta se expressa em duas dimensões: entre os que consomem demais e entre os que consomem de menos. Não obstante essa configuração, ironicamente, as premissas do desenvolvimento sustentável persistem hegemônicas. Alier (2001) aponta duas correntes no domínio mundial do movimento ambiental: esta que acaba de ser citada e a que se notabiliza pelo culto à vida silvestre. Entretanto, o autor destaca uma terceira corrente que vem conquistando espaço no campo ambiental, cuja causa põe em questão a dicotomia da

insustentabilidade. Trata-se do movimento de Justiça ambiental ou ecologismo dos pobres. Para ele, esse movimento encaminha a economia na direção da sustentabilidade ecológica.

Alier (1999, 2001) cataloga uma série de movimentos sociais, a maioria nem mesmo qualificada como de caráter ambiental, e problematiza a saga vivida por seus integrantes, ressaltando sua maior exposição aos riscos da contaminação ambiental e seu alijamento no acesso a recursos e serviços ambientais. O autor se vale dos conceitos de espaço ambiental e dívida ecológica, desenvolvendo longa apreciação de conflitos distributivos ecológicos. Assinala que esses conflitos compõem o objeto da Ecologia Política, porém uma vez que surgem do confronto entre Economia e Ecologia, essa confrontação compreende um campo de estudo da Economia Ecológica, que incorpora à natureza as suas dimensões físicas e sociais, além da monetária.

Quanto aos conflitos distributivos registrados por Alier (1999, 2001), deter-se-á, para efeito de apreciação, apenas no que diz respeito aos direitos dos agricultores e ao ecoagrarismo.

Como muitos outros movimentos, de uma forma geral, as ações coletivas dos agricultores raramente são enquadradas por eles na rubrica do ambientalismo, embora muitos de seus problemas, como o caso das sementes problematizado por Alier (2001), ajustam-se perfeitamente nos limites do campo. Talvez se se rompessem com essa negligência, associando, por exemplo, o acesso democrático à terra, a comercialização de produtos, a aquisição de meios de produção, os direitos e conhecimentos dos agricultores etc. à questão ambiental, certamente a repercussão e as conquistas poderiam ser mais expressivas. Seria um reforço ao polo dominado e uma reivindicação legítima dentro do escopo da agenda dominante.

Caso não aconteça essa composição no campo ambiental, a luta continuará fragmentada, e provavelmente a tendência será a expropriação do conhecimento e das sementes dos camponeses, como salientou Alier (2001), e a proteção às sementes melhoradas pelo regime de propriedade intelectual.

O mesmo impasse que ocorre hoje com as sementes de soja, ocorrerá em um futuro breve com outras sementes e com a produção animal. Alier (2001) mostra-se indignado com o fato de uma companhia tomar uma semente camponesa milenarmente cultivada e relativamente melhorada, sem pagar por esse conhecimento, adicionar-lhe um gen e, por isso, requerer direitos de propriedade, auferindo vantagens econômicas. Maiores motivos de indignação estão por vir, quando o fenômeno da transgenia disseminar-se por toda a esfera da produção agrícola. Estamos apenas no começo do processo de uma revolução na engenharia genética, uma nova revolução verde que, a exemplo da anterior, expropriará e expulsará novos contingentes do campo. Hoje, por exemplo, está divulgado o trabalho de mapeamento genético do gado nelore, com vistas à produção do boi transgênico. O que acontecerá aos pequenos criadores quando toda essa nova engenharia começar a funcionar? No caso brasileiro, basta relembrar os efeitos da mecanização e da quimificação na intensificação do êxodo rural-urbano. Não faltará apologistas para postular sobre o desdobramento de um fenômeno normal. Porém, a esses desatentos fica a lembrança de que a realidade do Terceiro Mundo é diferente de

outras regiões com as quais se costuma estabelecer comparações. Temos um significativo contingente de pessoas vivendo ainda no campo e um exército de desempregados nas cidades. Somos carentes de capital, de emprego urbano-industrial. Se se negar a esses trabalhadores o direito de viver e produzir em suas terras, o caos social que hoje se assiste tende a assumir proporções imprevisíveis.

A abordagem que Alier (1999, 2001) faz sobre a problemática ambiental é por demais justa. Se cumprida em sua integralidade, certamente contribuiria para resolver muitos dos problemas de desigualdades sociais. Resta saber se, de fato, ela é factível, se redundaria, com efeito, em desenvolvimento sustentável. Enrique Leff assegura que o conceito de distribuição ecológica não conduz a um modelo de produção sustentável. É a essa assertiva que se dedicará a última parte deste trabalho, a seguir.

UM NOVO PARADIGMA PRODUTIVO

Leff (2001) reconhece e enaltece o mérito do conceito de distribuição ecológica. Além de não poupar críticas à economia convencional, representa um avanço em relação à racionalidade econômica, a qual reduz a problemática ambiental a ações corretivas e a atribuição de preços e custos aos recursos naturais. A distribuição ecológica, conforme seu parecer, mobiliza atores sociais em defesa de seus interesses materiais e simbólicos, por empregos e distribuição de rendas; incorpora o conflito resultante da distribuição desigual dos recursos naturais e serviços ambientais, dimensionando as assimetrias sociais, espaciais e temporais.

Apesar de comportar elementos positivos, entretanto, a distribuição ecológica, segundo Leff (2001), apresenta limitações, por não se desvencilhar dos pressupostos da racionalidade econômica. Neste sentido, concebe o ambiente como um custo do processo econômico, promovendo a conciliação entre a racionalidade econômica e a racionalidade ambiental. O próprio conceito de dívida ecológica ou de justiça ambiental, que remetem a apropriações excedentes de recursos por uma sociedade ou a carência de espaço ambiental para depósito de seus rejeitos, são tomados pelo autor para demonstrar a filiação conceitual. E é em função dessa vinculação que não se chegará a uma nova racionalidade produtiva e social e a um novo paradigma de produção sustentável, com eliminação das causas de desigualdades e de insustentabilidade. Portanto, se não se rompe com essas causas, o modelo de Alier (1999, 2001) não é também factível.

Para Leff (2001), além de o conceito de dívida ecológica ser caudatário da racionalidade econômica, não se pode equacioná-lo através dos movimentos de justiça ambiental ou mediante termos justos de intercâmbio e compensações, pois estes instrumentos não são suficientes para dimensionar um valor justo e real para as externalidades ambientais. A economia não dispõe de uma teoria do valor que permita estimar o preço da natureza ou os custos ambientais. A ecologia também não desenvolveu essas ferramentas. E nenhuma das duas poderia ter cumprido essa façanha, pois a questão da justiça ambiental não se restringe a valores econômicos e nem se reduz a pressupostos ecológicos. Leff pondera que os custos ambientais e o valor dos recursos naturais "dependem de percepções culturais, direitos comunais e interesses sociais que se estabelecem fora do mercado", demandam um processo de reapropriação social da natureza, de reconstrução das

bases produtivas, isto é, de uma nova racionalidade, consubstanciada por processos naturais, tecnológicos e culturais e fundada na eqüidade, na diversidade e na democracia. O ambiente, assim, afigura-se como "um potencial para um desenvolvimento alternativo" (2001:66).

O desenvolvimento alternativo postulado por Leff (2001), portanto, não admite o princípio da verticalidade na sua edificação. Ele tem que ser concebido e empreendido no nível local, segundo a diversidade ecológica e cultural. Terá que ser o resultado de uma deliberação autônoma de cada comunidade de base, que definirá suas necessidades e os mecanismos de gestão de seu potencial ecológico. Desse modo, não haverá um modelo de desenvolvimento homogêneo e nem um padrão único de bem-estar, e a sustentabilidade ambiental implicará na socialização ou reapropriação da natureza e no manejo comunitário dos recursos naturais, o que exigirá uma revisão do direito de propriedade e das condições de acesso aos recursos.

Um modelo alternativo com tantos atributos inéditos requer a desconstrução da racionalidade capitalista, dos processos econômicos, tecnológicos, políticos, educativos; exige uma renovação do Estado, do sistema jurídico, dos princípios éticos e, como enfatizou Castoriadis (1981), da cultura, de uma forma geral. Leff sintetiza o processo de desconstrução estendendo-o a "todas as ordens da vida social" (2001:144), e sugere que simultaneamente se construa a racionalidade ambiental que mediatizará a transição para a sustentabilidade. Esta nova racionalidade não se traduzirá na "extensão da lógica do mercado à capitalização da natureza", será "a resultante de um conjunto de significações, normas, valores, interesses e ações socioculturais" (2001:143). Ao ser construída, ensejará também a formação de um novo saber – o saber ambiental, que não se reduz ao âmbito das ciências ambientais ou ao somatório de disciplinas, e nem é construído apenas na academia, fundamentado apenas no parecer técnico, mas incorpora saberes tradicionais, conhecimentos práticos, valores éticos. Além do mais é atravessado por estratégias de poder. Dessa forma, o saber ambiental se constitui mediante processos políticos, sociais e culturais; questiona os dogmas ideológicos e os paradigmas científicos e abre espaço para "verdades silenciadas", "saberes subjugados" e "vozes caladas", resultando num "amalgama de saberes, desde os níveis mais altos de abstração conceitual até os níveis do saber prático e cotidiano onde se expressam suas estratégias e práticas" (2001:150, 153).

CONCLUSÃO

Como se pôde notar, há um distanciamento cada vez mais visível da perspectiva do desenvolvimento sustentável à medida que se sucede de um autor a outro, na ordem da exposição. Essas distâncias, grosso modo, assinalam o grau de marginalização a que estão sujeitos cada marco teórico em relação à doxa dominante. Para os dias de hoje, essas teorias podem significar, para alguns segmentos sociais, não apenas utopias, mas delírio. Quem sabe, no futuro, elas possam vir a ocupar a centralidade dos debates, deslocando a doxa que ora reina. Melhor seria se esse advento não se concretizasse no contexto prognosticado por Sachs:

"Daqui a cinqüenta anos, quando a terra provavelmente for mais quente, mais pobre em diversidade viva e menos hospitaleira para muitos, a Rio-92 poderá ser vista

como a última saída que não se tomou na entrada do declínio" (2002:11).

Em que pese o avanço do debate e a profusão de propostas, parece que a implementação da sustentabilidade ainda permanece uma incógnita. E as dificuldades não se dão meramente por questões de resistências, cujo potencial, com efeito, é enorme. Na verdade, os caminhos a serem percorridos rumo à sustentabilidade ainda estão sendo traçados, e as definições e conceitos, em fase de construção.

Examine-se o grau de sofisticação que esses adquiriram em Leff (2001). Seus pressupostos delineiam um mundo totalmente diferente do que vivemos hoje. O processo de desconstrução/reconstrução aponta para uma forma de vida e sociedade que nega muito do que somos e fazemos. No entanto, qual é a garantia de que alcançado esse estágio proposto nos encontraríamos realmente numa condição de sustentabilidade? Em outras palavras, como essa nova sociedade, esses novos grupos comunitários definirão suas necessidades? O fato de o fazê-lo isoladamente de outros contextos não constitui, por si, um penhor de uma racionalidade menos lesiva ao meio ambiente. Por outro lado, como pensar em gestão comunitária de recursos em megalópoles como São Paulo, Tóquio ou cidade do México? Quais recursos? Quais comunidades?

De qualquer maneira, a diversidade dos conteúdos teóricos mantém vivo o embate no campo ambiental. As transformações urgentemente requeridas, caso não sejam proteladas até o limite de desencadear revoluções ou catástrofes ambientais, certamente serão alvos de disputas palmo a palmo numa articulação sincronizada entre teoria e prática.

ALIER, JM. Justiça ambiental (local e global). In CAVALCANTI, C (org). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999. p.215-231.

ALIER, JM. Justicia ambiental, sustentabilidad y valoración. *Cuadernos de Debate Internacional*, Barcelona, n.21, p.103-133, 2001.

BARBIERI, JC. *Desenvolvimento e meio ambiente*: as estratégias de mudanças da Agenda 21. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 45p.

BRÜSEKE, FJ. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. *Desenvolvimento e natureza*: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p.29-31.

CASTORIADIS, C; COHN-BENDIT, D. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 87p.

LEROY, JP. A dívida ecológica brasileira. Quem deve pagar a quem? *Cad. Debate Brasil Sustent. Democr.*, Rio de Janeiro, n.6, p.50-67, 2000.

LEROY, JP et al.. *Tudo ao mesmo tempo agora*: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você? Petrópolis: Vozes, 2002. 198p.

LEFF, E. *Saber ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2001. 343p.

ORTIZ, R. A procura de uma Sociologia da prática. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. p.7-29.

PÁDUA, JA. Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário. *Cad. Debate. Brasil Sustent. Democr.*, n.6, Rio de Janeiro, p.11-47, 2000.

SACHS, W et al. *Justiça num mundo frágil*: memorando para a cúpula sobre desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Fund. Heinrich Böll, 2002. 75p.